

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO NORTE – IFRN

WALKYRIA DE OLIVEIRA ROCHA TEIXEIRA

**A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA *CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE
APRENDE A LER: DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE UMA PROFISSÃO***

NATAL
2017

WALKYRIA DE OLIVEIRA ROCHA TEIXEIRA

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA *CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER*: DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE UMA PROFISSÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lenina Lopes Soares Silva

NATAL
2017

T355e	<p>Teixeira, Walkyria de Oliveira Rocha.</p> <p>A educação profissional na Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler : de pé no chão também se aprende uma profissão / Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira. – 2017. 126 f.: il.; color.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.</p> <p>Orientador (a): Prof. Dra. Lenina Lopes Soares Silva.</p> <p>1. Educação profissional – Educação de Adultos. 2. Movimento de educação popular. 3. Movimento de Pé no chão também se aprende a ler. I. Silva, Lenina Lopes Soares. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. III. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 377:374.7</p>
-------	--

WALKYRIA DE OLIVEIRA ROCHA TEIXEIRA

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER: DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE UMA PROFISSÃO

Dissertação de Mestrado apresentada à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Educação.

Aprovada em 30 de novembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lenina Lopes Soares Silva
Orientadora – PPGEP/IFRN

Profa. Dra. Olívia Moraes de Medeiros Neta
Examinadora Interna – PPGEP/IFRN

Prof. Dr. José Willington Germano
Examinador Externo – PPGCS/IFRN

Prof. Dr. Pablo Cruz Spinelli
Examinador Suplente – IFRN

DEDICATÓRIA

A irremediável constatação de que o Homem é um ser gregário nos remete à conclusão de que nossos sonhos envolvem, também, os que estão ao nosso redor. De uma maneira ou de outra, eles vivenciarão os efeitos ocasionados por nossas eufóricas conquistas e pelas quedas desoladoras que experimentamos ao longo do trajeto.

A solidão no processo produtivo nos lembra, de forma incessante, que há um mundo lá fora, o qual se mostra tentadoramente atrativo. Mas, a consciência do dever de lutar pelo que acreditamos nos move para a continuidade das pesquisas, mesmo que o preço seja alto. Afinal, quando o sonho não é só nosso, é preciso resiliência para seguir e demonstrar que a vitória é para aqueles que se sacrificam sem prevaricar e sem corromper, em consonância àqueles que acreditam que as conquistas precisam ter mérito para valer cada momento de privação dos seus familiares, amigos e de muito sono!

Desta feita, dedico este trabalho:

Aos meus pais, Nathan e Lúcia, por acreditarem no indecifrável amor sedimentado na família.

Aos meus irmãos, Hugo, Emiliana, Mônica e Radhamés, pela cumplicidade em todas as horas.

Aos meus sobrinhos Rodrigo, Sarah e Gabriel, pela alegria da renovação.

A Ferdinando, pelo amor, pelo exemplo de determinação e integridade, pelos filhos, netos e agregados que me trouxe e enriquecem o aprendizado da vida.

A Bruno. O meu milagre! Por despertar em mim a busca para me tornar uma pessoa melhor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, a Razão de Tudo.

À Bruna e a Nonato, pela força, disponibilidade e ajuda.

A Roberto Monte, pelo desprendimento e compromisso com a história.

A Pablo Spinelli, pelo desprendimento e pelas orientações para a pesquisa.

À Frankileide, à Isabel e à Lanúzia, amigas queridas que sempre incentivaram a caminhada.

A AUDGE e, em especial, ao Núcleo AUDIN/CNAT (Isabel, Fernando, Raimundo e George) que assumiu comigo desde o início, já com a inscrição no processo seletivo, até o fim da jornada, este projeto de aprimoramento profissional.

A todo o corpo técnico do PPGEPI/IFRN pelos ensinamentos.

Ao Grupo NEVER TEMER (Thaís, Lanúzia, Cris, Nara, Márcia, Rafael, Shilton, Fabi, Henrique, Ana, Dediane, Judy/Heitor, Kardênia e Bernardino), pelo crescimento conjunto. Com alegrias, tristezas, angústias, choros, reclamações, fofocas, estudos, cumplicidade e muitas vitórias. A árdua caminhada não seria tão intensamente feliz sem vocês.

À Olívia, pelo carinho e zelo na minha trajetória acadêmica, pelos conhecimentos partilhados e pela vivência em sala de aula.

À Lenina, por enxergar potencial no meu projeto, por direcionar meus passos, criticando e aconselhando na medida certa (sem censura!!!). Por me fazer enxergar que a produção do conhecimento é um caminho espinhoso, muitas vezes solitário, mas necessário para a sedimentação do progresso. Obrigada por me ensinar que mesmo diante das adversidades que enfrentamos, nós, cidadãos brasileiros, devemos ter ciência que a luta sempre continua.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Aos sujeitos privilegiados que se disponibilizaram a trazer suas histórias e seus sentimentos ligados ao momento da *Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler* e que, de maneira muito sensível, permitiram que suas vivências fossem contadas ao longo da pesquisa, possibilitando enriquecer a contextualização da época.

Gilvanize, Professora da Campanha, que ajudou na percepção do fazer pedagógico, expondo a maneira como as reuniões ocorriam e qual a sistemática adotada.

Idelauzi, Professorinha que passou pelo aprimoramento feito no CFP para poder trabalhar no Movimento de Educação Popular em Natal/RN. Atuou no Acampamento de Nova Descoberta.

Célia, aluna do Acampamento Rocas, trouxe a experiência de quem frequentava os bancos escolares desse projeto educacional.

Assis, aluno do Acampamento da Conceição e aluno do Curso de Telegrafia, ministrado na sexta fase da Campanha.

Alexandre Maranhão, que narrou as lembranças e o convívio da família com Djalma Maranhão.

Júlio Pimenta, filho de Omar Pimenta, que foi Diretor de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, compartilhou o horror da Ditadura Militar, as perseguições e o abalo emocional experimentado por todos de sua família.

Janilson esclareceu as medidas administrativas empreendidas durante a sexta fase da *Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão*.

Willington Germano, experiente pesquisador da *Campanha De Pé No Chão*, que dividiu seus conhecimentos com o intuito de contribuir para a produção do conhecimento acerca dessa valiosa política pública empreendida no Governo do Prefeito Djalma Maranhão.

Enfim, obrigada a todos que se dispuseram a contribuir com o processo da produção do conhecimento aqui vislumbrado no intuito de retratar uma política pública municipal que lutava contra o analfabetismo e pela busca da inserção no mundo do trabalho.

TEIXEIRA, Walkyria de Oliveira Rocha. **A Educação Profissional na Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler: De Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão.** 2017. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – IFRN: PPGEP, Natal, 2017.

RESUMO

Esta dissertação compõe-se de uma parte da história da Educação Profissional, concretizada no seio da *Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler*. O intuito é o de promover o reconhecimento desse movimento de educação e cultura popular de Natal/RN, do início da década de 1960, como uma política pública educacional deste município, cujas finalidades voltavam-se para a erradicação do analfabetismo e para a formação profissional. Ademais, visa a contribuir para a inserção da Campanha na história da Educação Profissional do Brasil. O trajeto de investigação foi construído tendo como referente metodológico o paradigma indiciário, por meio da técnica *bola de neve* para o encontro de sujeitos privilegiados. Aporta-se, desse modo, em práticas interpretativas, fundadas em documentos, materiais bibliográficos e nas falas dos sujeitos que objetivamente compuseram a história da sexta fase da Campanha e proporcionaram o delineamento da conjuntura política e social vivenciada durante o mandato de Djalma Maranhão quando prefeito da cidade de Natal. Assim, foi identificada através dos indícios a realidade que cercava a temática de estudo no movimento dialético da história, dinâmica na qual se realizava a objetivação da vida. Os dados coletados possibilitaram o mapeamento das relações entre educação e trabalho vivenciadas na Campanha, bem como a compreensão da Educação Profissional como a síntese dessas relações no âmbito dessa política municipal. Observa-se, ainda, que foi capacitada uma gama de alunos da capital potiguar para atuar profissionalmente, e que o processo formativo para o trabalho foi realizado, principalmente, nos galpões dos Acampamentos Escolares, construídos nas periferias da cidade para facilitar o acesso da população mais carente e esquecida pelos poderes públicos. A aceitação dos cursos profissionais se refletiu na demanda crescente por qualificações dessa natureza, registrada pela Prefeitura de Natal naquele momento histórico, época na qual a população sofria com a falta de educação e de trabalho. A Campanha foi interrompida com o Golpe Civil-Militar de 1964, que além de punir os responsáveis pela Campanha, tentou banir da história seus vestígios. Todavia, neste trabalho, conseguimos reunir alguns desses vestígios, recompondo uma parte substancial da Educação Profissional que ali se fez.

Palavras-chave: Educação Popular; De Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão; Educação Profissional.

TEIXEIRA, Walkyria de Oliveira Rocha. **A Educação Profissional na Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler: De Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão.** 2017. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação) – IFRN: PPGEP, Natal, 2017.

ABSTRATC

This dissertation is a part of the history of vocational Professional Education materialized in the core of the campaign Barefoot, We Also Learn to Read (De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler). It aims at promoting the acknowledgment of this important movement of education and culture in the city of Natal/RN in the early 1960s. A public educational policy that fought illiteracy and promoted vocational professional formation. Also, this study contributes for the insertion of this Campaign in the history of vocational Professional Education in Brazil. The investigation path was built on the methodological paradigm using the snowball sampling to meet the privileged subjects. This study is based on interpretative practices founded in documents, bibliographical materials and the speeches of the subjects that objectively compounded the history of the sixth stage of the campaign. They provided the outlining of the social and political conjecture during the term of Djalma Maranhão as mayor of the city of Natal. Thus, through the evidences, was identified the reality surrounding the theme of study in the dialectical movement of history, a dynamic in which the objectification of life was realized. The collected data allowed the mapping of the relationships between education and work experienced during the Campaign, as well as the understanding of Professional Education as the synthesis of these relations within the scope of this municipal policy. In addition, the data showed a range of students from the capital of Potiguar was trained to work professionally, and that the formation process for working was, specially, carried out in the barns of the School Camps built in the surroundings of the city to facilitate the access for those who were politically unprivileged and forgotten by public policies. The approval of vocational professional courses was reflected on the growing demand for qualifications of this nature, registered by the City Hall of Natal at that historical moment, when the population suffered from lack of education and work. The campaign was ceased with the Civil-Military Coup in 1964. It punished the ones responsible for the campaign and tried to banish its traces from history. Nevertheless, this work reunited some of these evidences restoring a substantive part of the vocational professional education of the city.

Keywords: Popular Education; Barefoot, we also learn a profession; Illiteracy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPCPE:	Base de Pesquisa Cultura, Política e Educação
CAPES:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPLAR:	Campanha de Educação Popular
CFP:	Centros de Formação dos Professores
CNBB:	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPC:	Centro Popular de Cultura
EMATER:	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EUA:	Estados Unidos da América
IBGE:	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB:	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MPC:	Movimento de Cultura Popular
MEB:	Movimento de Educação de Base
OIT:	Organização Internacional do trabalho
ONU:	Organização das Nações Unidas
PDC:	Partido Democrata Cristão
PP:	Partido Popular
PSD:	Partido Social Democrático
PTB:	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN:	Partido Trabalhista Nacional
SNI:	Serviço Nacional de Informações
UDN:	União Democrática Nacional
UFRN:	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UNE:	União Nacional dos Estudantes
UNESCO:	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
URSS:	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Material promocional utilizado por Djalma Maranhão e Luiz Gonzaga na campanha eleitoral para a primeira eleição direta para o executivo municipal de Natal/RN	45
Figura 2:	Acampamento Escolar do Bairro das Rocas	58
Figura 3:	Inauguração da Terceira Praça de Cultura no Grande Ponto (nov. /1963)	61
Figura 4:	Manchete do jornal local que anunciava a educação para o trabalho no âmbito da Campanha	64
Figura 5:	Diretor de Ensino do Município de Natal em 1960	88
Figura 6:	Aluno da Campanha aprendendo a arte de confeccionar sapatos	89
Figura 7:	O ensino voltado às atividades agrícolas no acampamento escolar	91
Figura 8:	Curso de Alfaiataria ministrado aos participantes do projeto em um dos galpões da <i>Campanha De Pé no Chão Também se Aprende Uma Profissão</i>	92
Figura 9:	Aulas de datilografia ministradas nos acampamentos escolares	98
Figura 10:	Aulas de cabelereiro ministradas nos acampamentos escolares	98
Figura 11:	Prontuário de Moacyr de Góes registrado na Secretaria do Estado do Interior e Segurança do Rio Grande do Norte, dossiê do DOPS	104
Figura 12:	Moacyr de Góes discursando para a população no palanque montado pelo Executivo Municipal	105
Figura 13:	Djalma Maranhão, Prefeito de Natal, entre os anos de 1960 a 1964	106
Figura 14:	Saída do Prefeito Djalma Maranhão para o exílio no Uruguai..	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Teses e Dissertações encontradas no Portal da CAPES com o descritor: “Campanha de Pé no Chão Também Se Aprende a Ler” – 2017	67
Quadro 2: Artigos encontrados no Portal de Periódicos da CAPES com o descritor: “Campanha de Pé no Chão Também Se Aprende a Ler” – 2017	69
Quadro 3: Trabalhos encontrados na rede mundial de computadores com o descritor: “Campanha de Pé no Chão Também Se Aprende a Ler” – 2017	70
Quadro 4: Acampamentos Escolares que funcionavam em Natal/RN durante a <i>Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler</i> (1960 – 1964)	87

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil - Brasileiros entre os anos de 1940 a 1970...	49
Tabela 2:	Taxa de analfabetismo no Brasil registrado em 2010	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de analfabetismo no Brasil registrado em 2010	53
Gráfico 2: Produções científicas do país acerca da <i>Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler</i> , entre os anos de 1964 a 2016	73

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NAS DÉCADAS DE 1950 – 1960.....	25
2.1 Movimentos Sociais no Brasil nas Décadas de 1950 – 1960	28
2.2 Políticas Educacionais para a Educação Profissional no Brasil nas Décadas de 1950 – 1960.....	36
3 A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER.....	44
3.1 Passos iniciais da <i>Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler</i>	45
3.1.1 A questão do analfabetismo em Natal/RN.....	48
3.2 Fases da <i>Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler</i>.....	57
3.3 O Estado do Conhecimento sobre a <i>Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler</i> na produção acadêmica brasileira	66
4 DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE UMA PROFISSÃO: ENTRE O IDEALIZADO E O MATERIALIZADO.....	75
4.1 Concepções de formação profissional para o trabalhador da Década de 1960	80
4.2 A Educação Profissional presente na <i>Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler</i>	93
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS	115
ANEXOS	

1

INTRODUÇÃO

A Educação Profissional pode ser concebida como um processo de ensino e de aprendizagem direcionado à mediação do conhecimento indispensável para a realização de determinado trabalho ligado à produção de bens ou de serviços socialmente necessários. Este trabalho assume como perspectiva de Educação Profissional a dinâmica educativa dirigida à formação humana integral (FHI), no sentido de reconhecê-la como parte inseparável da concepção que introduz este parágrafo em todos os campos em que se dá a preparação para a atividade laboral. (CIAVATTA, 2014).

Vigotski (2003) afirma que existem três tipos de educação para o trabalho. O primeiro tipo é praticado na Escola de Ofícios, a qual enxerga o trabalho como sendo o objetivo maior do ensino; no segundo, caracterizado pela Escola Ilustrativa, o trabalho passa a ser um meio encontrado pelos educadores para facilitar a assimilação do conteúdo, e seu papel é apenas elucidativo; o terceiro tipo de educação se traduz na Escola pelo Trabalho, que enxerga a atividade laboral como matéria-prima para o processo formativo. Vigotski (2003, p. 186) defende que:

O trabalho se transforma em conhecimento científico cristalizado e, para adquirir os hábitos necessários para esse trabalho, realmente é preciso dominar todo o enorme capital de conhecimentos acumulados sobre a natureza, utilizados em cada aperfeiçoamento técnico. [...]. A importância formativa desse trabalho é ilimitada porque, para dominá-lo por completo, é preciso dominar todo o material científico acumulado durante séculos.

Segundo esse autor russo, a escola com orientação profissional deve manter o foco no caráter politécnico, pois essa formação mais geral continua sendo o aspecto fundamental e básico para o educando. Realidade que reforça a necessidade de um olhar mais acurado no que tange à FHI.

Assim, vislumbra-se identificar traços conceituais da FHI no movimento popular vivenciado na década de 1960, no município de Natal, capital do Rio Grande do Norte, durante o segundo mandato do Prefeito Djalma Maranhão (1915 – 1971), eleito dessa

vez de maneira direta pelo povo no primeiro escrutínio nesse formato para o executivo municipal.

O contexto político norte rio-grandense na década de 1960 era dirigido por oligarquias agrárias que possuíam representantes nos principais partidos da época. A União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD), originários do Partido Popular (PP) no período do Estado Novo, dominavam o cenário local e defendiam interesses de uma base econômica comum, razão pela qual não apresentavam grandes divergências em suas plataformas políticas, apenas posicionamentos distintos em questões secundárias. (GERMANO, 2010).

Nas eleições para o executivo estadual no ano de 1960, Dinarte Mariz, Governador do Estado do Rio Grande do Norte pela UDN, lança a candidatura de Djalma Marinho para sucedê-lo a frente do Estado. O PSD até sinalizou, inicialmente, apoio a Marinho, porém, reavaliou a conjuntura e decidiu apresentar como candidato próprio o Deputado Federal Aluizio Alves, que tinha alcançado reconhecimento político na Câmara Federal.

Aluizio Alves, dissidente udenista, conseguiu apoio de parte dos membros da UDN insatisfeitos com a posição de Dinarte Mariz e, de forma concomitante, trouxe para sua candidatura a adesão do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do Partido Democrata Cristão (PDC) e do Partido Trabalhista Nacional (PTN), sendo responsável por emplacar a chapa de Djalma Maranhão (1915 – 1971) para a Prefeitura de Natal nas mesmas eleições.

No Rio Grande do Norte, assim como em Pernambuco, os candidatos que se mostraram favoráveis à industrialização apresentaram propostas reformistas e ganharam a simpatia dos eleitores. Tanto Aluizio Alves como Djalma Maranhão incluíram em seus projetos políticos assuntos ligados ao combate ao analfabetismo e a ampliação de vagas na rede pública de ensino. Assim, conseguiram identificação com os anseios populares.

Com a chegada de Djalma Maranhão à Prefeitura de Natal/RN, foi lançada uma ambiciosa política pública educacional que almejava por eliminar o analfabetismo na cidade, promovendo um processo de letramento associado ao estímulo por um alargamento do senso crítico na população local. Essa política foi iniciada em fevereiro de 1961 e se estendeu até abril de 1964, quando foi interrompida pelo Golpe Civil-Militar vivenciado no país de 1964 – 1985.

No contexto do referido projeto educacional, aspira-se a identificar o papel da Campanha *De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler*¹, averiguando quais os pressupostos inicialmente fixados entre suas propostas e a efetiva concretização no movimento, notadamente no que se refere à Educação Profissional materializada nos bancos dos acampamentos erguidos nesse processo e em outros espaços escolares.

Com base nessa análise, se almeja contribuir para dar visibilidade à Campanha como uma política educacional direcionada, em suas finalidades, para a Educação Profissional, auxiliando no reconhecimento da Campanha para a história do Brasil como uma política pública municipal que aspirava por educação e trabalho para aqueles que não tiveram acesso à escola e à formação para o trabalho.

Ademais, é importante verificar quais os pontos de contato entre o cumprimento do papel proposto para o modelo de Educação Profissional planejado para a Campanha e o desafio de uma educação que privilegiasse a formação humana integral, tendo o trabalho como um dos componentes dessa formação. Para tanto, foi feita uma revisão bibliográfica com o intuito de conferir quais as principais produções científicas que discorrem acerca da Campanha e quais suas contribuições para a análise realizada neste trabalho, qual seja: buscar indícios que nos permitam compor a história da sexta fase da Campanha, denominada *De Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão*, para, a partir dessa composição, analisar a presença de perspectivas de Formação Humana Integral (FHI) presente na Educação Profissional ali materializada.

Na pesquisa bibliográfica concretizada para o estudo em questão, percebeu-se que os articulistas direcionaram seus olhares para a Campanha retratando algumas experiências vivenciadas no movimento de educação popular em debate. Nesta produção, são trazidos aspectos pedagógicos característicos do processo de letramento, análises do material produzido como cartilhas de alfabetização e livros de leitura. Além disso, são feitas contextualizações do movimento histórico, da repressão militar imposta com o Golpe de 1964 e suas consequências para o projeto².

¹ A Campanha *De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler* será referenciada, neste trabalho, apenas como *De Pé No Chão*.

² Insta destacar que, para o fechamento do trabalho de mapeamento das produções acadêmicas acerca da Campanha *De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler*, concretizado para a construção dos Quadros 01, 02 e 03 desta pesquisa, a data limite foi o dia 30/08/2017. Ocorre que no mês de novembro do mesmo ano já foi possível encontrar na *web* três artigos que tratam da sexta fase da Campanha, que foram produzidos por Teixeira, Silva e Carlos (2017), intitulados de: **De Pé no Chão Também se Aprende uma Profissão**: a educação presente na Campanha; **O Pensamento Freireano**: uma análise das práticas da educação profissional na Campanha de Pé no Chão

As fases desenvolvidas no decorrer da Campanha também são referenciadas, entretanto, nesse mapeamento bibliográfico, chega-se à conclusão de que há poucos vestígios acerca da sexta fase, na qual a Educação Profissional foi ofertada à população. A maior parte dos autores desenvolveu estudos discorrendo sobre as demais etapas da política pública; alguns que trataram do tema, como Germano (2010) e Góes (1980), o fizeram apenas de maneira informativa, confirmando a existência da sexta fase do projeto educacional.

Considerados os objetivos pré-estabelecidos e os achados da pesquisa bibliográfica, deparou-se com um problema: como analisar um objeto cujas fontes não estavam à disposição em consequência do silenciamento promovido pela Ditadura Civil-Militar? Necessitava-se, portanto, de um método que permitisse encontrar indícios para compor essa história, permitindo, assim, analisá-la. Daí advém a escolha pelo método indiciário adotado por esta pesquisa. (GINZBURG, 1989).

Ginzburg (1989) adverte que a proposta de um método interpretativo centrado sobre resíduos, sobre os dados marginais são reveladores. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância, ou até triviais, complementam a concatenação de uma realidade inicialmente não retratada ou não conhecida pelo pesquisador, mas que pode ser representada com o auxílio do rastreamento dos subsídios inerentes ao objeto de análise.

Observou-se em Demo (1985), que com base no método científico é possível identificar as contradições do contexto no qual o objeto de estudo se insere, por meio do conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Essa afirmação possibilitou a reflexão sobre o método indiciário como caminho para a composição deste tema de estudo, no caso, a sexta fase da *Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler*. Esse método conduziu à compreensão dessa Campanha como uma política pública, mediante a percepção dos liames entre os fenômenos que a cercavam e suas circunstâncias, bem como os condicionantes que fomentaram sua formulação. Permitiu, ainda, realizar a composição histórica da sexta fase com base em seus determinantes histórico-sociais e ligada à soma dos poderes sociais que desencadearam vários arranjos na sociedade daquele momento, em um processo condizente com a realidade cultural existente naquele espaço.

Também se Aprende a Ler; e **A Campanha de pé no chão também se aprende a ler**: um projeto educacional para extirpar o analfabetismo em Natal/RN.

A utilização do método indiciário permitiu efetivar uma pesquisa de natureza qualitativa, pois almejava-se por laborar em uma perspectiva dialética, delineada por aspectos ligados a um universo de significações, como adverte Minayo (2007). Assim, no contexto proposto para o trabalho, dificultaria sobremaneira investigações fundadas apenas em quantificações, sendo mais fidedigno à realidade utilizar análises que primassem por componentes subjetivos, que enfatizassem a história do objeto em seu contexto, observando os indícios presentes nas falas, nas imagens e nos registros da época: verbalizados, disponibilizados e informados por sujeitos protagonistas da Campanha ou estudiosos do tema.

Efetivamente, mostra-se oportuno trazer à baila que a escolha pelo método indiciário como instrumento para subsidiar as inferências e os estudos consolidados ao longo da pesquisa, justifica-se frente às exiguidades de fontes e de dados oficiais que dessem conta do movimento popular em questão. Esse método utiliza tanto a parte histórica como outros aspectos circunstanciais para ajudar na reconstrução do objeto de estudo. Por essa razão, nos utilizamos de uma técnica denominada de “bola de neve”, por meio da qual um sujeito encontrado indica outro sujeito e assim sucessivamente, até se esgotarem as indicações. Velasco e Díaz de Rada (1997), pesquisadores espanhóis, definem que a pesquisa aplicada em ambientes que são comunidades de origem é uma forma de investigação sociocultural que exige a utilização de procedimentos e de técnicas que possibilitam a produção do conhecimento, tornando-a legítima e visível. Esse é o sentido desta pesquisa, tornar legítima e visível a sexta fase da Campanha.

Como a pesquisa aqui delineada tem como campo a comunidade de origem, qual seja, a cidade de Natal, o trabalho de pesquisa em campo usou a técnica metodológica *snowball sampling* (Bola de Neve) até considerar-se que houve saturação, ou seja, utilizou-se uma cadeia de referências sucessivas para compor um núcleo de informações necessárias ao entendimento do que foi a *Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão* e as aproximações dela com a formação humana integral.

Dessa forma, a partir da observância dos princípios norteadores que regem os procedimentos metodológicos, se efetivou o rastreamento dos sinais presentes no contexto em análise como forma de apreender as *nuances* e particularidades inerentes à situação, as quais ainda não tinham sido reveladas de maneira explícita na produção acadêmica consultada sobre a Campanha.

Assim, diante da conjuntura experimentada pelos brasileiros no período do Golpe Civil-Militar de 1964, bem como da violenta perseguição imposta aos gestores municipais da Campanha, em Natal/RN, que ocasionou a destruição de vários registros, dos relatórios dessa política pública e do material didático produzido, decidiu-se por um trabalho cujo paradigma se forja pelo método indiciário (GINZBURG, 1989). Seu uso possibilitou aferir o que se convencionou denominar *ocasião histórica da Campanha*, com base nos sinais e nas entrelinhas dos relatos privilegiados da época, aos quais se teve acesso por meio das entrevistas que remontaram às ações de combate ao analfabetismo e aos esforços dos protagonistas dessa política para desenvolver uma Educação Profissional no âmbito da Campanha.

A coleta dos depoimentos dos oito sujeitos serviu para enriquecer o estudo, corroborando as versões contidas em documentos e registros da época. Esses são devidamente caracterizados no Capítulo 4. Em ação paralela à pesquisa de campo, recorreu-se à análise iconográfica dos assentamentos por meio de fotografias do período, com o objetivo de recriar, pelo menos em parte, o ambiente vivido nos anos 1960. Os colaboradores da pesquisa estão ligados ao assunto seja porque vivenciaram a década de 1960 em Natal/RN, seja em razão de terem participado da construção da política pública municipal na condição de aluno, de professor e de gestor, ou ainda porque interagiram com atores privilegiados desse movimento de educação popular.

Por ser um assunto diretamente vinculado à política educacional com ênfase na alfabetização e na Educação Profissional, esta pesquisa justifica-se em termos acadêmicos e científicos por trazer a proposição de compor a história de um movimento socioeducacional, concatenando-a com a memória da educação para o trabalho ali proposto como forma de reconhecimento sociocultural de uma política educacional direcionada para os pobres da cidade de Natal/RN.

Diante do contexto sociopolítico e econômico vivenciado naquele momento histórico, indaga-se acerca dos principais anseios para a educação e para o trabalho idealizados no âmbito da Campanha, e se esses foram minimamente alcançados, tendo em vista a forma violenta e abrupta de como foi encerrada. Assim, questiona-se: O que há no movimento que merece reconhecimento público como forma de tornar visível uma experiência política de alfabetização coletivizada na cidade de Natal/RN, no início da década de 1960?

No tocante à metodologia, ainda é possível afirmar que se trata da forma como foi direcionado o estudo, ou a maneira investigativa sobre o problema, ou seja, quais os meios utilizados para que seja plausível achar as respostas às indagações sugeridas. Nesta, dialogamos com o pensamento de pesquisadores como Germano (2010), Góes (1980), Harvey (2014), Ramos (2013), Saviani (2007), Vygotsky (2003) e Moura (2013), a fim de dimensionar aspectos da sedimentação, das conquistas e da interrupção do movimento popular em estudo implantado em Natal/RN. Sendo assim, destacam-se os diálogos com os seguintes autores:

- a) José Willington Germano, Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), por ter pesquisado sobre a Campanha durante vários anos de sua trajetória acadêmica e esteve à frente da *Base de Pesquisa Cultura, Política e Educação* (BPCPE/UFRN), na qual orientou vários trabalhos relacionados à Campanha, tendo, inclusive, publicado livros e alguns artigos referentes ao assunto, de modo que oferta contextualizações fidedignas do momento pesquisado e da própria Campanha;
- b) O Professor Moacyr de Góes, Secretário de Educação Municipal durante a implementação do projeto educacional em Natal/RN no início dos anos 1960, sendo responsável por muitas ações que efetivaram a Campanha, portanto, um dos protagonistas principais dessa história. Como escritor, foi um dos primeiros a expor a realidade experimentada no momento histórico por ele vivenciado nessa política que se confunde com movimento social;
- c) Demerval Saviani enriquece o estudo ao debater a educação e suas políticas, revelando a dicotomia presente durante a elaboração da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), travada nos anos 1960. Discussão que indiretamente se refletiu no tipo de formação ofertada na *Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler*;
- d) Marise Nogueira Ramos, que define a Educação Profissional e avança os conflitos em torno dessa qualificação que tanto pode ser feita de maneira aligeirada ou a partir de uma visão mais completa que permita o conhecimento de processo produtivo e o papel do trabalhador;

- e) Dante Henrique Moura, que também aborda a Educação Profissional, destacando e criticando a atual visão da sociedade contemporânea no sentido de enxergar a educação do trabalhador como algo que deve estar centrado na dimensão econômica;
- f) David Harvey, por trazer o papel do fordismo como teoria que reforça o processo de exclusão vivenciado pelo trabalhador no sistema capitalista liberal;
- g) Liev Semionovich Vigotski, que discute os tipos de educação para o trabalho, destacando a relevância de reconhecê-lo como matéria-prima para os processos de ensino e de aprendizagem, além de lembrar que a Educação Profissional mantém um caráter politécnico que se acentuará de acordo com as escolhas na seara do trabalho.

Particularmente, no que toca à lógica organizacional do estudo, este texto dissertativo está estruturado em três capítulos, a fim de permitir ao leitor apreender o contexto social vivenciado nas décadas de 1950 a 1960, como base para a constituição da *Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler*. Ademais, se almeja permitir ao leitor verificar como foi formulada e materializada a sexta fase da *Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão* e suas aproximações com a formação humana integral.

O primeiro capítulo, *Movimentos Sociais e Políticas Educacionais para a Educação Profissional no Brasil nas décadas de 1950 – 1960*, traz definições relevantes para o entendimento dos assuntos abordados ao longo do estudo. Nessa perspectiva, são debatidos os movimentos sociais, a educação de maneira geral e, em particular, a Educação Profissional. Esta última é retratada de modo encadeado com o panorama histórico do país, observando-se o recorte temporal selecionado para este trabalho, qual seja: a década de 1960, bem como a discussão acerca da noção de políticas públicas dirigidas à Educação Profissional e concebidas na época.

Ainda no primeiro capítulo, e no intuito de expor o panorama mundial, salienta-se a disputa entre posições completamente antagônicas representadas durante a Guerra Fria pelos Estados Unidos da América (EUA) e pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que competiam para sedimentar suas ideologias ao redor do mundo e chegavam ao Brasil de modo também conflituoso.

O reflexo desse embate, tratado no texto, instigou questionamentos e despertou irredutíveis em virtude das desigualdades socioculturais impostas pelo sistema produtivo a classes mais humildes. As disparidades socioeconômicas entre as camadas sociais ajudaram na sedimentação do crescente sentimento desenvolvimentista visto nos movimentos sociais da década de 1960, mormente no Nordeste brasileiro, o que despertou a preocupação estadunidense.

A Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler, intitula o segundo capítulo. Neste, apresenta a *Campanha De Pé no Chão*, discorrendo sobre seus ideais e a logística utilizada ao longo da Campanha para concretizar a política, traduzindo a ligação dos seus preceitos político-pedagógicos com o pensamento que direcionava os organizadores a uma visão de capitalismo mais autônomo, no qual se permitisse vislumbrar uma educação emancipadora. Aqui, reporta-se à questão do analfabetismo na cidade e suas consequências políticas para a cidadania, e em paralelo, as fases da campanha são visualizadas para permitir ao leitor compreender a atmosfera vista em Natal/RN nos anos 1960. Finalmente, se apresenta o estado da arte correlato à *Campanha De Pé No Chão*, com o auxílio do banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

O terceiro capítulo, *De Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão: entre o idealizado e o materializado*, adentra na sexta fase³ da Campanha, haja vista ser nesse momento que se concentraram os esforços para a aplicação de uma Educação Profissional. Nele são debatidos os conceitos de educação de caráter profissional que também pudesse introduzir uma formação mais abrangente, ofertando, de tal sorte, acesso a conhecimentos gerais e, concomitantemente, a saberes de natureza mais técnica.

Destaca-se que os sujeitos da pesquisa são incluídos de maneira progressiva, com o fim de abranger a totalidade da Campanha em suas múltiplas dimensões, por meio de falas registradas em entrevistas semiestruturadas concretizadas no decorrer

³ Moacyr de Góes, no livro *De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler (1961-1964): uma escola democrática* – apresenta essa etapa do movimento como sendo a sexta fase da Campanha. Esse mesmo autor ainda lembra que no I Congresso Nacional de Alfabetização e Cultura Popular de Recife, a etapa referente à Educação Profissional é tida como a 5ª fase, em que pese o fato de que, na Conferência Interamericana de Ministros da Educação, que ocorreu em Bogotá/Colômbia, ter-se classificado como a 5ª fase o Centro de Formação de Professores – CFP (GÓES, 2010). Djalma Maranhão, em seu livro escrito no exílio – *A escola brasileira com dinheiro brasileiro* – qualifica o momento como a quinta fase da Campanha. Todavia, neste trabalho iremos considerar a Educação Profissional como a sexta fase, por entender que se adequa à realidade com mais justeza, haja vista que sua execução propriamente dita só ocorreu com a chegada dos alunos em 11 de fevereiro de 1963, ou seja, após o funcionamento do CFP.

desse trabalho acadêmico. Trata-se de pessoas que vivenciaram o movimento popular na capital potiguar durante o mandato de Djalma Maranhão (1915 – 1971).

Por fim, nas Considerações Finais, se enfatiza que a Campanha vislumbrou alfabetizar a população local de maneira a ofertar uma educação de caráter popular que fomentasse o desenvolvimento do senso crítico associado a uma formação que privilegiasse o fortalecimento da cultura local como forma de enaltecer a própria identificação de povo e de nação do Brasil. Sinaliza-se, de igual modo, que durante o processo de investigação, os indícios presentes nas falas dos sujeitos privilegiados ajudaram na reconstrução do que foi a Educação Profissional inserida no movimento político/social, cujo objetivo era o de também atender outra demanda dos natalenses, ou seja, a preparação para o mundo do trabalho.

2

MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL NAS DÉCADAS DE 1950 – 1960

Inquietações e buscas por melhorias que tornem a vida mais fácil são marcas presentes na história da humanidade. O homem está sempre em uma ação de transformação do meio em que vive e, nesse processo, a educação, mesmo que não seja a escolar, desempenha papel de destaque na socialização do conhecimento, e suas repercussões são visíveis no plano de desenvolvimento de qualquer país.

Desse modo, reconhecendo que a consolidação do saber não se limita ao uso da linguagem escrita, mas que também pode se materializar através de diversas formas, tais como a reprodução de experiências e a difusão de valores culturais inerentes à dada sociedade em determinado momento histórico, Pinto (2010, p. 31) sintetiza um conceito de educação como sendo o “processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses”. Em sintonia com o pensamento exposto, Ponce (2010, p. 171) traduz a educação da seguinte forma:

Processo mediante o qual as classes dominantes preparam na mentalidade e na conduta das crianças as condições fundamentais da sua própria existência [...], a classe que domina materialmente é também a que domina com a sua moral, a sua educação e suas ideias.

Paulo Freire (1977) discute o assunto e expõe que a educação é uma prática construtora do humano. Educar é humanizar, pois, partindo do pressuposto de que o Homem é um ser em processo de formação contínua, as pessoas se educam experimentando de maneira conjunta a construção cognitiva por meio de determinado objeto de conhecimento presente no cotidiano de cada uma. Assim, o ato de educar está imbricado em fomentar a capacidade crítica dos indivíduos, permitindo-lhes identificar a realidade que os cerca. Desse modo, é no desvelamento do contexto social vivido que poderá decidir as ações necessárias.

Referenciadas definições trazidas pelos autores, torna possível sintetizar um entendimento acerca de educação, no sentido de reconhecer que os ensinamentos

são reproduzidos e reinventados consoante aos padrões adotados pela sociedade. Os valores são sedimentados e difundidos entre as pessoas e contribuem para a preservação das estruturas sociais sem maiores questionamentos por parte de quem é subjugado pelos interesses das classes dominantes.

Assim, os saberes são transmitidos tanto em ambientes escolares como em situações cotidianas, bem como em contextos sociais distintos dos vivenciados em sala de aula, os quais ensejam a sedimentação de ideias que são absorvidas e introjetadas na sociedade e nas mentes das pessoas.

Concernente à Educação Profissional, é mais comum se enxergar uma maior flexibilidade nos limites que permeiam o seu conceito, no sentido de reconhecer a transferência de conteúdo por meio de métodos tradicionalmente vistos no ambiente escolar, mas, em paralelo, aceitar que também há saberes notadamente difundidos por meio das práticas vistas em espaços laborais.

Com efeito, a Educação Profissional no Brasil possuía, inicialmente, um caráter assistencialista, porém, os olhares voltados à temática foram se modificando, e hoje, apresentam um viés mais conexo aos interesses econômicos, os quais ditam as regras que serão observadas a fim de atender ao mercado, formando trabalhadores capacitados para abastecê-lo.

Sobre essa conexão, Moura (2013, p. 110) adverte que:

A centralidade da sociedade está na dimensão econômica, enquanto os seres humanos são instrumentos necessários à preservação e ao fortalecimento da economia. Essa ideologia potencializa em todas as áreas da sociabilidade humana os interesses individuais ou de grupo, fazendo-os prevalecer sobre os coletivos.

No trecho transcrito, o pesquisador exprime o modelo social vigente na sociedade capitalista contemporânea, destacando o papel exercido pela educação e, em especial, a Educação Profissional, que busca a valorização do trabalho subsidiando seus preceitos em dois aspectos distintos. O primeiro, fundado na educação popular, que atrelava ao processo de aprendizagem um projeto político para desenvolver o país com base no capitalismo nacional por via da promoção do amadurecimento das pessoas com relação às injustiças sociais. O segundo, inscrito na Teoria do Capital Humano, que impõe aos trabalhadores a responsabilidade exclusiva por seu sucesso no mercado laboral e cujo mérito dependerá individualmente de cada agente.

O êxito no processo de aprendizagem está muito associado às políticas públicas adotadas no âmbito do país. Assim, o aprimoramento profissional também perpassa pelas diretrizes adotadas em propostas pedagógicas, servindo de norte para a sociedade, que vai sendo edificada a partir dos parâmetros firmados pelos gestores. Saviani (2007) discute uma definição sobre a política educacional afirmando tratar-se de medidas que o Estado toma relativamente aos rumos que se devem imprimir à educação no país.

Nota-se que a escolha de políticas educacionais reflete um embate de propostas societárias antagônicas, associadas às representações sociais como valores, símbolos e normas que compõem um complexo arranjo social. Nessa disputa pela aplicação de políticas educacionais adequadas aos anseios da população, os dirigentes dos movimentos sociais podem assumir o protagonismo na procura por um padrão mais justo e sintonizado com as necessidades de cada integrante da sociedade. Referenciado papel pode ser atribuído às políticas sociais de Educação Profissional, na medida em que elas podem ser concebidas como ações concatenadas por um grupo cuja orientação está voltada para promover modificações sociais concernentes às propostas societárias antagônicas e a um dado contexto histórico através de ações políticas.

Desta feita, tendo em mente a complexidade das políticas públicas educacionais, e para uma melhor compreensão do estudo aqui desenvolvido, buscou-se situar o momento sociohistórico, político e cultural no qual a política pública municipal intitulada *Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler* foi formulada e executada, juntamente com sua proposta de Educação Profissional.

Assim, o presente capítulo discutirá o período compreendido entre os anos de 1950 a 1960, recorte temporal que alberga o momento da *Campanha De Pé no Chão*, aportando o cenário mundial para contribuir na visualização do quadro histórico e social experimentado no contexto histórico brasileiro. Dessa maneira, destaca-se o fim da Segunda Guerra Mundial e o acirramento dos ânimos entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

É enfatizado que a Guerra Fria interferiu nas ações e nos desdobramentos presentes no cotidiano das pessoas, desvelando o medo e a divisão do mundo em torno de dois sistemas econômicos antagônicos.

São trazidas as repercussões no Brasil, inicialmente alinhado aos interesses dos Estados Unidos, reconhecendo-se, porém, os efeitos do imperialismo

estadunidense, que subjuguava o país e exercia, através do sistema capitalista e seus investimentos em políticas públicas, inclusive educacionais, uma pressão intensa sobre os trabalhadores, os quais reagiam por meio de lutas e questionamentos, muitas vezes externados por atores sociais ou mesmo dirigentes políticos preocupados com a condução do país.

Em paralelo, discute-se a percepção dos brasileiros acerca da distinção sociocultural entre a Europa e o Brasil, fomentando o desejo de melhorias importantes via modernização, que seria alcançada através do progresso e da industrialização do país.

Nesse horizonte, e tendo em vista que o capital se alimenta das desigualdades entre os indivíduos, se buscará demonstrar, neste estudo, o liame entre o desejo pela inclusão social visto nos movimentos sociais que despontaram no destacado espaço de tempo e a reação do sistema. Assim, serão discutidos movimentos voltados à educação popular com propostas inclusivas, as repercussões internas e o posicionamento da Aliança para o Progresso diante da situação de irresignação vivenciada no Brasil daquele período.

2.1 Movimentos Sociais no Brasil nas Décadas de 1950 – 1960

No cenário mundial nas décadas de 1950 – 1960, vivenciava-se o fim da II Guerra Mundial. Os ânimos se acirraram entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA), materializados por meio de uma corrida armamentista mundialmente conhecida como Guerra Fria. Com efeito, a situação representava uma disputa entre as superpotências que tentavam provar que seu sistema político e econômico era melhor do que o do adversário.

Os capitalistas, liderados pelos EUA, apresentavam uma sistemática que prometia a restauração do equilíbrio mundial com fundamento no acúmulo de bens e no crescimento econômico. Enquanto a URSS liderava o bloco dos socialistas, disseminando a ideia de um sistema perfeito baseado na ausência de distinções entre as pessoas e no controle de renda e do comércio pelo Estado.

Com o fim da II Guerra Mundial, conforme destaca Harvey (2011, p. 34) os Estados Unidos, enfim, assumiram a posição de poder hegemônico dentro do mundo não comunista. Lideraram uma aliança global para manter a maior parte possível do mundo aberta para absorver o excedente de capital.

Mantendo os olhares no panorama econômico, o sistema capitalista da época estava subsidiado no fordismo, modelo produtivo que proporcionava um fracionamento na forma como o trabalho era exercido, cabendo a cada operário parte ínfima na cadeia produtiva. As atividades eram exaustivamente repetitivas e restritas a uma parte exclusiva da cadeia, de sorte que esse tipo de arranjo retirava do trabalhador a compreensão do processo cognitivo inerente às atividades por ele desenvolvidas. Em paralelo, era imposto um rígido controle do processo produtivo, sempre na busca pela otimização do ciclo laboral com o fito de obter maiores lucros. Os direitos trabalhistas também sofriam ataques relevantes que ensejaram o enfraquecimento da categoria.

Com isso, o fordismo se apresentava como sistema de reprodução da força de trabalho, cujo objetivo era o de transformar a atividade da mão de obra existente e sintonizando-a com uma linha de montagem de alta produtividade. Essa sistemática refletia a separação entre gerência, concepção, controle e execução do processo produtivo, no intuito de viabilizar a produção em massa associada a um consumo também em massa altamente lucrativo.

Infere-se que na lógica fordista o trabalhador era alijado do entendimento dos atos inerentes à cadeia produtiva, de modo que até poderiam alcançar certo grau de especialidade, mas, de maneira concomitante, perdiam a noção da integralidade da produção. As técnicas e os conceitos envolvidos para a confecção dos bens, dos serviços e das mercadorias passaram a configurar uma informação restrita à alta gerência administrativa, reforçando o mecanismo de alienação do trabalhador.

Os governos, vislumbrando diminuir as pressões trabalhistas da época, concretizavam medidas importantes para a manutenção do contexto laboral, a fim de manter um crescimento econômico estável. Dessa forma, promoveram um aumento dos padrões materiais de vida através de medidas com base no bem-estar social, interferindo tanto na administração econômica fordista como no controle da relação de salários. Entretanto, tais ações não puderam evitar as lutas constantes entre o capital e o trabalho em razão dos ataques sofridos pelos trabalhadores, vítimas do sistema dominante.

Em meados da década de 1960, a lógica mercantil do fordismo passou a enfrentar dificuldades. O posicionamento de Harvey (2014, p. 135) demonstra que:

Em retrospecto parece que havia indícios de problemas sérios no fordismo já em meados dos anos 60. Na época, a recuperação da Europa Ocidental e do Japão tinha se completado, seu mercado interno estava saturado e o impulso para criar mercados de exportação para os excedentes tinha de começar.

Considerando-se que a dinâmica social não é estanque, o sistema capitalista não se apresentava de maneira uniforme, pois além de experimentar as engrenagens do fordismo e, *a posteriori* da acumulação flexível, também vivenciava, notadamente na Europa, o período do Bem-Estar Social, com a instalação de arcabouços consistentes direcionados à proteção social (*Welfare State*). Aqui, segundo seus preceitos, se exercia um maior direcionamento nos ciclos econômicos, combinando políticas fiscais e monetárias.

O modelo do Bem-Estar social caracterizava-se, nos países de capitalismo avançado, pela presença marcante de políticas públicas de caráter universal, as quais vislumbravam resguardar necessidades prementes da população, tais como saúde, educação, previdência e habitação.

É relevante destacar que na ocasião, a conjuntura brasileira ajudava na sedimentação do pensamento desenvolvimentista no país. Era notória a desigualdade sociocultural, tanto em relação às regiões do Brasil como em países considerados de primeiro mundo. Logo, buscava-se disseminar na população os anseios de uma modernização que pudesse trazer, ao mesmo tempo, o progresso e a industrialização. Todavia, na particular realidade do Brasil, durante o Governo de Jânio Quadros em 1961, predominava uma visão conservadora, alinhada aos interesses estadunidenses e sedimentada no processo de industrialização, o qual exibia aspectos que entravam em rota de colisão com o posicionamento de esquerda, presente nas mobilizações educacionais do referenciado período. Os grupos esquerdistas, inspirados nos preceitos do Bem-Estar Social, buscavam sedimentar suas ações na ideologia nacional-desenvolvimentista do início da década de 1960.

É preciso lembrar que Ianni (1971) via o populismo como um movimento político que eclodiu no Brasil na era Vargas (1930) diante de uma crise econômica que impôs mudanças políticas, econômicas e sociais. Nesse processo, o Estado atuou como mediador para promover um pacto entre as classes, embora permitindo uma sobreposição dos interesses das classes dominantes. Na verdade, as massas populares eram manipuladas, porém, e em contrapartida, também significava um espaço para os trabalhadores manifestarem seu descontentamento.

Ianni (1971), ao trazer à baila a questão do populismo sempre presente na história brasileira do Século XX, destaca que ele contribuiu, em momentos de crise, para aplacar o clima de revolta com as feridas sociais, advindo das desigualdades vistas pelas classes populares.

Ao analisar a questão do populismo, Jessé de Souza (2017) evidencia como a elite brasileira torna suspeito e criminaliza tudo aquilo que advém das classes populares. Suas lideranças são estigmatizadas e acusadas de estarem manipulando a “falta de senso crítico” ou mesmo a “tolice” inerente à sua condição de classe.

Assim, sendo constatadas as disparidades existentes no país, no Nordeste se vivenciava grave crise econômica, mormente em virtude do declínio da economia local, alicerçada na produção agrícola. O Governo Federal de então fomentava a produção industrial no Centro Sul do país, contribuindo para agravar as diferenças econômicas e o clima de revolta na região. As forças populares reivindicavam espaço e poder na sociedade, ao passo que as forças dominantes, representadas pela burguesia industrial e pela oligarquia latifundiária, resistiam em ceder voz às classes populares na tomada de decisões.

No tocante aos conflitos sociais vistos nos anos de 1960, Germano (2011, p. 50) ressalta que:

O acirramento das lutas de classes foi notório, uma vez que a sociedade civil tornou-se mais ativa diante da ampliação da participação política e da organização dos trabalhadores urbanos e rurais. [...]. Saliente-se que, do ponto de vista ideológico, o nacionalismo de esquerda exerceu uma inequívoca influência nas mobilizações em que, frequentemente, a própria dominação burguesa era posta em questão.

O mundo capitalista vivenciava o fordismo, e em que pese este último não ter se efetivado no Brasil com as mesmas características vistas nos Estados Unidos ou na Europa, a exemplo do Bem-Estar social, ele impôs suas marcas no país, tais como o fracionamento de atividades e a perda do conhecimento de todo o processo produtivo, além da implantação de atividades de caráter repetitivo. Draibe (2011) relata que em países com tradição escravocrata, como é o caso do Brasil, a educação, principalmente, em seus níveis de Ensino Fundamental e Médio, foi sistematicamente relegada às margens da política social, em geral restrita ao atendimento da elite e de setores médios.

A Teoria do Capital Humano, idealizada por Schultz (1973), também estava presente na correlação de forças políticas e econômicas no cenário brasileiro. Suas

concepções partiam do entendimento fundamentado na essencialidade da educação para o alcance do sucesso. Segundo Schultz (1973), o trabalho humano podia ser otimizado por meio da qualificação do indivíduo, realidade que ensejaria uma maior produtividade econômica e um maior interesse do capital. Ora, na da mais pertinente para essa teoria, que atribuía exclusivamente ao indivíduo a responsabilidade por sua inserção social, pelo emprego e pelo desenvolvimento profissional.

As pressões mercadológicas demandavam das classes populares maior capacitação para atuar no campo profissional. Por isso, a necessidade de preparação para o mundo do trabalho, inclusive mediante a oferta de uma concepção distinta de Educação Profissional para os natalenses.

Assim, subsidiados no pensamento de inclusão social, muitos movimentos sociais foram despontando no Brasil na década de 1960, principalmente no Nordeste do país.

A educação popular estava associada à ideia de ensino para todos, em um processo de inclusão que envolvesse as pessoas que até então tinham sido alijadas da formação pelo letramento. Com base no tema, Moacyr de Góes (1980, p. 02) destaca como se deu a retomada do vetor social e político na educação popular, destacando que:

Na questão do ensino propriamente dito, a proposta do que seria a Educação Popular dos anos 60 começa a ser encaminhada em 1958 com o II Congresso Nacional de Educação de Adultos. Na preparação deste, no Seminário Regional de Pernambuco, Paulo Freire é relator do tema A educação dos adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos. Como a língua é uma coisa viva e para usar uma expressão dos nossos dias, em populações marginais leia-se populações excluídas. Esta é uma das retomadas do vetor social e político na educação, questão escamoteada durante o Estado Novo.

A década de 1960 configura-se como um período fértil de movimentos direcionados a ampliar a oferta de uma educação de cunho popular que decifrasse o mundo das letras e, em paralelo, que instigasse o desenvolvimento de um pensamento crítico capaz de traduzir o contexto histórico presente no interior da esfera social.

No momento em destaque, é possível relembrar movimentos populares que ganharam evidência no cenário brasileiro, como o Movimento de Cultura Popular (MCP), organizado pela Prefeitura do Recife em maio de 1960 e o Movimento de Educação de Base (MEB), preparado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil,

em convênio com o Governo Federal, em março de 1961. O Centro Popular de Cultura (CPC), conduzido pela União Nacional dos Estudantes (UNE) em abril de 1961, e a *Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler*, vislumbravam fomentar a consolidação da educação popular como forma de promover uma revolução educacional, ressalvada por suas particularidades. (FÁVERO, 2001).

O Movimento de Cultura Popular (MCP) de Pernambuco, organizado pela Prefeitura do Recife⁴, na forma de sociedade autônoma (GÓES, 1980, p. 40), tinha o escopo de conscientizar as massas por meio do processo formativo com ênfase na educação de base. Buscou alinhar suas atividades com a cultura popular para facilitar o processo cognitivo, bem como viabilizar a compreensão da historicidade dos sujeitos e partícipes do movimento. Nesse ambiente fértil, consoante lembra Moacyr de Góes (1980), estavam sendo gestados os primeiros experimentos do Sistema Paulo Freire.

O Movimento de Educação de Base (MEB) apresenta origens legais a partir do convênio entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Governo Federal, através do Decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961. Tinha como objetivo maior enfrentar o subdesenvolvimento brasileiro, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Logo subsidiou as ações direcionadas à conscientização das pessoas, mediante o incentivo ao letramento associado ao fomento do desenvolvimento de uma consciência crítica.

A Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR), com foco na educação popular, assim como o MEB, também produzia programas radiofônicos no intuito de ampliar seu alcance.

O Centro Popular de Cultura (CPC) foi alocado no Rio de Janeiro, apesar de ter suas raízes no Teatro de Arena de São Paulo. Este, apresentava o escopo de promover a conscientização de massa, em uma tentativa de se contrapor às ideologias disseminadas com fundamento no poder econômico. Vinculou-se à União

⁴ Miguel Arrais assumiu a Prefeitura de Recife em 15 de dezembro de 1959. Natural de Araripe, no Ceará, foi para Recife e formou-se em Direito, no ano de 1937. Servidor público, assumiu cargos administrativos como Secretário Estadual da Fazenda, perfazendo, também, uma longa trajetória na política brasileira. Foi eleito Prefeito de Recife com o apoio da Aliança Frente de Recife, composta pelo Partido Comunista, pelo Partido Socialista e pela esquerda democrática. Em seu governo, implantou programas de destaque na educação, como o MCP, procedeu a ampliação do sistema de abastecimento de água e energia elétrica, urbanizou bairros pobres e inaugurou a rede de ônibus elétricos na cidade. Em 1962, chegou ao Governo do Estado de Pernambuco, com o apoio da população mais pobre da capital, dos núcleos de trabalhadores rurais, da Igreja e dos comunistas. Contribuiu na conquista de várias melhorias para os trabalhadores, como o salário mínimo para o trabalhador rural e a concessão de crédito agrícola. Disponível em <<https://goo.gl/ssdmBY>> e <<https://goo.gl/u4svkZ>>. Acesso em: 27 de nov. de 2017.

Nacional dos Estudantes (UNE), que promoveu a divulgação dos seus ideais em todo o país.

Moacyr de Góes (1980, p. 46) comenta a atuação do CPC na capital potiguar. Diz ele:

O CPC de Natal indicava como objetivos em seus estatutos: promover e incentivar, com a ajuda de particulares e dos poderes públicos, a democratização da cultura; contribuir para a politização do povo, preparando-o para uma maior integração no processo histórico nacional; proporcionar a realização de pesquisas, estudos e cursos, visando a compreensão e interpretação da realidade socioeconômica do Estado e do País, na problemática e soluções.

A *Campanha De Pé No Chão* significava um movimento organizado pela Secretaria de Educação de Natal/RN, cuja finalidade era a de alfabetizar crianças, jovens, adultos e, de forma concomitante, a de instigar a percepção do contexto político cultural ao qual a população estava envolta. Significava um processo voltado à conscientização dos seus integrantes em torno do contexto socioeconômico vivenciado no período e suas repercussões na sociedade.

O afloramento dos referidos movimentos de educação popular despertou o interesse do imperialismo estadunidense. Preocupado com o rumo que os países latinos pudessem enveredar, os Estados Unidos lançaram a *Aliança para o Progresso*, uma ação política que oferecia ajuda financeira aos países da América Latina com o propósito de se aproximar e, em contrapartida, exercer um controle mais efetivo no âmbito interno de cada um, coibindo de tal arte qualquer aproximação com os ideais comunistas. (GERMANO, 1989).

Os principais atos concretizados sob a orientação da Aliança para o Progresso estavam ligados às intervenções nos sindicatos de trabalhadores, no intuito de identificar, coibir e exterminar qualquer pensamento contrário aos interesses do capital. As entidades estudantis que apresentassem uma visão mais crítica do contexto social também se tornavam alvo de incursões orquestradas pela Aliança, que almejava impedir a expansão do ideário socialista no resto do continente.

Nesse mesmo período, na Ilha de Cuba, a experiência comunista era consolidada, assustando o imperialismo americano no continente. A *Revolução Cubana* apresentou-se como uma resposta à opressão infligida pelo Governo de Fulgêncio Batista, na qual estudantes e intelectuais organizaram uma resistência e difundiram seus ideais com o auxílio de folhetos e jornais clandestinos que

fomentavam a luta pela liberdade. Foram travados vários embates e, no ano de 1959, a Revolução Cubana triunfou. Dentre as propostas de modificações no contexto social dos cubanos, registre-se a preocupação com o combate ao analfabetismo, aspecto que também serviu de inspiração para os movimentos voltados à educação popular presenciado, principalmente, no Nordeste do Brasil, na década de 1960. (CABRERA, 2012).

No Brasil, em que pese à busca pelo melhoramento da educação, as estratégias junto aos trabalhadores se desenvolveram de maneira distinta. A Igreja Católica, que enxergava o comunismo como uma ameaça real e que precisava ser combatida, efetivou estratégias no sentido de instigar a organização de comunidades em organismos que pudessem ser devidamente acompanhados. Nesse processo, estimulou os trabalhadores rurais a se organizarem através das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais.

As Ligas Camponesas se constituíram em um movimento de combate ao latifúndio, liderado pelo Deputado Francisco Julião, em Pernambuco. Seus preceitos logo ganharam a aceitação popular e se estenderam para os estados da Paraíba e de Alagoas.

Os sindicatos exerceram papel relevante na organização dos camponeses, contribuindo para a identificação de classe. Observou-se, também, que a Igreja Católica implementou ações que fomentaram a consolidação de sindicatos e promoveu discussões e cursos de formação de lideranças para disseminar novas ideias políticas. Entretanto, a Igreja buscava direcionar a força dos sindicatos, tentando desvencilhar suas práticas de um discurso de cunho partidário. (ROCHA FILHO, 2005).

Outra frente de combate ao analfabetismo residia nos movimentos culturais que apresentavam uma arte engajada politicamente. O tema cultura popular contribuía para incutir o nacionalismo e a busca por transformações sociais que procuravam subsídios em uma política nacional populista, alicerçada na valorização do povo e de sua cultura como instrumento para auxiliar no crescimento da nação.

Infere-se que os diversos movimentos de cunho popular experimentados no país na década de 1960, mormente na região Nordeste, possuíam o direcionamento crítico e libertário, se contrapondo aos interesses da Aliança para o Progresso.

A resposta seria impiedosa e concretizou-se por meio do Golpe Civil e Militar de 1964. O Professor Willington Germano (1989, p. 152) descreve com muita

propriedade o cenário visto na capital potiguar, berço de um daqueles movimentos populares da década de 1960 considerados subversivos, conhecido como *Campanha De Pé No Chão Também se Aprende a Ler*. Escreve ele:

Em oito dias a situação política da cidade de Natal estava inteiramente modificada. O prefeito e o vice-prefeito foram depostos e cassados; o Exército ocupava os sindicatos operários da mesma forma que interviu no Diretório Central dos Estudantes; foram escolhidos os novos prefeito e vice; a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” fora realizada; começaram as prisões e as repressões; começaram as intervenções nos sindicatos e nos diretórios estudantis. (Grifos do autor).

A repressão aos movimentos de cultura e educação popular foi violenta, posto que eram considerados perturbadores da ordem social e vistos como comunistas que tinham a ousadia de questionar as desigualdades sociais e os efeitos nocivos do imperialismo estadunidense. Do trecho trazido pelo Pesquisador Willington Germano, percebe-se o clima de terror imposto a todos. As ações foram rápidas, violentas e extremamente eficazes, eliminando qualquer vestígio dos movimentos populares e das políticas públicas presentes no referenciado recorte temporal.

O tópico seguinte transita pelas políticas públicas, fazendo a ligação com o pensamento considerado válido para a Educação Profissional, com base em um projeto de desenvolvimento dependente do capital estrangeiro, o qual reverberava em todo o sistema educacional. Ao mesmo tempo, os movimentos sociais buscavam reformas estruturais, uma lógica organizacional para o país que permitisse uma atuação mais independente e autônoma frente às disputas ideológicas da época. A dicotomia apresentada se refletiu nos ditames contidos na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que só foi aprovada depois de muitas discussões.

2.2 Políticas Educacionais para a Educação Profissional no Brasil nas Décadas de 1950 – 1960

A problemática da formação humana integral não nasce nem se encerra no sistema educacional, pois a educação está inserida numa discussão maior que envolve a sociedade, albergando trabalho, ciência e cultura. A partir dessa concepção, pode-se enxergar a Educação Profissional como um processo de aprendizagens diversas para além do campo laboral.

Conforme Vigotski (2003), a completude da formação profissional deve abranger conhecimentos gerais necessários para o convívio social e, de maneira concomitante, envolver saberes pertinentes à área de atuação laboral. Dessa forma, a escola, com orientação para o trabalho, deve possuir um viés politécnico que permita ao aluno acumular os conhecimentos gerais relativos ao trabalho humano, utilizando, para tanto, o capital de conhecimentos acumulados sobre a natureza para utilizar em aperfeiçoamentos técnicos.

Ramos (2013, p. 30), ao tratar da Educação Profissional, a define como:

Processo pelo qual os trabalhadores são formados para produzirem sua existência por meio do seu trabalho, o qual se volta para a produção de bens e serviços necessários socialmente. Como campo de conhecimento, se vista sob o prisma do modo de produção da existência, implica um fenômeno em que estão em relação histórica, tensa e contraditória: distintas necessidades dos sujeitos e das classes sociais; o trabalho se realizando como produtor de valor de uso e de valor de troca, como criação humana e como alienação, como potencial humano e como mercadoria; a ciência como força produtiva e como força destrutiva; a tecnologia como meio de liberdade ou de opressão humana, como geradora de tempo livre ou de miséria.

Na sociedade brasileira há, registros dessa educação sendo ofertada em vários pontos do país e em diferentes momentos da nossa história. Ainda no Período Colonial, já se visualizavam marcas de uma educação de cunho profissional, pois tanto os indígenas como os africanos escravizados recebiam treinamento com o fim de realizar atividades específicas voltadas ao bom funcionamento da comunidade. (FONSECA, 1961).

Em Minas Gerais, por exemplo, com as Casas de Fundição e Moeda, se exigia um ensino especializado para manusear o ouro. Os Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha do Brasil também ministravam capacitações que demandavam um ensinamento específico. Já em 1808, o Colégio das Fábricas foi considerado o primeiro estabelecimento instalado pelo Governo brasileiro voltado à Educação Profissional. (FONSECA, 1961).

É importante ter em mente que no Brasil, o ensino profissional esteve associado, inicialmente, a uma perspectiva assistencialista, pois visava a amparar órfãos e desvalidos da sorte, viabilizando um caminho de subsistência (MOURA, 2013, p. 62). Apenas no Século XX o capital passa a determinar modificações correlatas à maneira de se enxergar essa modalidade formativa, exigindo adequações aos ditames do mercado econômico para ofertar operários minimamente capacitados para a indústria.

O direcionamento mercadológico já infligia suas marcas desde o Estado Novo (1937 – 1945), momento em que o processo cognitivo e a educação formal já eram reconhecidos como necessidades para a expansão industrial, entretanto, não estavam inseridos na política educacional da época. Nota-se que as estruturas educacionais do país não se comunicavam, existindo um abismo entre a formação propedêutica e o ensino profissionalizante.

Com efeito, é imperioso reconhecer na história industrial e tecnológica brasileira o confronto entre projetos que visavam ao desenvolvimento por caminhos diferentes e antagônicos, podendo ensejar tanto um desempenho autônomo quanto uma atuação dependente, que fatalmente se refletiria no contexto educacional, mormente no campo de formação profissional.

Destarte, a escolha por um desses projetos poderia enveredar pela reprodução de um dos muitos arcabouços sociais vistos pelo mundo, subsidiados nas distinções entre pobres e ricos cujos destinos eram traçados pela possibilidade de se ter ou não uma formação humana integral, fundada na socialização de saberes variados. Ou ao contrário, se optar por uma educação que possibilitava apenas dominar competências restritas acerca de um conteúdo mínimo capaz de atender ao mercado econômico.

É importante lembrar que as diferenciações de acesso ao conhecimento contribuem para fomentar a desigualdade entre os sujeitos sociais, servindo à manutenção de estruturas quase que indestrutíveis de exploração dos mais vulneráveis em uma cadeia produtiva fomentada pelo capitalismo.

A partir dessa lógica dualista, no tocante ao tratamento dispensado à Educação Profissional, esta experimentou algumas modificações para atender às exigências do setor industrial, sem maiores imbricações com a formação geral, pois era a lógica que imperava no contexto retratado.

Em fevereiro de 1959, devido às exigências do próprio mercado, que demandava trabalhadores com competência para atuar no campo industrial, o governo publica a Lei nº 3.552, determinando que o ensino industrial integrasse o sistema educacional, até então encarado de maneira apartada de um processo cognitivo que ensejasse reflexão crítica e emancipatória.

No mesmo ano, o Decreto nº 47.038/1959 define a Rede Federal de Ensino Técnico para aplacar os anseios econômicos que exigiam uma maior qualificação de mão de obra, impelindo, dessa forma, o Estado a assumir parte dessa qualificação do trabalhador, consoante revela Ramos (2013, p. 22).

Assim, de acordo com a história experimentada neste país, a Educação Profissional é comumente concebida como aquele ensinamento restrito aos anseios do mercado econômico, sem maiores preocupações com a formação intelectual do indivíduo que recebe migalhas do saber em detrimento de uma formação *omnilateral* capaz de permitir a edificação de um pensamento crítico.

Com efeito, esse processo precisa ser analisado com base nas relações de poder existentes no plano estrutural e conjuntural da sociedade, as quais reverberam em todo o complexo tecido social, conforme adverte Frigotto (2010, p. 25). No caso específico da Educação Profissional, sua análise também perpassa pelos embates entre projetos hegemônicos e contra-hegemônicos que se desdobram em todas as esferas da coletividade.

Percebe-se que modificações na seara educacional precisam ser inseridas nas políticas públicas implementadas pelo governo, entendendo-as como uma estratégia de atuação a ser concretizada por um ente federativo no intuito de atender às demandas sociais consideradas mais urgentes pelo gestor público. Trata-se de um ato de escolha dentre os possíveis projetos, a fim de que a máquina administrativa atue na busca do bem comum. Azevedo (2004, p. 5) traz o debate sobre o conceito de políticas, destacando que “o conceito de políticas públicas implica considerar os recursos de poder que operem na sua definição e que têm nas instituições do Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente”.

Isto posto, as políticas públicas são táticas do governo que interferem nas relações de produção e no campo dos serviços sociais, sendo formuladas a partir de um conjunto de valores, de programas e de medidas do Estado, engendradas com base em interesses coletivos eleitos como os mais relevantes para o momento histórico vivenciado.

Na década de 1960, observa-se que no Brasil existia a disputa entre dois projetos de desenvolvimento industrial e tecnológico antagônicos, os quais, fatalmente, iriam interferir no plano educacional que seria posto em prática. Tratava de se definir qual capitalismo seguir-se-ia, o autônomo ou o subordinado ao grande capital. O capitalismo dependente reflete um modelo tanto estrutural à expansão do capital quanto histórico, pois é criado como necessidade de expansão do capital. (RAMOS, 2013, p. 1).

O Governo Juscelino Kubitschek preferiu escolher a adesão a um modelo que primava pelo desenvolvimento econômico dependente, lançando, entre outras

medidas, o Plano de Metas (1956 – 1960). Dentre as suas diretrizes, é possível apontar as características que mais se destacam:

A abertura ao capital estrangeiro por via das multinacionais e da ideologia desenvolvimentista. Forma-se, nesse contexto, uma burguesia industrial brasileira associada, de forma subordinada, à burguesia internacional; [...]. O Estado, além de se manter como mediador entre as diversas forças sociais do país, passa também a produzir mercadorias e serviços, principalmente os infraestruturais. (RAMOS, 2013, p. 24).

O arcabouço desenhado no Plano de Metas reforça o caráter de dependência adotado pelo governo, priorizando medidas que atendessem aos interesses do capital hegemônico. É preciso reconhecer o elo entre o modo de produção escolhido com o sistema educacional vigente, haja vista o primeiro interferir de forma contundente nas possibilidades do segundo.

A partir dessa concatenação, parte-se para o período de edificação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), marcado pelo fim da Segunda Guerra Mundial, no qual os países subdesenvolvidos direcionavam sua produção industrial para atender às demandas das elites locais, enquanto os países centrais concentravam esforços para os interesses bélicos.

Tal realidade interferiu no tipo de educação que deveria ser ofertada, haja vista a educação superior disponibilizada às elites brasileiras possuir um caráter pobre, superficial e sem valorização no campo da pesquisa. A educação das classes populares direcionava para uma formação profissional que proporcionava competências restritivas que só atendiam às exigências mercadológicas, excluindo-se qualquer possibilidade para o desenvolvimento de um pensamento crítico, segundo anui Moura (2010).

Com base nessas contradições, em outubro de 1948, o Projeto de LDB tramitava com muitos sobressaltos, na medida em que refletia os contrassensos presentes na sociedade brasileira, acostumada com a dualidade estrutural na educação. Nesse sentido:

A luta em torno da criação da LDB ocorreu em meio à polarização de interesses entre os setores populares e populistas que pleiteavam, entre outros aspectos, e extensão da rede escolar gratuita (primário e secundário) e equivalência entre ensino médio propedêutico e profissionalizante [...]. Enquanto isso, os setores vinculados às classes hegemônicas [...] reivindicavam a redução da ação da sociedade política sobre a escola. (MOURA, 2010, p. 66).

Diante da falta de consenso entre os temas inseridos na LDB, a proposta foi substituída pelo projeto de Carlos Lacerda⁵, que privilegiava os interesses dos estabelecimentos privados de ensino. Na linha desse raciocínio, Saviani (2007, p. 106) reitera o posicionamento já revelado por Moura (2010) ao abordar a dicotomia vista no momento histórico em destaque:

No período compreendido entre 1946 e 1964, observa-se uma tensão entre duas visões de Plano de Educação que, de certo modo, expressa a contradição entre forças que se aglutinaram sob a bandeira do nacionalismo desenvolvimentista que atribuíam ao Estado a tarefa de planejar o desenvolvimento do país libertando-o da dependência externa, e aquelas que defendiam a iniciativa privada, contrapondo-se à ingerência do Estado na economia e àquilo que taxavam de monopólio estatal do ensino. Essas duas tendências repercutiram no debate que se travou por ocasião da discussão no Congresso Nacional do projeto da nossa primeira Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional.

Já no Governo de João Goulart, em 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) conseguiu ser promulgada sem superar a dualidade estrutural entre formação propedêutica e a Educação Profissional. Seu texto se apoiava na distinção formativa entre os filhos das elites, futuros dirigentes do país e, portanto, com uma trajetória acadêmica a ser trilhada; e aquela destinada aos filhos da classe trabalhadora, cuja formação acadêmica seria restrita, contribuindo, de tal arte, para a manutenção das imposições do capital e da reprodução das classes sociais.

Observa-se que a disputa pelo modelo de capitalismo dependente ou autônomo, no contexto socioeconômico brasileiro, se refletia nas diversas regiões do país. Enquanto no Sudeste, em razão do seu processo de industrialização, as forças hegemônicas ditavam com vigor as regras que deveriam ser seguidas, no Nordeste os movimentos sociais traziam uma proposta de sociedade fundada em um caráter mais crítico, reconhecendo a necessidade de um desenvolvimento que envolvesse a formação profissional e, de maneira concomitante, ofertasse também uma educação que viabilizasse o pensamento crítico.

⁵ Carlos Lacerda, polêmico jornalista que exerceu mandados como Vereador, Deputado Federal e Governador do estado da Guanabara, em 1960. Foi um dos articuladores da Aliança Nacional Libertadora – ALN, que propunha a luta contra o imperialismo e a permanência dos latifúndios. Filiado à UDN, fez oposição às forças políticas vinculadas ao getulismo. Sofreu um atentado que ficou conhecido como *Atentado de Toneleros*. Este fato foi atribuído a Vargas, e contribuiu para aumentar a pressão sob o presidente. Disponível em: <<https://goo.gl/fJ7gVv>>. Acesso em: 27 de nov. de 2017.

Desta feita, políticas públicas como a *Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler*, no Rio Grande do Norte; o *Movimento de Cultura Popular* de Pernambuco; o *Movimento de Educação de Base* da CNBB; o *Centro Popular de Cultura* da UNE; e a *Educação Popular* da Paraíba, possuíam uma orientação nacionalista fundada na necessidade de promover um aprendizado que permitisse desvelar o mundo das letras e desenvolver um aprendizado estribado na valorização da cultura popular. O sentimento presente nesses movimentos mostrava-se sintonizado com o modelo de capitalismo autônomo e de cunho nacionalista, reformista e anti-imperialista.

Com um olhar voltado para o Nordeste, é possível tecer comentários à dura realidade presente na década de 1960 nessa Região, principalmente com relação à baixa oferta de vagas no ensino público, ocasionando pressões importantes para os entes federados. As taxas de analfabetismo alcançavam patamares de 40% da população⁶, configurando-se em outra demanda popular.

Outro anseio de envergadura similar relaciona-se à participação popular no processo de escolha dos dirigentes do país, visto que os analfabetos eram impedidos de participar do sufrágio político e, conseqüentemente, das decisões de maior interesse da sociedade. Com isso, algumas das estratégias utilizadas pelos gestores com o fim de resolver as principais solicitações da população eclodiram por meio dos movimentos de educação popular na década de 1960.

Em que pese à luta por mudanças a fim de se construir uma proposta educacional que primasse pela formação humana integral, seria preciso reconhecer que a Educação Profissional concretizada no país, mesmo no contexto contemporâneo, tem reproduzido uma educação precarizada e submissa, direcionando os trabalhos apenas para a execução das tarefas exigidas pelo mercado de trabalho sem o comprometimento com a construção do indivíduo em sua integralidade formativa. (KUENZER, 2006).

Diante do quadro apresentado, é relevante refletir sobre como foram desenvolvidos os fundamentos e a forma da Educação Profissional desencadeada na *Campanha de Pé No Chão* durante o mandato do então Prefeito Djalma Maranhão (1915-1971), bem como se deu sua implementação pelo Secretário de Educação

⁶ Segundo dados do IBGE, cerca de 40% da população brasileira com ou acima de 15 anos de idade era considerada analfabeta na década de 1960. Censo demográfico de 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/5HrTua>>. Acesso em: 29 de abr. de 2016.

Moacyr de Góes. Essa reflexão se faz oportuna porque a referida Campanha refletiu um movimento popular cujos desejos de mudanças sociais eram significativos, confrontando a base teórica idealizada por grupos hegemônicos com as medidas adotadas durante aquele período da história da cidade de Natal/RN.

Com esse pensamento, discorre-se, no capítulo seguinte, sobre a sedimentação da Campanha e suas fases, de maneira a reconstituir uma parte desse importante movimento educacional na história brasileira. Tal perspectiva também caminha na direção de sinalizar o forte apelo popular no sentido do acesso a uma educação gratuita e de qualidade para combater o flagelo do analfabetismo em Natal/RN. Apresenta-se, de igual modo, a identificação e a análise em torno do estado do conhecimento sobre a Campanha em pesquisas empreendidas no Brasil.

3

A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER

A organização do presente capítulo perpassará pela temática da criação da política pública municipal denominada *Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler*, bem como da fragilidade nas ofertas de vagas no sistema educacional do município do Natal/RN, no final da década de 1950 e início da década de 1960. Essa lacuna na oferta de vagas ensejou uma mobilização de gestores, intelectuais e cidadãos, unidos com pelo propósito de mudar a realidade da educação a que estava submetida quase 40% da população brasileira.

Com o tema central, são trazidos os números relacionados ao *déficit* de vagas na rede municipal de ensino, as inquietações populares ligadas à crescente demanda por educação e seus efeitos para a vida política no país. A discussão também perpassa pelo compromisso assumido pelo grupo do Prefeito Djalma Maranhão no combate ao analfabetismo, destacando as medidas que viabilizaram a *Campanha De Pé no Chão* e suas fases ao longo do quadriênio, entre os anos de 1960 a 1964, bem como as principais barreiras para o alcance do desiderato em tela.

Ainda no tocante à questão do analfabetismo, são abordados os percalços cominados às pessoas que não tiveram acesso ou êxito no processo educacional. Em paralelo, é debatido o universo de iletrados registrados em Natal/RN no período, bem como as dificuldades vivenciadas para a inserção no mercado de trabalho e no exercício de direitos políticos, como aqueles vinculados às eleições de representantes do povo nas três esferas de poder.

Tendo em vista que o estudo efetivado está ligado à construção de saberes para a composição da história da sexta fase da Campanha, é importante visualizar a produção científica das universidades brasileiras no tocante à *Campanha De Pé No Chão*, aferindo sua inserção nas pesquisas acadêmicas desenvolvidas no país com o intuito de verificar quais os indícios da fase de *Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão* que se encontram nesses estudos.

3.1 PASSOS INICIAIS DA CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER

Para o estudo aqui proposto, é importante enfatizar o destaque que a temática da educação ganhou nos anos iniciais da década de 1960 no município de Natal, capital do Rio Grande do Norte.

Na cidade potiguar, a ampliação das vagas em bancos escolares passou a ser reivindicada pela população local durante o escrutínio para a prefeitura da cidade, como maneira de minimizar os efeitos nocivos que o analfabetismo impunha aos natalenses.

Em 05 de novembro de 1960, Djalma Maranhão assumiu o executivo municipal com grande apoio popular. Essa base sólida foi fruto de articulações prévias, encadeadas pelo grupo político que subsidiava a chapa Djalma Maranhão e Luiz Gonzaga dos Santos no processo de busca por suporte político para concorrer, respectivamente, aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito de Natal/RN.

Figura 1

Material promocional utilizado por Djalma Maranhão e Luiz Gonzaga na campanha eleitoral para a primeira eleição direta para o executivo municipal de Natal/RN.



Fonte: <http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/imagens.htm>

No momento histórico em tela, as forças que sustentaram a candidatura Djalma Maranhão – Luiz Gonzaga, organizaram os Comandos Populares, compostos por políticos, intelectuais, estudantes, líderes sindicais e de bairros (GERMANO, 2010). Estes, contribuíram para capitanear simpatizantes com a plataforma política defendida por Djalma Maranhão. Os Comandos funcionavam como um cérebro responsável por pensar e coordenar as principais ações do processo eleitoral. Para tanto, recorreram à montagem de Acampamentos Nacionalistas, os quais ficavam estrategicamente mais próximos da população, tendo o papel de mobilizar eleitores e arrecadar contribuições financeiras para ajudar nos gastos de campanha eleitoral.

Diante do grande apoio popular, primordial para o sucesso alcançado nas urnas, o recém-empossado Prefeito de Natal/RN – Djalma Maranhão –, elegeu como meta principal do seu governo a extinção do analfabetismo na cidade, haja vista o problema ter sido identificado pelos potiguares como um dos mais urgentes para se buscar uma solução. A preocupação já se refletia na Carta-Mensagem redigida pelo chefe do executivo municipal em abril de 1961, antes mesmo de sua ascensão ao executivo municipal.

A seguir, um trecho da Carta-Mensagem enviada por Djalma Maranhão para diversas entidades e personalidades do país, cujo conteúdo desdobrava-se em pedido de apoio para a Campanha:

Há momentos decisivos na vida dos povos. É a hora em que a História marca suas encruzilhadas. Acreditamos que o povo brasileiro vive um desses momentos. Na sua luta contra o subdesenvolvimento ele precisa se erguer do solo e ganhar a sua independência de ação. E só poderá fazer isto se for alfabetizado e tiver uma educação mínima que o faça afirmativo na sociedade. Acreditamos que chegamos nessa encruzilhada: ou o povo se alfabetiza ou se escraviza. [...]. Queremos ser soldados da campanha de um amanhã melhor para o povo, através da educação. Essa mensagem queremos recordar a você. De Natal subdesenvolvido, no Nordeste subdesenvolvido, clamamos para todo o Brasil: precisamos nos dar às mãos, numa grande força para alfabetizar o povo e oferecer-lhes à educação necessária ao desenvolvimento do país. (MARANHÃO, [19-?], p.81)

Do fragmento em destaque, conclui-se o valor que a educação adquiriu nos planos de governo do grupo político que assumia o executivo municipal, comprometido em acabar com o analfabetismo na capital potiguar.

Dessa maneira, a *Campanha De Pé No Chão* foi fruto de um desdobramento dos anseios populares que apontavam para a questão educacional como um grave problema a ser debelado no âmbito da cidade. Os organizadores do movimento conseguiram reunir uma gama de profissionais que atuaram em várias frentes, dentre

elas, a da sensibilização popular, direcionada para garantir a participação de todos os segmentos da sociedade na construção e no auxílio à Campanha.

Era um período de muitas dificuldades financeiras, o Nordeste do Brasil experimentava uma crise econômica ensejada, principalmente, pela perda de espaço da agricultura no cenário econômico nacional. As disparidades entre as regiões do país se acentuavam com o crescimento da industrialização no Centro-Sul e o declínio econômico do Nordeste atrelado aos percalços enfrentados no campo. Ademais, a prefeitura de Natal/RN apresentava dificuldades financeiras herdadas da gestão que antecedeu Djalma Maranhão. Assim, mostrava-se imperioso buscar a ajuda dos natalenses para concretizar o projeto educacional.

As dificuldades se erguiam de várias searas, tais como uma infraestrutura precária, quantitativo de pessoal insuficiente e pouco qualificado, os espaços físicos para as aulas não comportavam a demanda, o material didático e, principalmente, o orçamento, mostravam-se insuficientes para as medidas necessárias.

No início do trajeto, havia uma exiguidade de salas de aula que pudessem atender a contento a real necessidade do município, bem como existia uma carência de dinheiro para se construir novas salas, de modo que o executivo municipal reconheceu que a solução da questão perpassaria pela sensibilização popular. Os natalenses compreenderam o quadro socioeconômico da prefeitura e disponibilizaram ambientes residenciais ou mesmo comerciais para instalar escolinhas.

Outra frente de atuação que coube aos gestores municipais residia na capacitação dos indivíduos que trabalhariam no projeto, a fim de padronizar o conteúdo a ser socializado. Razão pela qual foi criado o Centro de Formação dos Professores (CFP), cuja missão era a de sistematizar toda a parte pedagógica a ser ministrada, capacitando os profissionais que atuariam nos processos de ensino e de aprendizagem.

A aproximação com os artistas também foi outro importante aspecto utilizado na execução do projeto, pois auxiliaria na parte cultural desenvolvida dentro da política municipal para ofertar uma educação de qualidade, comprometida com o ensino de maneira crítica e libertadora.

Destacada política foi sistematizada pela Secretaria Municipal de Educação de Natal/RN na década de 1960. Moacyr de Góes era o secretário da época, e coube a ele coordenar as atividades e promover a execução do movimento popular que possuía o escopo de alfabetizar crianças, jovens, adultos e, de forma concomitante,

instigar a percepção e a compreensão do contexto político e cultural no qual a população estava inserida. Significou, também, um processo voltado à conscientização dos seus integrantes acerca do contexto socioeconômico vivenciado no período e suas repercussões no tecido social.

3.1.1 A questão do analfabetismo em Natal/RN

A capital potiguar, em 1960, registrava uma população de 154.276 indivíduos (GÓES, 2000), dos quais 60.254 pessoas não tiveram acesso ao sistema educacional ou não conseguiram obter êxito durante os processos de ensino e de aprendizagem, de modo que engrossavam as fileiras do analfabetismo no Nordeste brasileiro.

O *déficit* de vagas na rede de ensino era outro problema a ser enfrentado pelos governantes municipais, haja vista o número de grupos escolares ter diminuído de onze para dez unidades entre os anos de 1941 a 1961, bem como o quantitativo de escolinhas municipais decrescer de 120 para 86 unidades em novembro de 1960. (GERMANO, 2010).

Discutindo o analfabetismo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO)⁷ o concebia, em 1958⁸, como sendo a impossibilidade atribuída a um indivíduo de ler ou de escrever um enunciado simples.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adotava, para os anos 1960, o conceito de analfabetismo inicialmente sugerido pela UNESCO, ou seja, iletrada seria aquela pessoa incapaz de ler e de escrever um bilhete simples no idioma que conhece.

Tendo em mente as definições da UNESCO para o momento, os registros concernentes ao analfabetismo no Brasil alcançavam índices de aproximadamente 40% da população brasileira⁹, composta por 70.070.475 habitantes, segundo dados do IBGE, retratados na Tabela 1.

⁷ UNESCO é o acrônimo de *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura).

⁸ Dados extraídos do 2^a Relatório Global sobre aprendizagem e educação de adultos. Disponível em: <<https://goo.gl/o7V9di>>. Acesso em: 27 de nov. de 2017.

⁹ Segundo dados do IBGE, cerca de aproximadamente 40% da população brasileira com ou acima de 15 anos de idade era considerada analfabeta na década de 1960. Censo demográfico de 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/WceiFB>>. Acesso em: 27 de nov. de 2017.

Tabela 1

Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade no Brasil entre os anos de 1940 a 1970.

Ano	%
1940	56,0
1950	50,5
1960	39,6
1970	33,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Ser iletrado, entre os anos de 1950 a 1960, significava a total exclusão da vida política do município e, em uma perspectiva maior, correspondia à exclusão da escolha dos dirigentes do país. Apenas com o advento da Carta Magna brasileira de 1988 foi facultada ao analfabeto a possibilidade de participar do processo de sufrágio (FERREIRA FILHO, 2012). Nesses termos, a condição de iletrado, antes da promulgação da Constituição Cidadã de 1988, no Brasil, conferia a invisibilidade às pessoas, alijando-as do exercício de direitos básicos como os ligados ao exercício da cidadania e o acesso ao trabalho mais qualificado.

O mencionado processo de supressão política dessas pessoas ocasionou um crescente sentimento de inconformismo e de indignação na sociedade, o qual se refletiu durante os pleitos eleitorais em vários pontos do país.

Percebe-se que o momento em destaque, o qual abrangia a implantação e a execução da *Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler*, foi um período marcado por crises sociais. Constatavam-se dificuldades econômicas com o declínio da agricultura no cenário nacional, afetada pelos efeitos devastadores da grande seca de 1958 e pelo direcionamento dos investimentos à indústria nacional. A irresignação popular era outra dificuldade a ser enfrentada, pois a sociedade local enxergava na política do Governo Federal falhas na condução das medidas para a retirada do Nordeste da estagnação.

Em Natal, no ano de 1960, Djalma Maranhão chegou à prefeitura com apoio popular na primeira eleição direta realizada na cidade para o executivo municipal. A alteração no formato do processo de escolha dos dirigentes locais foi motivada pela aprovação de uma lei específica na Assembleia Legislativa, a qual concedia autonomia política e administrativa para o Município do Natal.

Ao assumir o cargo, o então Prefeito se deparou com uma dura realidade, qual seja: havia um aumento populacional que não era acompanhado de forma concomitante por um sistema eficiente de educação que fosse capaz de albergar todas as demandas da época.

É importante lembrar que, na capital do Rio Grande do Norte, com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945), pela localização estratégica da cidade no mapa mundial, a presença de muitos militares do país, e também de outras nacionalidades, encontravam em Natal ambiente adequado para sistematizar as ações encadeadas pelos países Aliados¹⁰. Pertinente realidade fomentou o desenvolvimento urbano e contribuiu para o aumento populacional, em contrapartida, pressionou a infraestrutura local organizada para atender, apenas, às demandas mais básicas dos natalenses.

Ademais, o quadro de seca dos anos de 1950 também contribuiu para a migração das pessoas do campo em busca de melhores condições de vida na cidade, contribuindo para o inchaço urbano. (SILVA, 2006).

Desse modo, a situação educacional vista em Natal/RN logo se tornou crítica com o aumento populacional, pois não houve igual aumento no acesso às instituições escolares, pelo contrário, se observou uma diminuição na oferta de vagas das escolas públicas municipais, que, fatalmente, se refletiria nos números de iletrados que residiam na cidade.

Considerando esse contexto, Germano (1989, p. 93) destaca que na década de 1960 era visível a fragilidade do sistema escolar ofertado à população natalense. Realidade herdada pelo grupo político que acabara de assumir a prefeitura:

A situação educacional do município era dramática, o número de escolas públicas regredira ao longo dos anos, ao invés de aumentar. Basta ver que os onze grupos escolares que há vinte anos atrás funcionavam na cidade estavam reduzidos, em 1961, a dez unidades de ensino. **Da mesma maneira, o número de ‘escolinhas’ mantidas pela prefeitura decrescera de 120 em 1958 para 86 em novembro de 1960.** (Grifo nosso).

A preocupação com a temática do letramento na cidade não caminhou *pari passu* com a necessidade por espaços escolares. O executivo municipal era ocupado por Djalma Maranhão, que havia sido indicado em fevereiro de 1956 pelo Governador do Estado, Dinarte Mariz, representante da oligarquia algodoeiro-pecuária. Era um período em que Natal não tinha autonomia administrativa.

¹⁰ Vários países integraram as Forças Aliadas na Segunda Guerra Mundial, os principais representantes eram os Estados Unidos, o Reino Unido e a União Soviética. Acrescentem-se, ainda, países como a China, a Polônia e a parte livre da França, que participaram ativamente dos combates. Outros países se somaram ao longo da guerra, dentre eles, o Brasil, com a presença das Forças Expedicionárias Brasileiras – FEB.

Ocorre que Djalma Maranhão enxergava com muita sensibilidade as questões originárias das classes populares e, obviamente, os choques com o governo eram inevitáveis, o que dificultava as ações da prefeitura. Nesse contexto, a questão ligada à educação não atendeu a contento, permitindo, em um período de apenas dois anos – 1958 a 1960 –, que quase 30% (trinta por cento) das vagas nas escolinhas fossem reduzidas, como aponta Germano (1989).

Em sintonia com as fragilidades elencadas por Germano (1989), o Professor Moacyr de Góes (1980, p. 53), reiterando a grave situação, alertava que:

O índice de analfabetismo na população **acima de 14 anos**, o mais alto era o do Nordeste (59,97%) e, em Natal, o Censo de 1960 revelara a existência de 60.254 analfabetos, cifra possível de ser decomposta em 35.810 crianças e 24.444 adultos. (Grifo nosso).

Ora, esses números trazidos por Góes (1980) reforçam o quadro já retratado de descaso com a educação na Região Nordeste. É importante destacar que a população pobre era a principal afetada nesse processo excludente ligado ao analfabetismo. Os filhos das classes mais abastadas tinham a opção de recorrer, à época, ao ensino privado, como o ofertado pelo Colégio Marista¹¹ e pelo Colégio Salesiano¹², ambos organizados pela Igreja Católica. Em Natal, estavam fora do processo de letramento cerca de 39% da população local, conforme lembra Germano (1989). O secretário de educação do município nesse momento também afirmava que Natal contava com uma população de 154.276 habitantes, segundo o Censo de 1960, e tinha mais de 60.000 analfabetos (adultos e crianças) sem escolas.

Com efeito, o poder executivo da capital potiguar, representado por Djalma Maranhão, elegeu o combate ao analfabetismo como uma dificuldade a ser enfrentada por meio de uma política pública municipal direcionada à parte significativa da população que não possuía instrução formal. Naquele contexto histórico, é relevante salientar, mais uma vez, que ser analfabeto representava a exclusão do processo de escolha dos representantes políticos, pois os analfabetos estavam alijados do pleito eleitoral.

¹¹ Dom Marcolino Dantas, Bispo Diocesano de Natal/RN, convidou, em 1929, os Irmãos Maristas para assumirem a direção do Colégio Marista de Natal em 02 de fevereiro de 1930. O mesmo ainda funciona nos dias atuais, contribuindo para uma educação de qualidade na capital potiguar. Informação disponível em: <<https://goo.gl/EDGf8f>>. Acesso em: 27 de nov. de 2017.

¹² O Colégio Salesiano, que se encontra ainda hoje disponibilizando educação de qualidade, iniciou seu trabalho educativo no ano de 1936 em Natal. Em 1959, foi instalado o seu curso ginásial. Disponível em: <<https://goo.gl/G1g3Q1>>. Acesso em: 24 de nov. de 2017.

Saviani (2013, p. 745) destaca o significado do domínio do mundo das letras para os indivíduos que vivem numa sociedade contemporânea, ressaltando que:

A sociedade moderna, centrada na cidade e na indústria, assumindo a forma de uma sociedade do tipo contratual, substituiu o direito natural ou consuetudinário pelo direito positivo. Isto quer dizer que a sociedade urbano-industrial se baseia em normas escritas. Portanto, a participação ativa na sociedade, vale dizer, **o exercício dos direitos de todo tipo, pressupõe o acesso aos códigos escritos**. Eis porque esse mesmo tipo de sociedade erigiu a escola em forma principal e dominante de educação e advogou a universalização da escola elementar como forma de converter todos os indivíduos em cidadãos, isto é, em sujeitos de direitos e deveres. (Grifo nosso).

Com base nisso, depreende-se que a exclusão do processo educacional nega a cidadania aos brasileiros. Assim, a *Campanha de Pé No Chão* teve início na década de 1960, com o escopo de alfabetizar crianças, jovens e adultos em uma proposta que hoje, na segunda década do Século XXI, chamamos de educação inclusiva. Essa proposta pressupunha a oferta de um ensino crítico que utilizava o conhecimento popular associado às noções mais propedêuticas com o fito de estimular o aprendizado.

Parte relevante do ensino foi desenvolvida em galpões e acampamentos escolares com chão de terra batida¹³, haja vista não existir nem estrutura física suficiente, nem verbas públicas para construir novas escolas. (GÓES, 1980).

Infelizmente, a problemática do analfabetismo continua nos dias atuais, mesmo após distintas políticas educacionais criadas por governos tanto de esquerda como de direita para eliminar essa mancha na história da sociedade brasileira. Hoje, mesmo diante de tantos avanços tecnológicos, a realidade nos impõe ilações no sentido de questionar: o analfabetismo pode ser extirpado da malha social? Ora, o êxito da Ilha de Cuba é um fato concreto que não pode ser ignorado nesse aspecto, pois, por meio de investimentos em políticas públicas educacionais, conseguiram alfabetizar seus cidadãos. Então, há beneficiados com o analfabetismo? E a educação tem o poder de modificar o país? Essas são algumas das muitas questões impossíveis de serem respondidas neste trabalho, mas registra-se como forma de reflexão sobre o problema.

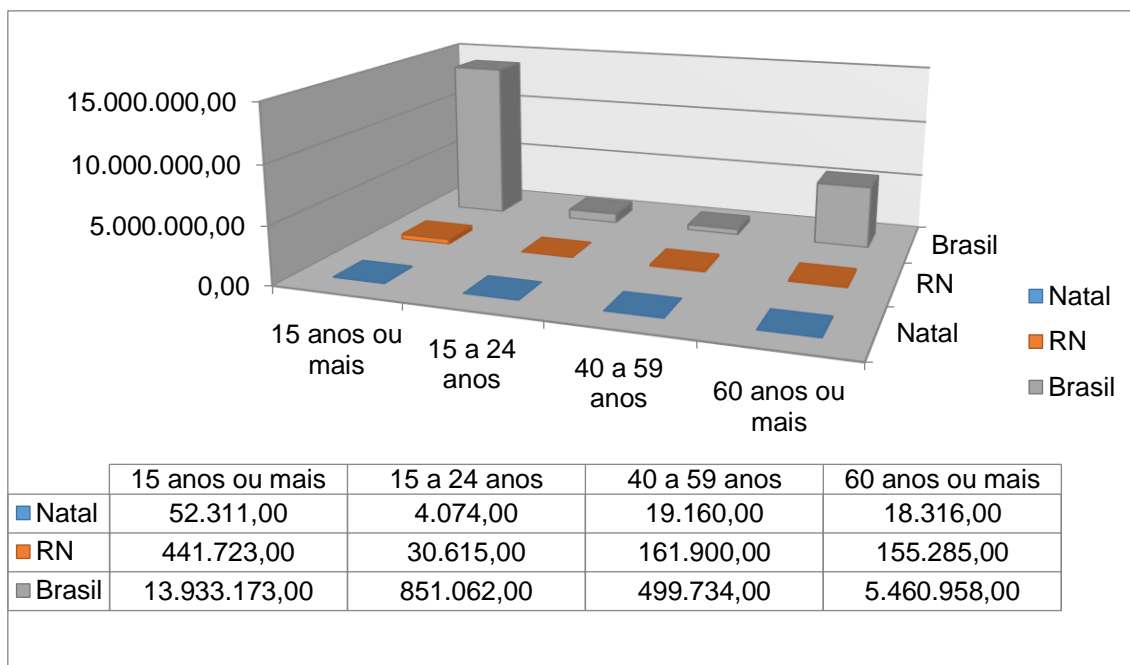
Transcorridos mais de 50 anos do Censo Demográfico de 1960, o IBGE traz números inquietantes na pesquisa feita no ano de 2010 referentes ao analfabetismo,

¹³ Razão pela qual se escolheu o nome da política pública em tela: *Dé Pé No Chão Também Se Aprende a Ler*.

apontado para o município em pauta. Veja-se, no Gráfico 1, os principais dados que delineiam a temática.

Gráfico 1

Taxa de analfabetismo no Brasil registrado em 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010.

Na população da capital do Rio Grande do Norte, há registros de índice de iletrados, com 15 anos ou mais que ultrapassam a marca de 50.000 (cinquenta mil) pessoas em 2010, significando 6,5% da população total que morava em Natal¹⁴. Ou seja, 52.311 natalenses eram analfabetos em 2010. Esse quantitativo também pode ser comparado com o Estado do Rio Grande do Norte e com o Brasil, conforme se visualiza na Tabela 2.

¹⁴ Com base numa população de 803.739 pessoas, conforme o IBGE. Disponível em: <<https://goo.gl/T92Qe4>>. Acesso em 27 de nov. de 2017.

Tabela 2

Taxa de analfabetismo no Brasil registrado em 2010

Habitantes por ente federado em 2010 e Taxa de analfabetismo no Brasil (%)			
	Total de habitantes	Total de analfabetos (15 anos ou mais)	Percentual da população (%) com relação ao ente federado
Brasil	190.732.694	13.933.173	7,3
RN	3.168.027	441.723	13,94
Natal	803.739	52.311	6,5

Fonte: IBGE, Censo 2010.

Em números absolutos, mais de meio século depois da *Campanha De Pé No Chão* ter direcionado seus esforços para extirpar o analfabetismo na capital potiguar, constata-se que, hodiernamente, ainda há na cidade um contingente aproximado daquela quantidade de indivíduos incapazes de decifrar e de interpretar as letras, se comparado às informações registradas em 1960, quando havia em torno de 60.000 (sessenta mil) iletrados, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 1960.

Em que pese ter sido tema de inúmeras campanhas e programas governamentais, todos os processos de letramento no Brasil ocorridos após os anos 1960 não lograram êxito para a extinção do problema. Ações como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) que perdurou durante o período da Ditadura Civil-Militar; o Programa Alfabetização Solidária (PAS), criado no Governo de Fernando Henrique Cardoso; e o Brasil Alfabetizado; que iniciou suas ações em 2003 e perdura ainda hoje, tentaram, sem sucesso, vencer a dificuldade ligada ao analfabetismo¹⁵.

É importante ressaltar que a visionária *Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler* representou, ainda, uma tentativa de conscientizar a população acerca da submissão cultural, política e econômica por parte das grandes potências mundiais, na medida em que, de forma paralela à alfabetização, também se promovia o amadurecimento do senso crítico dos alunos.

¹⁵ Práticas usuais de alfabetização de adultos sedimentadas em técnicas que se restringiam apenas ao ensinamento da leitura, da escrita e do contar se mostraram pouco atrativas. Ademais, a inexistência de concatenação dessa metodologia de ensino e aprendizagem com a realidade dos educandos dificulta a formação do senso crítico, haja vista minar as possibilidades de questionamentos, permitindo a manutenção de estruturas socioeconômicas já consolidadas. (GERMANO, 2010).

Com efeito, o movimento popular vivenciado em Natal/RN buscava sintonizar suas ações com outros movimentos sociais já abordados no capítulo anterior, os quais se fortificavam no país, em especial na Região Nordeste. Todos preocupados em ofertar o aprimoramento em diversos campos de desempenho, inclusive em capacitações direcionadas ao trabalho em uma perspectiva libertadora.

A Campanha visava a fugir exatamente do retrato apresentado por Anísio Teixeira ([19_ _?], p. 17), ao tecer comentários sobre a forma como a educação era oferecida aos brasileiros menos abastados ao longo da nossa história, demonstrando uma trajetória de erros e desrespeito:

Dificultavam-se os recursos para o empreendimento; ministra-se educação do tipo inútil e que desencoraje a maioria em prosseguir-la; e se a teimosia popular insistir pela frequência à escola, abrevia-se o período escolar, oferece-se o mínimo possível de educação, alega-se que tal se faz por princípios democráticos, a fim de atender a todos ... contanto que o processo educativo perca os seus característicos perturbadores, ou seja, a sua capacidade de facilitar o deslocamento e a reordenação social, em virtude da expansão escolar a todos.

Infere-se que o texto é bastante atual, denunciando um descompasso entre as reais necessidades de aprendizado, bem como a ausência de consideração com aqueles que já enfrentam inúmeras dificuldades, dentre elas, o acesso à educação de qualidade capaz de proporcionar o aprimoramento do senso crítico.

Efetivamente, na década de 1960 são vivenciados no Brasil diversos movimentos de fortalecimento da cultura como um instrumento de modificação social, visto que neles se enxergava a possibilidade da disseminação dos saberes e do desenvolvimento da criticidade entre as pessoas.

Fávero (1983, p. 74) alerta sobre a dependência política e econômica associada com a descaracterização cultural que era imposta aos brasileiros no período em destaque, enfatizando o papel da cultura para a conscientização dos indivíduos. Segundo esse autor:

A conscientização da situação de dependência por parte do povo brasileiro trouxe novas perspectivas no sentido de deter a trajetória de dominação [...]. A nossa luta interna de libertação liga-se profundamente à cultura popular, que assume no primeiro momento o sentido de desalienação de nossa cultura, sobrepondo aos valores culturais estranhos aos nossos valores outros criados e elaborados aqui. Essa tarefa fundamental da cultura popular, sobrepor a nossa cultura às culturas estrangeiras, sem perder de vista, evidentemente, o sentido universal, permitindo um processo de aculturação em que haja predominância da cultura brasileira.

A denúncia de Fávero recai sobre o histórico de dominação externa a que o país tem se submetido desde o seu descobrimento e que interfere nas percepções de mundo e na forma como os cidadãos se portam a partir dessa perspectiva.

Em que pese atualmente o fato do analfabetismo não mais impedir o exercício do direito de voto no Brasil, ele traz consigo um estigma de inferioridade e de fracasso que se impõe ao iletrado. Sequelas que interferem na forma como as pessoas se portam nas relações sociais, inclusive no mundo do trabalho, pois essa gama de analfabetos será mão de obra de baixa qualificação profissional, com dificuldades de inclusão no mercado e com pouco retorno salarial. Esse é um dos fatores que faz com que se perpetue a miséria e a pobreza no país.

A reparação dessa realidade, principalmente no âmbito da *Campanha De Pé No Chão*, apresentou-se como tarefa árdua, pois era preciso superar dificuldades das mais variadas ordens, tais como: espaço físico, professores capacitados, material didático adequado que instigasse os alunos, carteiras para as atividades, quadro, lápis, livros, cadernos e alimentação, enfim, uma longa lista de itens que precisariam chegar às mãos dos estudantes para, assim, chegarem à sexta fase, materializando a articulação de saberes da leitura, da escrita e do contar com a formação para o trabalho.

Em contrapartida, conquistas também foram efetivadas ao longo do movimento, e é necessário lembrar o esforço de todos os envolvidos que se comprometeram em combater os efeitos devastadores do analfabetismo em Natal/RN, personagens como: Luiz Inácio Maranhão, Mailde Pinto Galvão, Margarida Cortez, Ives Bezerra, Luiz da Câmara Cascudo, Newton Navarro, Hélio Vasconcelos, Omar Pimenta e tantos outros que demonstraram comprometimento com a educação e o processo formativo do ser humano.

Com embasamento nos relatos do Professor Moacyr de Góes (1980, p. 131), no primeiro ano foram registradas 2.974 matrículas. As vagas foram sendo ampliadas ao longo das demais fases, de sorte que, no ano de 1964, pouco antes do Golpe Civil-Militar, existia o quantitativo de 17.000 alunos inscritos na Campanha. Com esse raciocínio, se conclui, com base no Censo Demográfico de 1960, que dos quase 60.000 iletrados da capital potiguar, aproximadamente 29% dos iletrados haviam se matriculado em escolas da política pública em estudo.

Diante da relevância dessa política pública municipal dirigida ao aprimoramento do processo educacional em Natal/RN, suas fases serão abordadas para uma melhor

compreensão do funcionamento e da articulação entre as etapas materializadas ao longo do processo.

3.2 FASES DA CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER

A *Campanha De Pé No Chão também Se Aprende a Ler* foi concretizada no início dos anos 1960, e foi formulada para ser implementada em oito fases, que foram sendo executadas consoante às demandas que se apresentavam. As etapas se entrelaçavam e se complementavam para proporcionar um melhor processo de letramento para os mais pobres da cidade. São elas:

As *Escolinhas* se constituíram na primeira fase, e em que pese o movimento popular *De Pé No Chão* ter sido iniciado no ano de 1960, com a chegada de Djalma Maranhão à Prefeitura da capital do Rio Grande do Norte, essa fase foi alicerçada em momento anterior, entre os anos de 1956 a 1959, período no qual Djalma Maranhão tinha ocupado a Prefeitura por meio de eleição indireta e se utilizou das *Escolinhas* como forma de minimizar o problema do analfabetismo. Então, essas *Escolinhas* são o embrião da Campanha. (GÓES, 2010).

Barbosa Júnior (2016) reitera o marco inicial das *Escolinhas* já no primeiro mandato de Djalma Maranhão, entre os anos de 1956 e 1959, com a utilização das salas de alfabetização destinadas às crianças, aos jovens e aos adultos. Nesse contexto, o projeto recorria a ambientes disponibilizados pela população de Natal/RN, como espaços escolares, haja vista a falta de estrutura física e financeira no âmbito municipal para atender a todos os interessados em aprender a ler, a escrever e a contar.

A ampliação das vagas e das salas de aula era uma das principais reivindicações dos natalenses, e para atender a esses anseios, a saída inicial perpassaria por medidas voltadas ao aumento da oferta, com a utilização de ambientes e salas cedidos pela população, por sindicatos ou por grupos organizados da sociedade civil.

No que tange à utilização desses espaços, percebe-se que, apesar de melhorar o contexto educacional, esses não eram suficientes para atender satisfatoriamente à

demanda, de modo que os munícipes cobravam as promessas da Campanha. Segundo o Secretário de Educação da época¹⁶, citado por Araújo (2004), vê-se que:

Da consolidação das propostas aprovadas nas convenções de bairro dos Comitês Nacionalistas emergiram a educação e a cultura como meta número um, além da erradicação do analfabetismo. [...]. Fui convocado pelo Comitê Nacionalista das Rocas para discutir a erradicação do analfabetismo naquele bairro. [...]. Em meio à discussão, um participante pede a palavra e propõe: se não pode construir escolas de alvenaria faça escolas cobertas de palha de coqueiro, mas faça a escola. (GÓES apud ARAÚJO, 2004, p. 219-221).

Assim, a *Campanha De Pé No Chão* alcançava um novo momento, no qual se recorreriam a rústicos galpões para ministrar as aulas. Estes, teriam baixo custo para serem construídos em regiões com espaço suficiente para acomodar os estudantes. No tocante às principais atividades empreendidas pelo governo municipal da época, a edificação dos *Acampamentos Escolares*¹⁷ se configurava como uma das mais relevantes, pois distinguiu com maestria escola e prédio escolar.

Os *Acampamentos Escolares* eram grandes galpões (30mx8m) com materiais rústicos, construídos basicamente de madeira e de palha de coqueiro para se ter espaços maiores, no intuito de dar continuidade aos processos de ensino e de aprendizagem. Essas construções marcaram a segunda fase do movimento.

Figura 2

Acampamento Escolar do Bairro das Rocas – 1961.



Fonte: <http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/imagens.htm>

¹⁶ Moacyr de Góes.

¹⁷ Grandes galpões de 30x8 metros, cobertos de palha de coqueiro e chão de barro batido. A construção é bastante utilizada pelos pescadores nordestinos como abrigo nas praias.

Os *Acampamentos* continham, em regra, um grande salão dividido em quatro salas de aula. As atividades culturais eram realizadas em um galpão circular integrado ao espaço onde ocorriam as reuniões de pais e mestres, ou ainda festividades ligadas à cultura local. A única parte de alvenaria albergava a área administrativa, constituída de uma pequena sala que comportava diretoria, almoxarifado, secretaria e banheiros.

A ideia de se adotar esses tipos de edificações foi amadurecida após um encontro no Comitê Nacionalista das Rocas, no qual Moacyr de Góes escutou dos moradores a ideia e apresentou-a para o prefeito, que, imediatamente, concordou com a sugestão feita pelos munícipes para atender a um número maior de analfabetos, criando, assim, os *Acampamentos Escolares*.

Registre-se, aqui, a sintonia do pensamento dos gestores potiguares com o ideário nacional-desenvolvimentista, enxergando uma oportunidade, mesmo que muito diferente dos modelos convencionais de sala de aula, para pôr em prática uma escola brasileira erguida com dinheiro nacional e possível para aquele momento.

Para Germano (2010), Moacyr de Góes enxergava que o papel da escola era buscar atender às necessidades dos brasileiros. Assim, por meio dela se mudaria a realidade do país, pondo um fim na transplantação cultural imposta pelo capitalismo hegemônico. Conforme assinala Germano (2010):

Para Moacyr de Góes a educação teria um caráter revolucionário, assim sendo, cabia a ela, educação, precedendo as mudanças de estrutura diversamente da indicação de Marx, preparar o amanhã novo da sociedade renovada. (GERMANO, 2010, p. 156-157).

Clara de Góes¹⁸ (2009) reforça o perfil revolucionário atribuído ao seu pai, destacando sua credulidade no poder contido na educação, e lembra:

Meu pai, Moacyr de Góes, era obcecado pela Educação. Mais propriamente pela igualdade, mas, não a igualdade abstrata que vem junto com a liberdade, como um ideal republicano, mas como um meio de resgatar seres humanos de uma dimensão na qual sua humanidade é diminuída; a humilhação de não saber escrever o próprio nome. A educação, para meu pai, era um instrumento de fomentar humanidade; e de fazê-lo usando papel e lápis. **Era sua revolução.** (Grifo nosso).

Vislumbrando discutir a terminologia *revolução*, Florestan Fernandes (1981) diferencia possíveis acepções para a palavra. De maneira simples, ressalta que está intrínseca ao conceito a ideia de alterações contínuas ou súbitas que ocorrem na

¹⁸ Depoimento de Clara de Góes, filha do Secretário de Educação Municipal de Natal/RN daquela época, Moacyr de Góes, durante a *Campanha De Pé No Chão*. Atualmente, é professora da UFRJ.

natureza ou na cultura. Do exposto, percebe-se que a concepção de mudança realmente encontrava-se entranhada nas atitudes e nos pensamentos do grupo político que assumia a Prefeitura de Natal no momento da existência da Campanha. Florestan Fernandes acreditava em uma libertação do país mediante uma revolução do povo por via do processo educacional.

No mirante dessa revolução, convém informar que, no contexto da Campanha, foram construídos nove acampamentos, distribuídos nos Bairros: Rocas, Carrasco, Quintas, Conceição, Granja, Nova Descoberta, Nordeste, Aparecida e Igapó. Garantia seu funcionamento uma equipe formada pelo diretor, regentes de classe ou monitores, “professorinhas”, recreadoras, merendeiras, secretária, serventes e vigilantes. (GÓES, 2010).

D. Célia¹⁹, aluna do Acampamento das Rocas, veio da Paraíba com os pais e irmãos. Ela relata que foi a primeira escola em que estudou, juntamente com a irmã mais velha.

Tinha sete anos e fiz a primeira série lá. Na minha turma estudavam mais ou menos umas vinte crianças e a professora chamava-se Jaciara. Recebemos caderno, lápis, bolsa e borracha para estudar. No final do ano também ganhávamos presentes. Recordo que tinha colegas que realmente iam para a escola de pés descalços porque suas famílias eram muito humildes. As aulas eram dadas nas salas com divisórias dentro do galpão, lá tinha um quadro negro e giz. O ambiente era muito arejado, pois não tinha paredes e a merenda era pão francês com leite e chocolate, servido diariamente. O que mais gostava eram as festas comemorativas, porque eram muito animadas, todos se envolviam. Eu adorava participar. As pessoas procuravam muito. (Informação verbal).

No depoimento, D. Célia deixa transparecer a importância dos Acampamentos para a comunidade, os quais ofertavam uma alternativa de acesso à educação, tão renegada ao longo da história do país. Os Acampamentos foram estrategicamente localizados em bairros periféricos, pois era onde se verificava a maior demanda por escolas. Essa proximidade ainda dispensava a necessidade de transporte para os alunos, tendo em vista que eram muito carentes. Outro elemento facilitador com relação aos Acampamentos residia no fato de os alunos habitarem as imediações e poderem frequentar o ambiente escolar sem a necessidade de calçados, já que muitas famílias eram desprovidas de recursos financeiros.

A terceira fase é conhecida como *Ensino Mútuo*. Aqui se buscava alcançar aqueles adultos analfabetos que se negavam a frequentar os acampamentos. A

¹⁹ Entrevista concedida à pesquisadora em maio de 2017.

proposta era conduzida por estudantes secundaristas que atenderiam a esse público específico. Janílson Dias²⁰ aborda esse momento lembrando:

A terceira fase era o Ensino Mútuo, que era a criação de cem escolas no bairro das Rocas cujo lema, que inclusive foi de Moacyr de Góes, se o adulto não vai à escola, a escola vai ao adulto, então foi criada essa fase mútua. (Informação verbal)

As *Praças de Cultura* vêm na sequência, almejando entrelaçar opções de parques infantis, quadras de esporte e bibliotecas, em uma simbiose que estimulasse a população a integrar, em sua rotina, visitas a esses ambientes que proporcionariam espaços de vivência, diversão, lazer e informação.

Figura 3

Inauguração da Terceira Praça de Cultura no Grande Ponto.
(Novembro de 1963)



Fonte: <http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/imagens.htm>

Os festejos populares eram estimulados pela prefeitura. O Senhor Assis²¹ lembra que Djalma Maranhão organizou muitas comemorações no quintal de sua casa, principalmente os fandangos²². Ele recorda que:

²⁰ Entrevista concedida em junho de 2015 ao DHNet.

²¹ Senhor Assis foi aluno da Campanha, tendo, inclusive, participado da sexta fase, que voltava os olhares para a Educação Profissional. Ele morava na Travessa São João, nº 568, no Bairro do Alecrim, e concedeu entrevista à pesquisadora em maio de 2017.

²² Câmara Cascudo (2001) esclarece que no Norte e Nordeste do Brasil o termo relaciona-se a uma manifestação cultural que reproduz a chegada dos marujos ou barcas na região. É um auto popular.

Eu tinha 10 anos e morava na Travessa São João, como o quintal lá de casa era grande os caminhões aterravam e depois se batia o chão para ficar plano e ocorrerem às danças. Eu era o gajeiro que cantava em cima do barco, mas todos tinham que estar trajados de marinheiro. Pedro Monteiro era o Ração, responsável pela alimentação do navio e Pedro Damião era o Vassoura, quem limpava o navio. Nas festas era servido o bate-bate, uma bebida feita com suco e cachaça, mas as crianças não podiam tomar. A gente só bebia suco. Tempo bom! (Informação verbal).

A narrativa reforça o envolvimento popular com o projeto educacional que estava em curso na cidade de Natal/RN. As pessoas cediam os espaços de suas residências para comemorações, participavam das apresentações culturais e prestigiavam tais eventos.

De acordo com Góes (2010), a quinta fase refere-se ao Centro de Formação de Professores (CFP), confiado à Professora Margarida Cortez²³, a quem coube sistematizar o processo de capacitação dos professores da Campanha. O CFP foi estruturado em três níveis:

- a. Curso de Emergência para treinamento de monitores da Campanha, preparado, em três meses, pessoal leigo;
- b. Curso Normal de grau ginásial, preparando em quatro anos as regentes de classe, com ingresso mediante exame de admissão;
- c. Curso Normal de grau colegial preparando professores com mais de três anos de escolaridade. (GÓES, 2010, p. 94).

No início dos anos 1960, a cidade não tinha pessoal suficiente para atuar no projeto educacional iniciado pela prefeitura. A saída pensada pelos gestores foi a de estimular alunos que já tinham um conhecimento mínimo para auxiliar na tarefa, por isso a necessidade de estruturar o CFP.

Idelausi²⁴ foi uma das “professorinhas” que se formou no CFP, foi aluna do Colégio Atheneu Norte-Riograndense, onde cursava o ginásial. Lembra ela que: “fui convidada por D. Margarida para participar da Campanha. Assim, fui na Secretaria de Educação e informei que havia sido chamada e gostaria de me inscrever para participar”. À época, ela tinha 14 anos, e atuou na Campanha entre os anos de 1960 a 1962. Sua participação foi viabilizada em razão da Lei Estadual nº 2.171, de 06 de dezembro de 1957, que continha a previsão que permitiria, excepcionalmente, a participação de leigos no processo de letramento. (BARBOSA JÚNIOR, 2016).

²³ Coordenadora Pedagógica da *Campanha De Pé No Chão*. Autora do livro *Memórias da Campanha “De pé no chão também se aprende a ler: reflexões sobre a prática pedagógica de ontem e de hoje*. Natal: Editora da UFRN, 2005.

²⁴ Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro de 2017.

Lei nº 2.171/1957

Omissis;

Art. 15 – o magistério Primário será exercido por brasileiros, maiores de 18 anos, em boas condições de saúde física e mental e que hajam recebido preparação conveniente em cursos de formação pedagógica.

§1 – **Na falta de professores diplomados**, o Magistério será exercido por elementos locais, para o que será exigido exame de habilitação.

§2 – Aos docentes **não diplomados** serão proporcionados cursos determinados em serviço, e **formação de emergência**, que os habilitam às funções de magistério. (Grifos nossos).

Assim, a Lei nº 2.171/1957 promulgada no Rio Grande do Norte, no Governo de Dinarte Mariz, ajudaria na resolução da problemática relacionada ao *déficit* de professores que preenchessem os requisitos legais para lecionar na rede pública de educação. Frente à constatação de poucos candidatos aptos no período em comento, muitos participantes foram selecionados da mesma maneira que a Professora Idelausi.

O primeiro curso ministrado no CFP diplomou 481 participantes nos Cursos de Emergência, confirmando seu caráter célere e indispensável para abarcar a demanda do processo educacional em curso. Ainda no primeiro ano, o CFP capacitou mais de 1.000 regentes de classe. (GÓES, 2000).

Também foi comum à prefeitura recorrer a universitários e recém-formados para trabalhar nos cursos. Gilvanize²⁵ foi contratada pela Prefeitura de Natal no segundo mandato de Djalma Maranhão para lecionar História na rede municipal. A professora lembra que:

O Secretário de Educação da época era Moacyr de Góes, sua esposa era Conceição de Góes e formávamos um grupo de trabalho para fazer planejamento das futuras aulas. Havia uma integração multidisciplinar para pensar como seria a transmissão do conteúdo. Eles [Moacyr e Conceição] sempre estavam à frente da coordenação dessas capacitações, geralmente era até na casa deles que nos reuníamos. [...]. Eu trabalhava na escola João XXIII, com o ginásio, mas tudo estava interligado. Nós fazíamos visitas nos locais onde eram realizados os cursos da Campanha De Pé No Chão, porque havia uma integração. Fazíamos palestras sobre personagens da história de Natal para a valorização da cultura local (Informação verbal).

Gilvanize afirma que havia um grande interesse da população com o projeto educacional em tela. Os esforços da prefeitura se dirigiram, principalmente, aos bairros periféricos, cuja população era muito carente e sem perspectivas de

²⁵ Gilvanize trabalhou para a Prefeitura de Natal durante a Campanha De Pé No Chão. Ela concedeu entrevista à pesquisadora em janeiro de 2017.

melhoramento. A instalação dos Acampamentos nesses ambientes facilitava o acesso das crianças que iam a pé, sem custo de deslocamento, o que viabilizaria a frequência às escolas.

Em abril de 1962, o *Jornal da Tarde* trazia a notícia sobre a próxima fase dessa política pública municipal: *a Educação Profissional*.

Figura 4

Manchete do *Jornal da Tarde*.

Anúncio da educação para o trabalho no âmbito da Campanha – 1962

É ASSIM QUE TRABALHAMOS DE PÉ NO CHÃO

- 1 -	T A M B E M	- 2 -
NOVEMBRO DE 1960 2.850 ESTUDANTES 86 PROFESSORES ERAAM 6.353 60.254 analfabetos Falavam Escotas Para 42.510 Alunos Não havia Educação Profissional		ABRIL DE 1962 11.024 Estudantes 406 Professores 26 Orientadores Pedagógicos 14 Mesadutores 11 Recreativos 26 Cursos de Férias Professores 2 Meses 7 Anos
S E APRENDE A LER		
MARCHAMOS PARA NOVA ETAPA		
DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE UMA PROFISSÃO		
Alfaiataria Corte e Costura Sapataria Motorista		Rádio-Técnico Elettricista Datilografia Taquiografia
ARTEZANATO EM GERAL		
GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO POPULAR		
Secretario de Educação: Professor Moacyr de Goes		
MAIS UMA REALIZAÇÃO DO PREFEITO		
D. JALMA MARANHÃO		

Fonte: <https://tokdehistoria.com.br/2013/04/21/de-pe-no-chao-tambem-se-aprende-a-ler/>

A sexta fase²⁶, *De Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão*, iniciada em fevereiro de 1963, representou um avanço no processo acadêmico, na medida em que buscou unir as teorias ensinadas com as práticas laborais. A concretização dessa fase exigiria mais um esforço financeiro do executivo municipal, tendo em vista que seria necessário garantir a aquisição de ferramentas e de materiais para a utilização

²⁶ Em que pese as divergências quanto a sua posição como quinta ou sexta fase, neste trabalho será identificada como sendo a sexta fase, conforme entendimento do Secretário de Educação da época Moacyr de Góes.

dos alunos durante os cursos. Para custear a etapa, o prefeito solicitou à Câmara Municipal a abertura de crédito de 1 milhão de cruzeiros, registro presente na Mensagem nº 41/1962. (GÓES, 2010).

Transcreve-se a seguir trecho da Mensagem nº 41/1962 feita por Djalma Maranhão à Câmara Municipal:

A dinâmica pedagógica dos tempos modernos já não se limita à alfabetização. Há que educar, inclusive, para a produtividade. O ensino e a educação se completam para que o educando se prepare, realmente, para a vida.

O ensino municipal, começando de maneira incipiente, tem vencido, rapidamente, as etapas que o separam de um futuro próximo, onde haverá de chegar para oferecer a educação integral de que está a carecer a infância e a juventude natalense.

De Pé No Chão Também se Aprende uma Profissão é um passo à frente no ensino da Prefeitura Municipal. Pautando-se pelo mesmo princípio da educação popular, agora, instruindo para uma profissão – consequentemente para a produtividade econômica -, a nova Campanha tem à sua frente o mesmo destino de êxito de De Pé no Chão Também se Aprende a Ler. (GÓES, 2010, p. 168-169).

A educação associada às práticas do mundo do trabalho será melhor discutida na próxima seção, que trata da Educação Profissional na Campanha.

A sétima fase ficou conhecida como a *Interiorização da Campanha*, devido à procura de outros municípios pelos métodos de ensino adotados no movimento popular. Frente ao interesse manifestado por outras localidades, a Campanha se disseminou para o interior do Estado.

O CFP ministrou Cursos de Emergência em várias cidades, abriu um programa de bolsas para atender às prefeituras que enviavam pessoas no intuito de capacitá-las como monitores.

Nesse sentido, Góes (2010) ressalta que no ano de 1963 a Prefeitura de Natal/RN firmou convênio de natureza técnico-pedagógica com os municípios de São Tomé, São Paulo do Potengi, Afonso Bezerra, Açú, Currais Novos, São Gonçalo do Amarante e Macau.

A *Escola Brasileira construída com dinheiro brasileiro* é conhecida como a oitava fase. Ela retrata o aprimoramento do movimento no sentido de edificar a sua rede escolar, substituindo paulatinamente as estruturas mais rudimentares por espaços projetados e construídos com a finalidade de melhor atender aos alunos e ao corpo técnico sem recorrer ao capital estrangeiro no processo.

De maneira explícita, essa fase ganhava um viés político mais contestador, visto que destacava a utilização de verbas nacionais no processo de edificação das salas de alvenaria em contraposição à atuação do Governador do Estado, Aluizio Alves, que erguia sua plataforma política com recursos norte-americanos (GÓES, 2010).

É relevante mencionar que essa ação governamental, voltada para alfabetizar a população de Natal/RN, não possui muitos trabalhos que abordem os momentos da formulação e da implementação da Campanha, bem como dos instrumentos políticos utilizados. Há poucos relatos sobre os principais desafios enfrentados, suas derrotas e as conquistas que foram sedimentadas nesse período da história do Brasil, interrompido pelo Golpe Civil-Militar de 1964. Por essa razão, no próximo tópico, apresentamos o panorama de estudos relativos ao tema, procurando indícios da sexta fase da Campanha na produção acadêmica do Brasil.

3.3 O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE A CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER NA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA

A comunidade acadêmica, por meio de sua produção científica no país, possui o papel de construir uma base sólida capaz de sustentar a sedimentação dos saberes, permitindo uma caminhada firmada em pontos reconhecidamente seguros para desvelar, à sociedade, descobertas importantes para o crescimento da humanidade.

Nesse sentido, apoia-se em Santos (2003) quando considera como prudente o não desperdício das experiências como condição para uma vida decente, notadamente daquelas cujas direções se destinam à melhoria das condições de vida das pessoas. Assim, considera-se que a *Campanha de Pé No Chão Também Se Aprende a Ler* é uma dessas experiências.

No trajeto para a sedimentação dos saberes, é relevante mencionar o estado do conhecimento que pode ser concebido como uma identificação relacionada à produção científica elaborada com relação a determinado tema. Trata-se de aferir quais os conhecimentos produzidos pelos estudiosos do assunto em destaque, em dado momento histórico, concatenando-os às relações interdisciplinares para a maturação do conhecimento, pois aqui se busca indícios da *Campanha De Pé No*

Chão Também Se Aprende Uma Profissão com o intuito de compor ou recompor sua história no sentido de um conhecimento prudente, como propõe Santos (2003).

Diante dessa missão dos pesquisadores para a sociedade, busca-se identificar estudos no âmbito acadêmico que albergassem a Campanha em suas reflexões, com vistas à apresentação de indícios da sexta fase. Dessa forma, no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), especificamente no *Banco de Teses e Dissertações*, utilizando como descritor: Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler, entre aspas duplas, verificou-se que existem apenas 9 trabalhos (7 dissertações e 2 teses), defendidas de 1993 a 2016.

Esses trabalhos discutem o movimento e/ou política pública municipal em estudo, e foram defendidos em Programas de Pós-Graduação em Educação, Ciências da Informação, Ciências Sociais e História, o que demonstra a capilaridade da temática no espaço brasileiro, conforme Quadro 01, no qual apresenta-se essa produção em ordem alfabética e mostra-se o objetivo, a metodologia e os instrumentos de coleta de dados, bem como se trazem algum indício da 6ª fase.

Quadro 1

Teses e Dissertações encontradas no Portal da Capes com o descritor “Campanha de Pé no Chão Também se aprende a Ler” (1993 – 2016).

Nº	Referência	Objetivo da Pesquisa	Metodologia e Instrumento de Coleta de Dados	Indícios da 6ª Fase
01	AQUINO, Fernanda Mayara Sales de. O cotidiano da formação de professoras e pé no chão também se aprende a ler . 160 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.	Compreender como se deu a conscientização popular marcada pelas concepções de cultura e educação popular em suas relações sociais, culturais e ideológicas.	Análises documentais e bibliográficas / Dados extraídos de fontes documentais	NÃO
02	COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. Conhecimento proibido: a educação popular na visão dos guardiões da ordem . 280 f. Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.	Compreender o processo de repressão aos participantes da campanha De Pé No Chão.	Análises de conteúdos de documentos/ Entrevistas e fontes documentais.	NÃO
03	GRILO, Bernadete Franco. Sociabilidades e processos educativos: do mundo vivido ao mundo da vida, vida compartilhada . 139 f. Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.	Demonstrar que os processos socioeducativos, embora entrem em contradições e ambiguidades, encontram melhor configuração da vida	Análises de conteúdos de documentos/ Entrevistas e fontes documentais.	SIM. Comenta os cursos profissionalizantes ministrados nos Acampamentos.

		compartilhada em formas específicas do saber.		
04	LEITE, José Evangilmárison Lopes. Em nome da Ordem: a Prefeitura Municipal de Natal como espaço da subversão. 134 f. Mestrado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.	Analisar a maneira pela qual a Prefeitura Municipal de Natal foi construída como espaço da subversão por aqueles denominados defensores da ordem, no período imediatamente posterior à deflagração do Golpe Militar de 1964.	Pesquisa de natureza documental/ Fonte documental: Relatório Subversão no Rio Grande do Norte	NÃO.
05	NETA, Antônia de Freitas. Uma experiência de articulação biblioteca e sociedade: resgate histórico das bibliotecas populares na Campanha de pé no chão também se aprende a ler-Natal, RN, 1961/64. 207 f. Mestrado em Ciências da Informação. Universidade Federal da Paraíba, Campus João Pessoa. João Pessoa, 1993.	Analisar as articulações entre sociedade, processo educativo e biblioteca através das categorias teóricas totalidade, contradição, reprodução, hegemonia e mediação.	Análises documentais e bibliográficas / Dados extraídos de fontes documentais	NÃO.
06	OLIVEIRA, Roselia Cristina de. Falas silenciadas: relatos de mulheres/educadoras sobre a Campanha pé no chão também se aprende a ler. 173 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.	Reinterpretar a Campanha De Pé No Chão Também se Aprende a Ler.	Análises documentais e bibliográficas / Dados extraídos de depoimentos de mulheres, sujeitos privilegiados	SIM. A pesquisadora cita a sexta fase em um parágrafo.
07	PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964): uma história comparada. 257 f. Doutorado em História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.	A proposta é a de pensar comparativamente esses dois momentos da educação popular no Brasil, discutindo o papel que desempenham para despertar a consciência política nos setores populares.	Estudos bibliográficos e documentais	SIM. São apontadas as fases da Campanha de maneira sucinta.
08	PINHO, Clarice Wilken de. Educação e cultura popular nas propostas escolares de EJA - educação de jovens e adultos: um estudo em duas escolas de Belo Horizonte. 106 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.	Analisar o trabalho educacional e cultural que envolve o que está relacionado às expressões da vida de quem é popular. O objetivo foi o de verificar o que está sendo possível englobar de educação e cultura popular em diferentes propostas escolares de EJA na	Análise documental	SIM. São citadas as fases da campanha.

		cidade de Belo Horizonte.		
09	SPINELLI, Pablo Cruz. O livro de leitura da Campanha de pé no chão também se aprende a ler/RN : um estudo dos pressupostos histórico-culturais. 143 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.	Compreender como se deu a conscientização popular marcada pelas concepções de cultura e educação popular em suas relações sociais, culturais e ideológicas.	Cartografia simbólica/ Fonte documental	NÃO.

Fonte: Banco de Teses e Dissertações da Capes – 2017

Assim, frente aos resultados, direcionou-se a investigação para o *Portal de Periódicos da CAPES* em busca de artigos que tratassem do movimento popular de alfabetização em estudo, posto que se procurava indícios da Educação Profissional na Campanha. Assim, a busca foi realizada usando o descritor supracitado grafado da mesma forma. Com essa busca, encontrou-se 3 trabalhos, no período de 2007 a 2017, conforme Quadro 02, no qual apresenta-se essa produção na ordem crescente por ano (2007, 2016, 2017), evidenciando, também, o objetivo, a metodologia e os instrumentos de coleta de dados, bem como se trazem algum indício da 6ª fase.

Quadro 2

Artigos encontrados no Portal de Periódicos da Capes com o descritor “Campanha de Pé no Chão Também se aprende a Ler” (2007 – 2017).

Nº	Referência	Objetivo da Pesquisa	Metodologia e Instrumento de Coleta de Dados	Indícios da 6ª Fase
01	BARBOSA JÚNIOR, Walter Pinheiro. As políticas de educação popular em Natal – RN (1957-1964). Holos , 2016, Vol.32(2), pp.208-230	Analisar as políticas de educação no município de Natal, Rio Grande do Norte, entre os anos de 1957 e 1964. Ao mesmo tempo, buscar uma reflexão sobre os modos como tais políticas foram elaboradas e executadas pela Prefeitura Municipal de Natal numa perspectiva da Educação Popular.	Análise documental, bibliográfica, utilizando elementos do paradigma indiciário no viés da História Cultural.	NÃO
02	DE OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno; DOS SANTOS, Tânia Regina Lobato. A educação de Paulo Freire – andariço da utopia – em diferentes contextos. Inter - Ação , 2017, Vol.42 (1), p.1-20	Analisar a influência da educação de Paulo Freire em diferentes contextos provenientes dessa sua andança pelo mundo.	Análise documental e bibliográfica	NÃO
03	SILVA PAULA, Rouseane da. Universidade da Maturidade: uma proposta de Educação permanente para a educação de Jovens e Adultos. Revista	Tratar das contribuições e limites das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, no Brasil; abordar a elaboração da concepção de educação permanente; fazer a	Análises de conteúdos e documentos / Dados extraídos de fontes documentais	NÃO

	Iberoamericana de Educación , 2007, Vol.44(1)	distinção com a proposta de educação ao longo da vida e como essa se encontra presente nas diretrizes e contribuir para um novo sentido da EJA.		
--	--	---	--	--

Fonte: Portal de Periódicos da Capes – 2017

Destaca-se na investigação que, como objetivou-se encontrar nos estudos empreendidos no Brasil a presença de indícios da Educação Profissional no movimento popular vivenciado em Natal/RN, foi necessário continuar as buscas por indícios. Sendo assim, resolveu-se realizar uma investigação na rede mundial de computadores usando o *Google*, com o descritor já referenciado, sem aspas. Os achados estão expostos no Quadro 03, que apresenta as referências dos estudos conexos com a *Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler*, encontrados na rede.

Quadro 3

Trabalhos encontrados na rede mundial de computadores com o descritor “Campanha de Pé no Chão Também se aprende a Ler” (2017).

Nº	Referência	Objetivo da Pesquisa	Metodologia / Instrumento de Coleta de Dados	Indícios da 6ª Fase
01	CORTEZ, Margarida de Jesus. A prática pedagógica da campanha de pé no chão também se aprende a ler http://www.dhnet.org.br/educar/pe_nochao/cortez_pratica_pedagogica_pe_no_chao.pdf	Comentar aspectos pedagógicos do Movimento de Pé do Chão Também se Aprende a Ler.	Análises de conteúdos de documentos / Dados extraídos de fontes documentais	NÃO
02	COSTA, Joicy Suely Galvão da; GLEYDSON, Rodrigues da Silva. Leitura e Emancipação: A Campanha de pé no chão também se aprende a ler e a educação libertadora. http://www.dhnet.org.br/educar/pe_nochao/joicy_leitura_emancipacao.pdf	Mostrar que a campanha atuou em duas vertentes, a alfabetização e a conscientização dos direitos.	Pesquisa de cunho bibliográfico e documental / Fonte documental (Livro de Leitura da Campanha)	NÃO
03	GERMANO, José Willington. Lendo e Aprendendo. A campanha de pé no chão. Coleção teorias e práticas sociais. Editora Autores Associados. http://www.dhnet.org.br/educar/pe_nochao/livro_willington_lendo_aprendendo_pe_no_chao_1989.pdf	Contextualizar a situação econômica-política-social vigente no início dos anos 60 e trabalhar com os movimentos e campanhas de educação e cultura popular que floresceram na época.	Análises de conteúdos de documentos. / Entrevistas e fontes documentais	SIM
04	GÓES, Moacyr de. Dé pé no chão também se aprende a ler (1961-1964) uma escola democrática: Educação e transformação. Vol.	Retratar a experiência vivenciada na campanha De Pé do	Depoimento / Dados extraídos de fontes documentais.	SIM

	3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1980. http://www.dhnet.org.br/educar/pe_nochao/livro_moacyr_de_pe_no_chao_1980.pdf	Chão Também se Aprende a Ler.		
05	MARQUES, Berenice Pinto. A campanha de pé no chão também se aprende a ler e a Secretaria Municipal de Educação de Natal/RN. 2013 http://www.dhnet.org.br/moacyr/a_pdf/berenice_pe_no_chao_sec_municipal_educacao.pdf	Externar os fatos históricos que deram origem a secretaria Municipal de Educação de Natal/RN no período compreendido entre 1960 a 1964.	Análise documental e bibliográfica / Fonte documental	NÃO
06	MARANHÃO, Djalma. De Pé no Chão Também se Aprende a Ler (A escola Brasileira com dinheiro brasileiro, uma experiência válida para o mundo subdesenvolvido) Estudo realizado no exílio no Uruguai. Civilização Brasileira, S.A; 1964 http://www.dhnet.org.br/dados/livros/potiguariana/djalma_dois_livros_exilio/05_a_campanha_de_pe_no_chao.pdf	Retratar a experiência vivenciada na campanha De Pé do Chão Também se Aprende a Ler.	Depoimento / Dados extraídos de fontes documentais.	SIM
07	NOGUEIRA, Aneta Alves da Silva. Educação de jovens e adultos na cidade do Natal: uma reflexão sobre sucesso e insucesso. 2012. Disponível em: http://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/14560 . Em 25/10/2015.	Pesquisar o insucesso e o sucesso na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com base nos índices de aprovação, reprovação e evasão das escolas do Município de Natal/RN.	Análise documental e bibliográfica / fonte documental.	NÃO
08	RIBEIRO. Isa Paula Zacarias. As praças de cultura no Governo Djalma Maranhão (1960-1964). http://www.dhnet.org.br/educar/pe_nochao/disserta_isa_praca_cultura_djalma_2008.pdf	Responder qual foi o posicionamento do prefeito frente às demandas urbanas que surgiam com as praças de cultura incorporadas ao cotidiano da cidade, atribuindo novos sentidos à praça pública.	Pesquisa de natureza documental / Fonte documental	NÃO
09	SPINELLI, Pablo Cruz; Menezes, Antônio B. N. Tomaz de. Movimento de cultura popular/pé e campanha de pé no chão também se aprende a ler/RN: análise histórico-filosófica http://www.dhnet.org.br/educar/pe_nochao/pablo_spinelli_mcp_pe_no_chao.pdf	Investigar os pressupostos histórico-filosóficos do movimento de cultura popular de Pé do Chão Também se Aprende a Ler.	Análise Gramsciana sobre hegemonia / Fonte documental, cartilhas de alfabetização, Livros de leitura para Adultos.	NÃO
10	TEIXEIRA, Wagner da Silva. Quando ensinar a ler virou subversão: a ditadura e o combate ao combate do analfabetismo. XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG), 2012.	Analisar como o regime militar reprimiu a política de educação popular do Governo João Goulart.	Análise documental e bibliográfica / Fonte documental	NÃO

Fonte: Rede Mundial de Computadores – 2017.

Os resultados das pesquisas observados através dos Quadros 01, 02 e 03, mostram que os estudiosos direcionaram seus olhares para a Campanha, retratando algumas experiências vivenciadas no movimento de educação popular. Nos diversos trabalhos, são trazidos aspectos pedagógicos utilizados no processo de letramento, análises do material produzido e utilizado durante as aulas, como cartilhas de alfabetização e livros de leitura. Além disso, são feitas contextualizações sociais do movimento, expondo a repressão militar imposta com o Golpe Civil-Militar de 1964 e suas consequências para o projeto, bem como os fundamentos teóricos da Campanha.

As fases desenvolvidas no decorrer da Campanha também são referenciadas, entretanto, o mapeamento concretizado nesse estudo possibilita concluir que há poucos indícios acerca da sexta fase do movimento de educação e cultura popular implementado na capital potiguar na década de 1960.

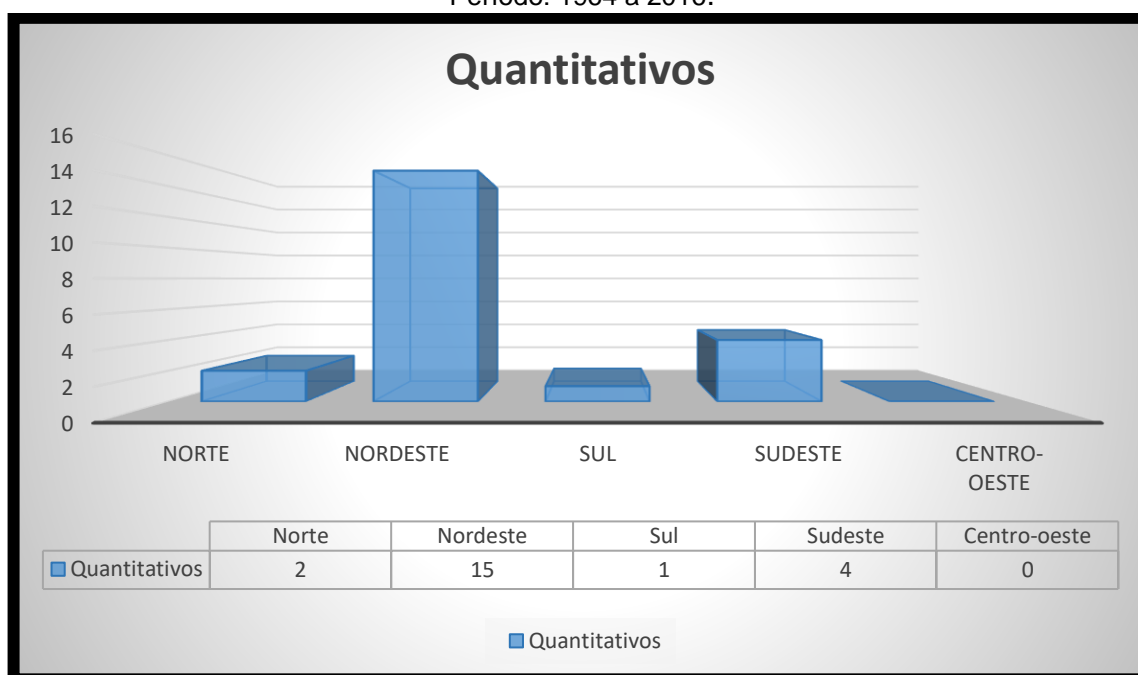
Tendo em mente os resultados, é possível apontar para 22 (vinte e dois) trabalhos com pertinência à *Campanha De Pé No Chão* e, quando analisados, poucos apresentavam conexão temática com a Educação Profissional concretizada durante o processo educacional, apenas 07 casos, e sem aprofundamento sobre o tema. Todavia, esses trabalhos, por trazerem indícios da 6ª fase, permitiram buscar informações em outros documentos, inclusive encontrar sujeitos que pudessem dar informações acerca do tema em estudo.

De posse desses dados, foi possível construir algumas inferências ligadas à Campanha. Observa-se que, apesar da relevância dos anseios idealizados durante o movimento popular vivido em Natal/RN, seus principais debatedores são pessoas envolvidas na condução da *Campanha De Pé No Chão* ou ligadas à Base de Pesquisa Cultura, Política e Educação (BPCPE), cujo líder foi o Professor José Willington Germano, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). O Professor Willington Germano é pioneiro nos estudos relacionados à *Campanha De Pé No Chão*, desenvolvendo pesquisas em seu mestrado acadêmico a partir dessa temática. Também publicou livros envolvendo o assunto da referenciada política pública, bem como do contexto social presente na capital potiguar durante o Golpe Civil e Militar de 1964.

Reiterando os fatos apontados, o Gráfico 2 permite a visualização da produção científica ligada ao movimento distribuída pelas regiões do país.

Gráfico 2

Produções científicas acerca da Campanha De Pé No Chão Também Se Aprender a Ler
Período: 1964 a 2016.



Fonte: Elaborada pela autora com base em dados do Portal da CAPES, 2017.

A realidade esboçada na produção científica do país desde a interrupção abrupta da Campanha, em abril de 1964 até os dias de hoje, mostra que há estudos na maior parte das regiões do país. Os registros existentes versam sobre aspectos gerais da política pública, e quando, nas poucas situações em que se enfrenta a temática da Educação Profissional, os pesquisadores preferiram abordar de maneira célere e concisa a questão, posto que não era objetivo de seus trabalhos.

Hodiernamente, no Brasil, só há um mestrado acadêmico que possui foco na Educação Profissional, qual seja: o Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN. Talvez a escassez de programas nessa seara, ou de linhas de pesquisa que tratem especificamente da Educação Profissional, também sejam fatores a serem considerados para o baixo quantitativo de trabalhos ligados ao assunto da Educação Profissional na Campanha.

Igualmente, é possível fazer deduções com base na distribuição geográfica da referenciada produção científica. Diante do quadro de trabalhos, percebe-se que a Região Nordeste é o local do país com maior interesse no assunto em tela, já que concentra um quantitativo de produção equivalente a 15, superando a Região

Sudeste, segunda no cômputo geral, em quase quatro vezes. Provavelmente, essa constatação se dá em virtude dos vários movimentos de cultura popular da década de 1960 terem aflorado com maior intensidade no Nordeste brasileiro, dentre eles, a *Campanha de Pé No Chão*.

Mediante o que foi aqui discutido, parte-se, na seção seguinte, para a verificação das principais medidas empreendidas durante o processo educacional da Campanha ligadas às práticas laborais, tendo em vista que sua sexta fase buscou viabilizar aos natalenses a possibilidade de acesso a uma vida digna e consciente do papel de cada integrante em uma sociedade que, já naquele momento, não podia prescindir do conhecimento sistematizado aliado ao trabalho.



DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE UMA PROFISSÃO: ENTRE O IDEALIZADO E O MATERIALIZADO

Inicia-se este capítulo com o Hino da *Campanha de Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão*, cuja letra e música são de autoria de José Monteiro Neto (1963).

Povo pobre brasileiro de Natal
Vamos lutar pela nossa redenção
Trabalhando é que se faz a independência
Do nosso povo, do estado e da nação.

A prefeitura abre mais uma Campanha
Levando a todos uma nova solução
Pela meta do prefeito Maranhão
De pé no chão também se aprende uma profissão.
(MONTEIRO NETO, 1993).

Fonte: DVD Coleção Multimídia. Memória das Lutas Populares no Rio Grande do Norte.
Djalma Maranhão I – Hinos e Canções.

Para uma melhor compreensão da conjuntura social vista no momento histórico em destaque, mostra-se imperioso aproximar-se dos fatos mais marcantes do referenciado espaço temporal pertinente à política pública aqui estudada, retratada pelo poeta e musicista em apenas oito versos.

O contexto social brasileiro entre os anos de 1950 a 1960, período da implantação da *Campanha De Pé No Chão*, se configurava como um momento bastante instável, pois conforme já dito, o mundo acompanhava a disputa que reinava durante a Guerra Fria entre países capitalistas e socialistas. Em 1948, a *Marcha Chinesa* ensejou a alteração do pêndulo frente à hegemonia capitalista, a partir da qual os chineses reorganizaram seu país sob a orientação expressa do ideário comunista.

Acrescente-se, ainda, a *Revolução Cubana* de 1959, que implantou um governo socialista nas Américas e o fato do Papa João XXIII, em 25 de dezembro de 1961, ter convocado o *Concílio do Vaticano II* (1962-1965), apresentando um viés

mais sensível às adversidades sociais experimentadas pela humanidade, de modo que todos esses fatos ocasionaram questionamentos ao sistema capitalista, desencadeando um clima ainda mais tenso no cenário mundial.

No Brasil, a população pugnava por medidas políticas mais populares para conduzir o país ao crescimento, oportunizando aos brasileiros melhores condições de vida. Nessa conturbada conjuntura, a busca por espaço para os interesses populares era instigada diante da necessidade de conquistas sociais. Assim, as pessoas se mostravam mais proativas e se envolviam com os problemas enfrentados pela coletividade.

As diversas regiões do país enfrentavam dificuldades econômicas de formas distintas. O Centro-Sul experimentava uma mudança nas forças produtivas que sustentavam o crescimento nacional, a indústria ganhava solidez, ao passo que no Nordeste a base da economia ainda residia no setor agrário, que enfrentava uma crise por espaço no cenário produtivo, marcado pelo fechamento de postos de trabalho.

Dreifuss (1998, p. 37) escreve sobre a instabilidade do período:

No início da década de sessenta, a convergência de classes populistas no poder e na forma populista de domínio foram desafiadas por duas forças sociais divergentes, que havia surgido durante a concentrada industrialização da década de cinquenta, propiciada pelo governo Juscelino Kubitschek. Essas duas forças sociais fundamentais eram os interesses multinacionais e associados e as classes trabalhadoras industriais, cada vez mais incontroláveis.

Os trabalhadores da indústria reivindicavam melhores condições no ambiente laboral e, em posição diametralmente oposta, os capitalistas sempre em busca da *mais-valia*²⁷ procuravam ampliar seu poder decisório no funcionamento das estruturas governamentais do país, objetivando a obtenção de mais lucros.

No Nordeste, a industrialização não ocorreu no mesmo nível do Centro-Sul do país. Nesse período, a SUDENE²⁸ foi criada como forma de tentar amenizar as

²⁷ *Mais-valia* é um termo criado por Marx para referir-se ao excedente do valor da força de trabalho expropriada pelo empregador de seu empregado. Pode ser absoluta, quando é produzida pelo prolongamento da jornada laboral sem acréscimos no salário; ou relativa, quando decorre não de um prolongamento da jornada de trabalho, mas da mudança na proporção entre os dois componentes da jornada de trabalho (tempo de trabalho necessário para a produção e mais-trabalho, ou seja, o espaço em que se localiza o lucro). (MARX, 1996).

²⁸ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE foi criada mediante a edição da Lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959 com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento do Nordeste, haja vista o descompasso no ritmo da industrialização concretizada principalmente no Centro-Sul do país. Contribuíram, nesse processo de estruturação da SUDENE, Francisco Julião, das Ligas Camponesas; e religiosos como D. Eugênio Sales e D. Helder Câmara. Disponível em: <<https://goo.gl/mbuAqb>>.

diferenças entre as regiões brasileiras. Greves foram deflagradas tendo como bandeira de luta a criação de vagas de emprego e melhores salários. Em Natal, por exemplo, houve o movimento das *Donas de Casa* contra a carestia, cujo objetivo era o de externar a irresignação em desfavor dos efeitos inflacionários na economia local. As elevadas tarifas de energia elétrica representavam mais um ponto de insatisfação da comunidade.

Com efeito, também era uma passagem conturbada da história do Rio Grande do Norte. Relatos dessa época foram retratados em um encarte produzido pela *Fundação José Augusto* em parceria com o *Jornal Tribuna do Norte*, que narra a História do Estado e traz, entre as várias pesquisas, um estudo destacando os Governos de Aluízio Alves, Governador do Estado; e de Djalma Maranhão, Prefeito de Natal nos anos compreendidos entre 1960 a 1964. O período em ênfase mostra Natal/RN nos anos 1960, sendo possível encontrar passagens do cotidiano vivenciado no Estado e, principalmente, da capital potiguar.

Abaixo, um trecho de *Dois Governos Populares*²⁹:

As constantes crises políticas vividas pelo País refletiam e deixavam profundas marcas na região nordestina. Apesar do crescimento de sua produção industrial, a produção do Nordeste no produto total do País caía para 15,5%. Índice menor do que o de outras regiões. (MEDEIROS, *et al* [1998], p. 04)

A passagem exterioriza a crise econômica que também reverberava no cenário político do Estado. Aluízio Alves e Djalma Maranhão assumiam seus mandatos num momento marcado por contradições entre as classes sociais. Em lados opostos, tanto os setores urbanos como os segmentos ligados aos trabalhadores rurais perseguiram maior participação nas decisões políticas, ao passo que uma elite agrária buscava impedir a ascensão política desses nichos populares. (GERMANO, 2010).

Aluízio Alves era ligado a setores oligárquicos, apesar de nas eleições de 1960 ser visto como uma liderança desenvolvimentista e modernizadora, que propunha romper com as práticas tradicionais de exercício do poder. Essa forma de atuar agradava a burguesia por atender aos interesses da industrialização. Dessa forma, Aluízio Alves trazia consigo, para a disputa eleitoral, interesses da burguesia do Centro-Sul do Brasil. Uma vez eleito, estruturou um programa governamental

²⁹ Texto do encarte produzido pela Fundação José Augusto em parceria com o Jornal Tribuna do Norte, que conta a História do Estado. *Dois Governos Populares* trata o assunto populismo no Rio Grande do Norte nos anos 1960.

alicerçado em recursos advindos da Aliança para o Progresso. Esse apoio norte-americano contribuiu para o rompimento entre Alves e Maranhão.

Djalma Maranhão³⁰ era nacionalista de esquerda, que vislumbrava o crescimento nacional com base no fomento a setores produtivos fundamentais para o país, pregando a necessidade de uma reforma agrária e do combate ao imperialismo.

O Brasil, assim como outros países latino-americanos, experimentava forte pressão de países capitalistas, que tentavam impor suas regras e cultura. Cientes desse panorama, o grupo político que assumiu o executivo municipal de Natal/RN, em 1960, sistematizou atividades voltadas ao esclarecimento do povo. Campanhas de elucidação foram estruturadas visando a conscientizar a população dos efeitos do imperialismo estrangeiro. Na capital potiguar, se identifica o ideal nacionalista³¹ adotado pelo grupo político que assumia a Prefeitura de Natal/RN.

Os progressistas, também chamados de nacionalistas, almejavam por contribuir para a sedimentação de um Brasil mais justo e independente. Em Natal, capital do Rio Grande do Norte, onde a *Campanha De Pé No Chão* foi concretizada, a situação econômica demonstrava vários impasses que geravam aflições entre as pessoas. Nessa linha de raciocínio, Moacyr de Góes (1980, p. 17) alude que:

Quando da virada da década de 50 para os anos 60, o setor “prestação de serviços” reúne o maior número de pessoas em Natal: são 27% de uma população de 160 mil habitantes, em números redondos. Desses 27% (excluídos os que exercem atividades domésticas não-remuneradas, discentes e os que não puderam ser incluídos em algum ramo), apenas 12% declararam exercer atividades em estabelecimentos devidamente instalados. O quadro da estatística se desdobra, indicando uma população acima de 10 anos sendo 15% ocupados em “indústria de transformação” (produtos alimentares e indústrias de couros e peles concentravam 69% da produção); 14% em “comércio de mercadorias” e 10% em “transportes, comunicação e armazenagem” e, nesse último setor, o Porto de Natal é o responsável pelo maior movimento econômico. Porto, estrada de ferro, bancos e construção civil foram as áreas que registraram as greves mais significativas dos anos 60. E isso está dentro do quadro de previsões: nos países periféricos de África, Ásia e América Latina, o chamado capitalismo selvagem cria condições de agrupamento da classe operária em ferrovias e portos, e esse proletariado. (Grifos do autor).

³⁰ No dia 16 de novembro de 2015, em uma Sessão Solene do Congresso Nacional (Plenário do Senado) foi realizada uma Audiência Pública em homenagem ao centenário de nascimento de Djalma Maranhão. Disponível em: <<https://goo.gl/QRWEk3>>.

³¹ Germano (2010) tece algumas críticas com relação à *doutrina nacionalista* adotada pelos norte rio-grandenses, os quais estavam à frente da *Campanha De Pé No Chão*. O Professor expõe sua análise afirmando que os gestores da Campanha recorriam a concepções imprecisas para classes sociais e povo, bem como não delimitavam a proposta para a estatização de setores econômicos do país.

Percebe-se que a inserção no mundo do trabalho mostrava-se como tarefa penosa, visto que o capitalismo se fundamenta na exclusão e no individualismo como elementos inerentes ao sistema. Situação essa que interfere no sucesso das pessoas para a obtenção de espaço no campo profissional.

Na década de 1960, visualizava-se uma disputa entre dois projetos de capitalismo no país, um alicerçado na crescente nacionalização dos centros de decisão sobre temas ligados à economia; e outro com posição diametralmente oposta, pois a estratégia fundava-se no capitalismo dependente e subserviente às orientações dos Estados Unidos da América.

No Governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), identificava-se o fortalecimento do modelo de capitalismo baseado na associação com o capital estrangeiro, possibilitando à burguesia nacional lucrar com a situação (RAMOS, 2013). O capital financeiro começava a ganhar relevância nos quadros econômicos, e a construção civil já vivenciava oscilações que reverberavam no mercado de trabalho, fechando muitos postos de serviço, mormente no Nordeste brasileiro.

A população de Natal/RN caminhava em direção à miserabilidade por falta de expectativas de trabalho, tampouco se materializavam outras maneiras de aquisição de uma nova fonte de renda para as pessoas mais pobres. Acrescente-se o fato da moeda apresentar sinais da perda de sua capacidade de compra e, em paralelo, ainda era preciso enfrentar os efeitos da grande Seca de 1958 (GÓES, 1980). Nesse período, se verificou um significativo deslocamento de massas populacionais, expulsas do campo e que se direcionaram para a capital potiguar, almejando por melhores condições de vida. Destacada migração servia para pressionar, ainda de forma mais contundente, os quantitativos de desempregados na cidade.

O quadro social descrito e vivenciado em Natal pressionava os governantes para a busca de soluções mais urgentes de modo a aplacar o aumento da pobreza entre os natalenses. Desse modo, os gestores municipais idealizaram mais uma etapa que poderia ser materializada na Campanha, agora com foco na possibilidade de ampliar o acesso ao mundo do trabalho como forma de atender às necessidades prementes da população. Essa fase da política pública orquestrada pela Secretaria Municipal de Educação foi iniciada no ano de 1963, e em atenção a uma das principais demandas locais, foi denominada *De Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão*, significando a resposta dos administradores da cidade em atenção aos

anseios dos membros da sociedade que almejavam a inserção no mercado ou no mundo do trabalho como maneira de garantir a sobrevivência com mais dignidade.

O espaço para ministrar as aulas já existia, pois estas seriam executadas, inicialmente, no turno noturno, nos Acampamentos espalhados pela cidade. A logística de distribuição e de organização dos cursos seria similar ao já exitoso processo de aprendizagem desenvolvido na Campanha com relação à aprendizagem da leitura, da escrita e do contar, de sorte que o passo no caminho da qualificação profissional era viável.

No tópico seguinte discorre-se sobre definições para a Educação Profissional concebidas naquele contexto socioeducacional e suas conexões com a Formação Humana Integral, com o fim de verificar o tratamento dispensado ao trabalho e como o tema se inseria na Campanha.

4.1 CONCEPÇÕES DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O TRABALHADOR NA DÉCADA DE 1960

Estreitando os laços com conceitos debatidos no Capítulo 2 desta pesquisa, destacamos que a Educação Profissional foi oficialmente criada no Brasil em 1809, com a estruturação do Colégio de Fábricas (MOURA, 2010), apesar do Padre Manoel da Nóbrega, ainda no Período Colonial, ter apresentado o primeiro plano educacional que, dentre outras ações, tinha um viés de ensino profissional (SAVIANI, 2007). A lógica assistencialista que impregnava esse tipo de educação consistia em uma característica marcante, uma vez que, subsidiada nessa postura, a educação profissional buscava ofertar uma saída para os menos favorecidos economicamente.

Com o fortalecimento da dimensão econômica nas sociedades capitalistas, a relevância do trabalho na organização social deixa de ser apenas uma questão humanitária para ser vista como um fator de destaque no crescimento do país. Historicamente, discurrida formação é voltada para atender ao campo profissional e direcionada aos filhos das classes trabalhadoras, ao passo que, à elite brasileira, caberia o ensino propedêutico, cuja intenção consistia em preparar os futuros dirigentes do país.

Afere-se, então, que a distinção na trajetória educacional ofertada ao discente residiria, principalmente, em virtude da classe social a qual o aluno estava inserido e

a suas necessidades mais prementes. Aos filhos das classes trabalhadoras inexistia a possibilidade de uma vida dedicada exclusivamente aos estudos que viabilizasse um processo de aprendizagem capaz de fomentar o desenvolvimento do senso crítico, haja vista a irremediável condição de sobrevivência ditar as regras no caminho da construção intelectual do ser.

Simões (2010, p. 109 – 110) traz o retrato da educação como espaço de conflitos entre projetos antagônicos de representações sociais. Nesse sentido, esclarece:

O sistema educacional não é só um instrumento da classe dominante, mas um produto do conflito dos interesses de classe. Por outro lado, a escola é parte do aparelho do Estado, contribuindo para a reprodução da estrutura de classes por meio da distribuição de jovens pelas variadas funções da força de trabalho com base em suas qualificações educacionais e a reprodução das relações por meio da transmissão ideológica dos valores dominantes. Por outro, a escola é utilizada como estratégia das pessoas em superar as suas condições socioeconômicas mais precárias de vida, como também a aquisição do conhecimento e busca de formação.

Portanto, o ambiente escolar permite a imposição de valores que não necessariamente representam os interesses populares, entretanto, também possibilita acesso a uma formação intelectual que viabiliza desvelar os interesses em disputa na sociedade capitalista vivenciada no Brasil.

Na década de 1960, momento histórico da *Campanha De Pé No Chão*, o entendimento do poder potencialmente transformador inerente ao processo educacional passa a ter lugar de destaque no projeto nacional-desenvolvimentista pensado para o crescimento do país. Nesse sentido, Fávero (2001, p. 9) adverte que “a partir da educação popular se pretendia transformar a cultura brasileira, de modo a interferir a ordem das relações de poder e a própria vida do país”.

Dentre os principais pontos demarcatórios dos nacionalistas, encontrava-se a defesa de uma cultura originária do povo brasileiro, que deveria ser valorizada pelo Estado e seus dirigentes para fortalecer uma Nação soberana. Nessa linha de raciocínio, a relevância atribuída à dimensão econômica, até então mola mestra de condução das ações governamentais, perderia força na visão desses dirigentes, cabendo aos gestores perseguir saídas para a situação de miséria e de espoliação cultural a que estava submetida grande parcela da população.

Djalma Maranhão (1915 – 1971), chefe do executivo municipal na década de 1960 juntamente com sua equipe, se identificavam com os pensamentos

nacionalistas. Acreditavam que por meio da educação, inclusive aquela direcionada para o mundo do trabalho, seria viável modificações sociais capazes de permitir um desenvolvimento autônomo. Afirmção que se pode ratificar com palavras do próprio Prefeito.

O Brasil é minha Pátria, Natal minha cidade, em cujo chão estão enraizadas indissolavelmente todos os meus sentimentos. Tenho a consciência tranquila. Dei minha contribuição no sentido de arrancar o Brasil do atoleiro em que se encontra, quando lançamos a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler. A História fará justiça. [...]. É melhor sofrer e muitas vezes morrer, do que participar do festim daqueles que estão vendendo o Brasil no balcão das negociações internacionais [...]. O século XX que marcou o início de uma nova era social levará nas suas convulsões os últimos tentáculos e a derradeira gota de fel do imperialismo norte-americano. (MARANHÃO, 1984, p.31)

No desabafo do Prefeito reluz o sentimento dos nacionalistas, que acreditavam no desenvolvimento do país mediante o processo de conscientização crítica instigado nos bancos escolares com o auxílio da cultura popular e da valorização do trabalho. O ideário, evidenciado na fala do chefe do executivo municipal de Natal/RN, propunha a fuga do modelo de Escola de Ofício, discutido por Vigotski (2003), no qual o trabalho é tido como o objetivo do ensino. De acordo com a Escola de Ofício, as pessoas deveriam frequentar as escolas com o escopo de aprender, primordialmente, uma profissão.

Percebe-se que, na verdade, os nacionalistas queriam a utilização de uma educação comprometida com um processo de ensino-aprendizagem que promovesse um direcionamento para uma formação de caráter geral e amplo. Essa proposta de ensino aproxima-se do que Vigotski (2003) denomina de Escola pelo Trabalho, cuja matéria prima é a educação, portanto, mais vinculada à perspectiva de formação humana integral.

Gramsci (1978), ao abordar a escola do trabalho, realizava inferência no sentido de afirmar que a educação é um ato contínuo, e a escola um processo basilar para a aprendizagem. Nesse sentido, a escola do trabalho deveria formar a nova geração de trabalhadores com habilidades técnicas, mas também com o domínio dos conhecimentos necessários para compreender seu ofício, seus limites e suas imbricações com o mundo que a cerca.

No sentir dos coordenadores da *Campanha De Pé No Chão*, a questão da qualificação ligada ao trabalho perpassaria necessariamente pela concepção defendida pelos nacionalistas. O labor deveria ser uma forma de forjar o cidadão em

sua completude, de maneira a viabilizar o acesso a uma vida digna e, em paralelo, contribuir para o desenvolvimento nacional. Em consequência, a sexta fase da Campanha direcionou seus esforços para atender às demandas por qualificação profissional.

Spinelli (2010) reconhece a presença do ideário nacional-desenvolvimentista na *Campanha De Pé No Chão*, configurada na defesa empreendida pelos gestores do movimento popular quando apresentaram, entre as bandeiras da Campanha, a valorização de uma cultura originária marcada por um Estado atuante. Nesse trajeto, a alfabetização não se restringiria ao aprendizado do ler e do escrever, ao contrário, deveria ser vista como um processo de leitura de mundo que permitisse ao trabalhador a sua localização no espaço social mais amplo. Nota-se, especificamente, que com relação ao trabalhador, a alfabetização teria o papel de fortalecê-lo politicamente e, portanto, contribuir para o progresso do Brasil com a oferta de profissionais capacitados para ajudar no crescimento da indústria nacional.

Germano³² corrobora a presença de uma preocupação do grupo político que conduzia a Campanha no intuito de viabilizar o desenvolvimento do senso crítico nos natalenses, bem como de uma educação que possibilitasse autonomia aos sujeitos, refletindo a educação como um processo de formação completo. Diz esse autor:

Se me perguntar se tinha essa ideia de educação do trabalho como princípio educativo não tinha isso teoricamente, como também não tinha na parte da cultura essa compreensão, mas em estado prático, sim. Era uma contribuição, um gesto no sentido de tratar as pessoas de um ofício que pudessem fazer com que eles caminhassem com seus próprios pés. (Informação verbal).

Aqueles que desejassem adquirir conhecimentos no campo profissional agora tinham a opção de frequentar os Acampamentos Escolares que já eram utilizados para o processo de alfabetização. A nova questão que se apresentava para os gestores era identificar como essa formação seria replicada para os interessados. Quais seriam os eixos profissionais ofertados para a comunidade e qual a duração necessária para capacitar o trabalhador com o fim de inseri-lo no mundo do trabalho?

Nos anos 1960, a concepção de Educação Profissional reconhecidamente aceita por todos que seguiam a linha do Governo Federal estava fundada em uma lógica que permitisse atender às demandas dos setores econômicos, em especial à

³² Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro de 2017.

indústria, que seria a responsável pelo desenvolvimento do país. Desta feita, mesmo para os coordenadores da Campanha, os quais se opunham ao capitalismo dependente, era difícil se desvencilhar dessas práticas voltadas para o mercado. Mostrava-se imperioso achar um equilíbrio entre as demandas eminentemente econômicas para o ensino profissional e as questões mais gerais para a formação do cidadão em uma cidade que não tinha um mercado industrial para absorver a mão de obra a ser qualificada. Esse era um dos desafios dos coordenadores: quais cursos ofertar?

Germano³³, ao discutir sobre a Campanha De Pé no Chão em seu viés de formação humana, afirma:

Djalma Maranhão talvez não tenha lido uma linha de Antonio Gramsci, mas na prática ele fez a política como o autor italiano havia dito. A hegemonia se conquistará pela cultura! Não se faz a política apenas com dominação, mas com direção e isso só é possível pelo convencimento das pessoas, pela cultura [...]. Djalma Maranhão foi o que Gramsci chamava de Organizador da Cultura. Assim, se cercou de quem pensava, buscou os valores culturais, fortalecendo a proposta da prefeitura. Essa estratégia era importante, pois ele sabia que o colonizador não impunha apenas a dominação econômica, mas a língua, a religião, seus valores. Então, era preciso reverter esse quadro, reafirmando os nossos valores. (Informação verbal).

A preocupação com a formação humana, expressa pela reafirmação de nossos valores, foi uma constante em todo o movimento da Campanha, mesmo que o trabalho como princípio educativo não fosse tratado de maneira explícita, como lembra Germano no trecho acima exposto. O seu núcleo conceitual estava presente na medida em que se configurava a necessidade de se ampliar o aporte de informações teóricas, buscando materializar o elo com a empiria, inclusive na fase da profissionalização do aluno.

Barbosa Júnior (2016) também discorre acerca da presença da educação integral ao analisar a Lei nº 2.171 de 06 de dezembro de 1957, editada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte e que pertencia ao arcabouço legal a disciplinar a educação nesse estado:

O texto da lei preconiza uma concepção de educação integral que buscava “sempre que possível” vincular a escolarização à vida do lar e toda a vida social. Além disso, a lei baseava-se no ideário democrático e de mudança social com métodos de ensino que deveriam contribuir para a adaptação dos

³³ Entrevista concedida à pesquisadora em fevereiro de 2017.

estudantes às suas condições locais aproveitando as experiências bem-sucedidas. (BARBOSA JÚNIOR, 2016, p. 215. Grifos do autor).

Na Campanha, podemos inferir que a Educação Profissional pensada se relacionava a um ideal de emancipação por meio de aprimoramentos técnicos que teriam o condão de possibilitar um retorno justo para os esforços despendidos pelos trabalhadores que seriam inseridos ou recolocados no mercado. Ocorre que, não se pode ignorar que a condição de formação do trabalhador está intimamente imbricada aos fatores sociais e econômicos que interferem na construção do ensino profissional.

Sob essa perspectiva, Kuenzer (1998) ensina que o trabalho como princípio educativo deve ser visto como uma proposta pedagógica determinada pelas bases materiais de produção em cada fase do crescimento das forças produtivas. Assim, se reconhece que, em regra, a dinâmica social brasileira não permite que alunos provenientes de classes sociais menos abastadas possam frequentar uma escola de formação geral sem a necessidade de se preocupar com o acesso ao mercado de trabalho.

Naquele momento histórico, o município do Natal enfrentava um processo inflacionário que corroía o poder de compra das pessoas. É bom lembrar que a política desenvolvimentista do Governo de Juscelino Kubitschek permitiu a penetração de empresas estrangeiras que se espalharam pelo país, de maneira a comprometer a sobrevivência do competidor local. (GÓES, 2010).

Acrescente-se o fato da grande Seca de 1958 desalojar muitas famílias do interior para a capital, tornando crítica a busca por emprego no mercado de trabalho. As condições econômicas nos lares brasileiros obrigavam os jovens a participarem nas despesas da família, compelindo-os a trabalharem de forma precoce. E, nesse diapasão, convém enfatizar que os filhos da classe trabalhadora não têm a possibilidade que é resguardada para as classes dominantes de apenas estudar para adquirir conhecimentos gerais e só em momento posterior se preocuparem com o trabalho.

Essa urgência dos moradores de Natal/RN em se inserirem no mercado de trabalho precisava ser considerada no momento da formatação dos cursos de qualificação durante a sexta fase da Campanha, pois as necessidades básicas do ser humano não esperariam a liberdade intelectual do trabalhador para, em algum momento posterior, escolher qual caminho seguir no âmbito das possibilidades profissionais.

Na Campanha, durante o processo de alfabetização, o aluno já enveredava pela compreensão do que seria seu papel social, o que, em verdade, contrariava esse processo cognitivo dirigido ao campo do trabalho, que, em regra, apresenta-se como algo controverso, na medida em que o sistema capitalista precisa capacitar à mão de obra, porém, deve ter, ao mesmo tempo, o cuidado durante a formação para não despertar o senso crítico do trabalhador a ponto de ocasionar indagações acerca da lógica do sistema. A informação repassada deve se restringir, no máximo, às aptidões que serão exigidas na jornada laboral, pois o empresário não deseja fomentar o desenvolvimento do senso crítico que desencadearia questionamentos e insatisfações que atrapalhariam o processo produtivo. Saviani (2003, p. 137) debate o assunto esclarecendo que:

Na sociedade capitalista, a ciência é incorporada ao trabalho produtivo e, portanto, em meio de produção. Assim, a contradição do capitalismo atravessa também a questão relativa ao conhecimento: se essa sociedade é baseada na propriedade privada dos meios de produção e se a ciência, como conhecimento, é um meio de produção, deveria ser propriedade privada da classe dominante. No entanto, os trabalhadores não podem ser expropriados de forma absoluta dos conhecimentos, porque, sem conhecimento, eles não podem produzir e, se eles não trabalham, não acrescentam valor ao capital. Desse modo, a sociedade capitalista desenvolveu mecanismos através dos quais procura expropriar o conhecimento dos trabalhadores e sistematizar, elaborar esses conhecimentos, e devolvê-los na forma parcelada.

Na sexta fase da Campanha, denominada de *De Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão*, se buscou ofertar aos trabalhadores uma formação para auxiliar na inserção ou no retorno ao mundo do trabalho. Essa educação, como o próprio Saviani (2007) ressalta, não é ampla e geral, ao contrário, possui um caráter mais imediatista, pois a população da capital potiguar não podia esperar. Era um momento de crise econômica, de escassez de empregos e de inflação dos preços dos produtos mais basilares da mesa dos natalenses.

Apesar de todas as questões acerca da melhor opção formativa para o trabalhador potiguar, os cursos foram pensados e concretizados a partir dos recursos materiais e humanos disponíveis. Janílson³⁴ afirma que:

Quando a SUDENE começou a atuar no Nordeste então começou a campanha para ter electricista, radiotelegrafista (...) toda essa gama de profissão ensinava esses jovens a ter uma profissão e um fato interessante, quando foi criado isso aqui eles iam também, os adultos, iam estudar nessa fase, estudar nos acampamentos para se escolarizar aqueles que só tinham a parte profissional e muitos outros iam para adquirir o certificado, porque

³⁴ Entrevista concedida ao DHNet em junho de 2015.

com a implementação da SUDENE as empresas começavam a exigir um certificado de habilitação profissional e a Campanha De Pé No Chão era apta para fornecer o diploma de artífice. (Informação verbal).

A educação voltada para o trabalho foi instalada em 11 de fevereiro de 1963. Nessa fase, foram promovidos vários cursos de aprendizes, chegando a ter mais de 2.000 alunos inscritos (GERMANO, 1989, p. 147). Os cursos foram distribuídos conforme se verifica no Quadro 04.

Quadro 4

Acampamentos Escolares e Cursos que funcionaram em Natal/RN durante a *Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão – 1963*.

Acampamentos Escolares/Cursos	
Rocas	Corte e costura
	Alfaiataria
	Marcenaria
	Sapataria
	Telegrafia
	Elementos de eletricidade
	Barbearia
	Bordado a mão
Nova Descoberta	Artesanato
	Bordado a máquina
	Cerâmica
	Bordado a mão
Carrasco	Barbearia
	Corte de cabelo
	Enfermagem de urgência
	Datilografia
	Taquigrafia
	Encadernação
	Corte e costura
Nordeste	Corte e costura
Quintas	Fase de instalação

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir de dados contidos no livro *De Pé No Chão Também se Aprende a Ler*, de Moacyr de Góes (2010), 2017.

O Secretário de Educação da prefeitura lembra que os cursos foram pensados de maneira empírica, visto que não houve tempo hábil para uma pesquisa direcionada às principais demandas mercadológicas (GÓES, 2010). Essa etapa foi acontecendo e, em paralelo, eram ponderadas as soluções e as medidas para se adequar os cursos ministrados à realidade do país e do município do Natal/RN.

A situação encontrada para *De Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão* mostrava-se mais complicada, pois para se firmar essa etapa dentro da política pública local, era necessário um investimento robusto do executivo municipal a fim de adquirir material, equipamentos e tutores para ministrar os cursos técnicos.

Algumas pessoas foram requisitadas para contribuir prioritariamente com a Campanha, a exemplo de Omar Fernandes Pimenta, que nasceu em Caraúbas, interior do Rio Grande do Norte, em 09 de setembro de 1929. Quando Djalma Maranhão decidiu materializar a Campanha, o nomeou Diretor de Ensino da Prefeitura, ficando ele responsável por organizar várias frentes de trabalho, no que foi muito atuante no processo de escolha dos instrutores da sexta fase da Campanha. Ele sistematizou o início das primeiras capacitações já durante os Cursos de Emergência, para selecionar e capacitar as “professorinhas” que iriam conduzir as turmas nos Acampamentos Escolares. Também ficou à frente da Educação Profissional na sexta fase da Campanha.

Figura 5

Omar Fernandes Pimenta
Diretor de Ensino do Município do Natal em 1960.



Fonte: www.dhnet.org.br

A sexta fase trouxe as questões do mundo do trabalho para dentro da Campanha. Para os organizadores da política, a prioridade era viabilizar a construção de um processo de aprendizagem que proporcionasse uma formação profissional, à qual vinculasse aspectos propedêuticos a aspectos práticos. Traduzidos em um processo de fortalecimento da educação, da cultura, do trabalho e da autonomia, não existia o aprofundamento da discussão acerca da formação humana, quiçá a de caráter integral.

De maneira paulatina, as capacitações foram estruturadas ao mesmo tempo em que foram sendo postas à disposição da população. Na Figura 6, observa-se o

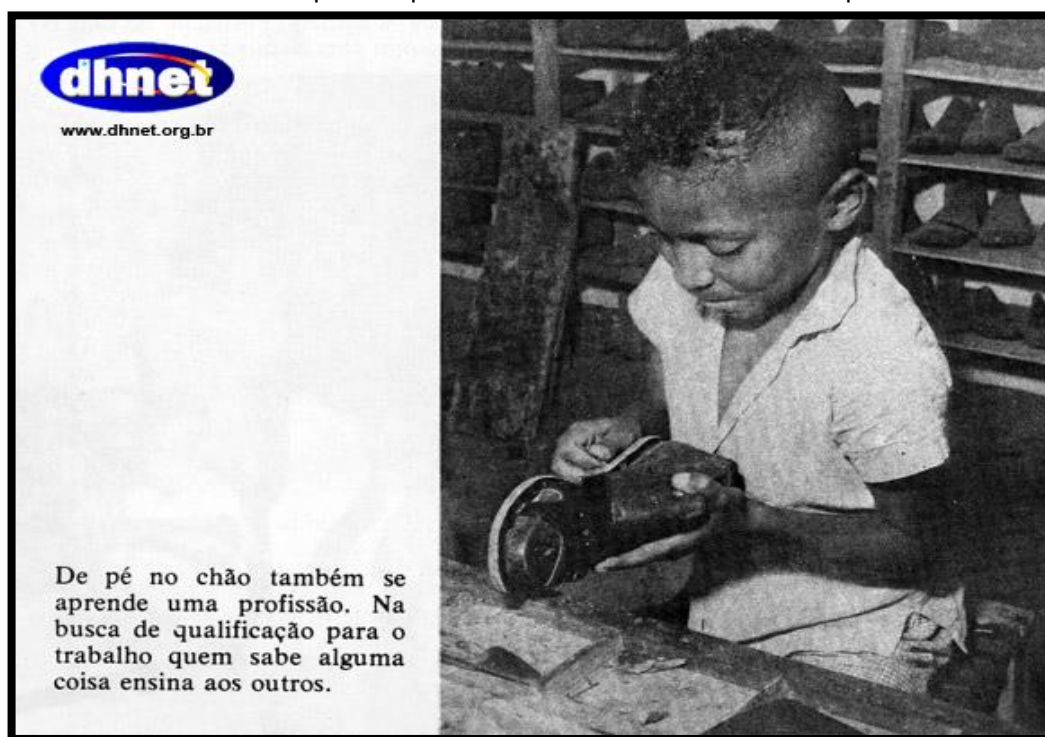
andamento do Curso de Sapataria, ministrado no Acampamento das Rocas. Nele, identifica-se o ensinamento de técnicas relacionadas à produção de calçados feita nos galpões que abrigavam as aulas.

Os ensinamentos eram ministrados para o fortalecimento da Educação Profissional. A prefeitura disponibilizava todo o material utilizado, desde o espaço físico, as ferramentas e as máquinas até a matéria prima como couro, linhas e colas usadas nas aulas para a confecção dos sapatos.

O público alvo dessas capacitações eram os adultos, porém, as crianças também podiam participar das aulas de caráter profissional, haja vista, na época, ser comum a inserção delas no setor produtivo. A Revolução Industrial³⁵ demandava muitos trabalhadores menores de idade, visto que configuravam mão de obra barata, o que proporcionaria mais lucros aos donos dos meios de produção.

Figura 6

Aluno da Campanha aprendendo a arte de confeccionar sapatos.



Fonte: <http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/imagens.htm>

³⁵ A primeira Revolução Industrial trouxe avanços e retrocessos. É possível notar que no momento em destaque, a miséria era crescente, associada a um descontentamento por parte dos trabalhadores, de pequenos grupos de comerciantes e de pequenos burgueses, ao passo que os mais ricos continuavam o processo de acumulação de bens. A Revolução Industrial foi marcada por desemprego, quedas na produção industrial, bancarrotas e nas desigualdades sociais. (HOBSBAWN, 1977).

Na Figura 6, visualiza-se um dos alunos do Acampamento das Rocas durante um treinamento dado no Curso de Sapataria. Na imagem, se percebe que os alunos praticavam as técnicas ensinadas durante a 6ª fase da Campanha. Tratava-se de uma criança de aproximadamente 8 (oito) anos de idade e já com a responsabilidade de se capacitar para o mundo do trabalho e se tornar uma fonte de renda para a sua família.

O trabalho infantil era um comportamento socialmente aceito e disseminado na década de 1960. Acreditava-se que o fato do menor ser apresentado às técnicas profissionais configuraria uma ampliação das possibilidades de ascensão social, pois haveria uma facilitação nas condições de adentrar no mercado de trabalho.

É relevante esclarecer que os líderes da Revolução Industrial se preocupavam primeiramente com o lucro, haja vista ser esse o escopo maior dos capitalistas. Logo, se era preciso recorrer ao trabalho infantil, mão-de-obra mais barata para garantir a acumulação do capital, os industriais não hesitavam em adotar tal prática.

As consequências para a saúde física e mental dessas crianças era preocupante. Expostos a árduas jornadas de trabalho comprometiam o corpo em virtude da exaustão. Ademais, não teriam a oportunidade de estudar e de se capacitar a fim de romper com o ciclo de pobreza que lhes era imposto, sendo aprisionados nessa armadilha que os impedia, inclusive, de enxergar criticamente a exploração sofrida, como também a necessidade de lutar por direitos básicos.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou uma cartilha que destaca as boas práticas ligadas ao combate do trabalho infantil. Referido documento traz a banalização do trabalho infantil na organização da sociedade brasileira, inclusive nos anos 1960, conforme é possível aferir no trecho transcrito na sequência:

O trabalho infantil faz parte da realidade brasileira desde o início da colonização do país (...) havia uma cultura favorável ao trabalho infantil (e em menor grau ainda há) a noção fortemente arraigada na sociedade de que o trabalho infantil não era um problema, mas uma solução para a criança pobre. Enquanto criança trabalhadora era vista como exemplo de virtude, criança desocupada era tida como sintoma de problema. Nesta mesma lógica, a educação para a criança pobre, se desvincula de um usufruto econômico imediato, era considerado como desnecessária e até uma perda de tempo. (OIT, 2010, p.15).

A ideia inicial dos gestores da Campanha era fundada na potencial capacidade intrínseca à educação de assumir um caráter problematizador, na medida em que durante o processo de letramento seria plausível desvendar as várias injustiças

sociais perpetradas no âmago da comunidade. Na prática, adotava-se o trabalho como princípio educativo capaz de fomentar mudanças na realidade posta.

A Figura 7 retrata o cultivo de hortas, demonstrando práticas integradoras que aliam educação e trabalho. Inclusive, o resultado dessa ação ainda era benéfico para os Acampamentos, na medida em que também produziam alimentos para abastecer as refeições servidas na escola.

Figura 7

O ensino voltado às atividades agrícolas no Acampamento Escolar.



Fonte: <http://forumeja.org.br/fotos.depe>

Apesar de a educação voltada para a agricultura não ter constado entre as capacitações da sexta fase, ela também foi fomentada de maneira subjacente, na medida em que era indispensável para fornecer merenda escolar no âmbito do projeto educacional. Essa atividade era realizada com a colaboração dos alunos que frequentavam os Acampamentos.

Gilvanize³⁶ destaca que através do cultivo de hortas era ensinado tanto às crianças como às mães, técnicas de plantação e de manejo de solo. A própria EMATER-RN³⁷ promovia qualificações rápidas para ensinar as famílias beneficiadas

³⁶ Entrevista concedida à pesquisadora em janeiro de 2017.

³⁷ Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural surgiram, no Rio Grande do Norte, em 27 de julho de 1955, através da Associação Nordeste de Crédito e Assistência Rural (ANCAR).

pela Campanha a melhor forma de concretizar essas hortas no projeto e, também, de replicar os conhecimentos apreendidos em suas próprias residências.

O Relatório confeccionado em 28 de abril de 1962, pela Secretaria Municipal de Educação destaca, na página 3, que:

O Programa de Alimentação que se encontra em / princípios, visa a melhoria dos padrões alimentares da população. Os “Acampamentos” das Rocas e do Carrasco dispõem, em cada um, de um aviário e uma horta, e se cogita a instalação de um aviário modelo na Nova Descoberta, bem como a extensão dos programas aos demais / “Acampamentos”. (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NATAL, 1962, p. 3. Grifos no original).

A Educação Profissional conduzida nos galpões que abrigavam as aulas também se destinava a um público mais adulto já inserido no projeto de alfabetização. Através de capacitações conduzidas por profissionais reconhecidos no setor, como o artesão Chico Santeiro³⁸, os estudantes recebiam ensinamentos para novas áreas de atuação profissional.

Na Figura 8, integrantes da Campanha estão assistindo orientações ligadas à atividade de alfaiataria. Nela também é possível identificar o prefeito Djalma Maranhão.

Figura 8

Curso de Alfaiataria ministrado em um dos galpões da *Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão* aos participantes do projeto.



Fonte: <http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/imagens.htm>

³⁸ Joaquim Manoel de Oliveira, também conhecido por Chico Santeiro, nasceu no município de Santo Antônio do Salto da Onça/RN, em 1889. Fazia esculturas religiosas muito procuradas pelas pessoas e alguns dos trabalhos eram pintados à mão. O artesão também fez muitas esculturas para Câmara Cascudo e, nos anos 1950, tornou-se conhecido na cidade de Natal/RN após uma matéria exibida no Jornal *A República* reconhecendo seu talento na cultura popular.

A prefeitura buscou o auxílio de pessoas experientes dispostas a ministrar as capacitações profissionais para os discentes. A preocupação era a de ofertar cursos de qualidade e com procura no mercado de trabalho.

Na sequência, adentra-se nas lembranças compartilhadas pelos sujeitos privilegiados do momento histórico em tela, evidenciando os sinais ligados à Educação Profissional trazidos nas falas.

4.2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PRESENTE NA CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO TAMBÉM SE APRENDE A LER

Na confecção desta seção, enfatizam-se as falas de pessoas que vivenciaram a *Campanha De Pé No Chão* ou que conviveram com sujeitos privilegiados e se dispuseram a socializar suas experiências e sentimentos. Dessa maneira, por meio do diálogo tornou-se viável reconstituir o clima encontrado em Natal/RN com o desenvolvimento dessa educação popular, as expectativas dos envolvidos com o projeto em execução e os seus principais anseios e sentimentos com o fim dessa política pública com o Golpe Civil-Militar de 1964.

Os sujeitos privilegiados estão identificados nesta pesquisa, esclarecendo os elos entre os respectivos protagonistas e autores com a *Campanha De Pé No Chão* e suas perspectivas e entendimentos do período. Cada colaborador concordou com a divulgação das informações por eles reportadas, e estas possibilitaram compor a breve história da sexta fase do movimento popular de educação em estudo.

Idelausi de Barros Medeiros da Silva era uma das “professorinhas” da Campanha. Na época, tinha 14 anos de idade e cursava o ginásial no Colégio Atheneu Norte-Riograndense. Sua participação se materializou em virtude da necessidade da prefeitura municipal arremeter pessoas com competência técnica para conduzir o processo de letramento. Em seu relato, identifica-se o pensamento daqueles docentes leigos que ajudaram no processo de alfabetização. Segundo narra, ela foi instigada a se inscrever e a participar do movimento no próprio colégio em que estudava. Ela ressalta o orgulho que toda a sua família sentia com a participação dela no projeto educacional.

No discurso de *Idelausi*, evidencia-se a busca concretizada pelo executivo municipal para selecionar estudantes que pudessem atuar na Campanha como

professorinhas, expondo o quadro acanhado de profissionais capacitados da educação à época para atender à grande procura da população local. Outro aspecto marcante, era o fato de menores de idade já ingressarem no mercado de trabalho, inclusive com o estímulo do Poder Público. *Idelausi* recebeu treinamento no Centro de Formação de Professores (CFP) para conduzir as aulas no Acampamento de Nova Descoberta.

Francisco de Assis Araújo da Silva entrou na Campanha aos 10 anos de idade para estudar no Acampamento Escolar que ficava na Avenida 4 com a Avenida Jaguarari, no Bairro da Conceição, onde hoje funciona a Escola Municipal Juvenal Lamartine. No turno da noite frequentava às aulas voltadas à Educação Profissional. Ele cursou a capacitação dirigida à formação de Telegrafista, por sugestão de seu pai, Antônio Paulino.

Gilvanize Moreira da Silva, servidora pública da Prefeitura de Natal/RN na década de 1960, ministrava aulas de História no período do movimento popular em análise. Participou de várias reuniões com o Secretário de Educação Moacyr de Góes, sua esposa Conceição de Góes e demais membros da coordenação pedagógica, para sistematizar as medidas mais urgentes e necessárias a serem concretizadas no âmbito daquele órgão. Os encontros serviam para aferir as conquistas e redimensionamentos necessários no decorrer das medidas educacionais feitas pelo executivo municipal. Gilvanize compartilha a satisfação e o envolvimento dos profissionais da prefeitura com o movimento de educação popular ofertado à população.

Júlio Pimenta é filho de Omar Pimenta, Diretor de Ensino da Prefeitura de Natal/RN, responsável por capitanear profissionais para contribuir com o projeto. Seu posicionamento traz o sentimento da família Pimenta no tocante à política de letramento e, na sequência, também divide as experiências dos seus familiares com a truculência adotada pelos militares nas atividades de repressão efetivadas em Natal/RN.

Célia Leal de O. Hermes foi aluna do Acampamento das Rocas, frequentou as aulas juntamente com sua irmã mais velha. Destaca como principais lembranças do período as dificuldades financeiras da população, o apoio dado aos alunos que recebiam material escolar e alimentação durante as aulas. Eram tempos de muitas dificuldades financeiras, as famílias não tinham muitos recursos nem oportunidades para conseguir renda para o sustento de todos. Segundo narra, muitas crianças

humildes que frequentavam os bancos escolares não tinham alimentação, roupas e calçados, de modo que a Campanha era fundamental para essa população.

José Willington Germano, Professor Titular e Emérito, aposentado pela UFRN, foi líder da Base de Pesquisa Cultura, Política e Educação (BPCPE). É considerado o maior estudioso da *Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler*, tendo publicado livros e artigos relacionados ao tema. Orientou pesquisas acadêmicas que abordaram a política pública municipal com resultados enriquecedores para a memória do país. Amigo do Secretário de Educação da época da Campanha, Moacyr de Góes, acompanhou muitas narrativas sobre o período, compartilhando relatos de várias testemunhas oculares da história.

Alexandre de Albuquerque Maranhão é primo do Prefeito Djalma Maranhão. Destacou o compromisso público com que o prefeito de Natal conduzia as ações do executivo municipal em sintonia com os interesses da administração e do povo. Revelou a simplicidade presente no cotidiano do gestor e sua preocupação em melhorar as condições de vida da população local.

Janílson Dias de Oliveira foi responsável por organizar a metodologia de ensino e de trabalho durante a fase do ensino profissionalizante e da minuta da cooperativa dos assistidos, que ajudaria na comercialização dos produtos feitos no interior dos galpões nas aulas técnicas. Permaneceu na Educação Profissional, mesmo após o Golpe de 1964. Assim, experimentou a socialização do ensino profissional antes e durante a repressão militar.

A participação de Janílson Dias em *De Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão* ocorreu devido à sua condição de ex-aluno da Escola Industrial de Natal e de ter sido selecionado para cursar o magistério em Curitiba, no ano de 1963. O curso teve duração de 1 (um) ano, e todos os formados estavam aptos a lecionar no ensino profissionalizante. Ele lembra que foi procurado por Djalma Maranhão, que lhe explicou que estava implantando a Educação Profissional na Campanha e o convidou para participar quando retornasse a Natal/RN. Finalizada a capacitação em dezembro do mesmo ano, ele se apresentou ao vice-prefeito, que o encaminhou para o Dr. Érico de Souza Hackrad³⁹, coordenador geral da sexta fase.

³⁹ Hackrad^t, nasceu em Boa Saúde/RN. Foi vereador em Natal/RN pela UDN e assumiu a vice-presidência da Câmara Municipal do Natal em 1º de abril de 1960 a 29 de março de 1961. Em uma homenagem póstuma pelos serviços prestados à capital potiguar, o Plenário da Câmara de Natal recebeu o seu nome. Disponível em: <www.dhnet.org.br/verdade/rn/prefeitura/sumario.htm>.

Em sua narrativa, menciona que reencontrou diversos ex-alunos da Escola Industrial de Natal que estavam colaborando com essa etapa. Dividiu a coordenação pedagógica da sexta fase com o Professor Pedro Bandeira de Moura e o Professor Isaías Maurício de Carvalho, haja vista terem finalizado juntos a capacitação em Curitiba. Janílson comenta acerca do público que frequentava as aulas:

Era um pessoal mais limitado intelectualmente, costureira era costureira, sapateiro era sapateiro, tá entendendo! Um marceneiro era marceneiro eles não tinham essa visão de [...] eles não queriam saber de política, eles queriam era ganhar o dinheirinho deles. (Informação verbal).

Infere-se no trecho em destaque que o público alvo possuía limitações na formação inicial ou até mesmo não a tinha, de modo que a preocupação com uma educação de caráter mais geral não se refletia de imediato no público que procurava adentrar nos cursos profissionais.

Em que pese *De Pé No Chão* apresentar entre seus objetivos o incentivo à formação crítica dos alunos, essa sedimentação intelectual não ocorre de maneira célere e homogênea como se percebe na própria fala do coordenador do ensino profissional. Os estudantes do ensino profissionalizante não tinham o entendimento concernente à relevância de uma educação mais completa, ao contrário, eles precisavam resolver urgentemente demandas econômicas de sobrevivência, e a profissionalização parecia ser o caminho mais rápido.

Na época, o processo formativo do trabalhador não perpassava pelo conceito de Formação Humana Integral. A preocupação da maior parte dos governantes era apenas com base no entendimento largamente difundido na sociedade que consistia em ofertar um ensino mais adequado para atender o mercado. Nota-se, desse modo, que a centralidade do sistema capitalista privilegia a dimensão econômica em detrimento de um foco mais inclinado ao aspecto social. Logo, impõe rapidez no fornecimento de mão de obra minimamente qualificada para operar as máquinas e conduzir processos produtivos.

Acontece que os profissionais formados na década de 1960 apresentavam problemas de competência técnica para executar as tarefas necessárias à indústria, comprometendo, conforme o pensamento hegemônico, o crescimento do país. A percepção dessa realidade direcionou a concretização de Planos Nacionais de Desenvolvimento, com o intuito de garantir os preceitos ofertados pelo modelo de capitalismo dependente adotado no país. (RAMOS, 2013).

Na dialética registrada entre os modelos de desenvolvimento propostos no Brasil, é preciso entender que mesmo diante de maiores exigências do mercado, com relação aos profissionais que iriam atuar na confecção de bens e serviços, em especial na indústria, o processo de ensino-aprendizagem estava muito aquém dos preceitos firmados tanto para o caminho desejado pela indústria como para a formação humana pensada pelos nacionalistas.

Marx (1867) já advertia que a formação humana é produto das relações sociais e das relações de produção. Segundo o autor alemão, a preocupação com a construção do indivíduo deve abarcar aspectos ligados à educação intelectual, física e tecnológica.

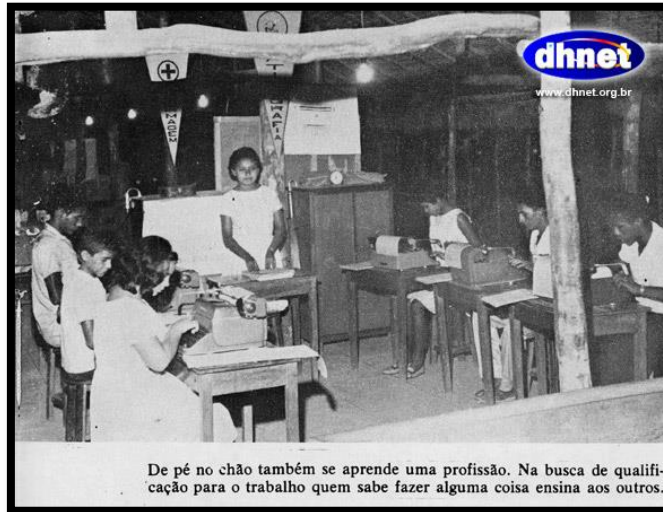
O conhecimento deve proporcionar uma visão geral da vida social, para em seguida, instrumentalizar para o exercício profissional. Antônio Gramsci (2010) elucida que o trabalho, na forma mais desenvolvida do capital, expropria o saber, exaure o corpo e, no produto, encerra e limita as condições de existência material. O pensador italiano ainda ventila que o trabalho se configura como um item indispensável para a formação humana, visto que atua como mediador entre a teoria e a prática inerentes a um contexto que envolve a sociedade.

O mundo do trabalho e o processo educativo, portanto, evidenciam a imperiosa necessidade da presença do comprometimento com a integralidade do ser no processo educacional voltado à Educação Profissional, sob pena de forjar apenas esboços de seres humanos minimamente qualificados para atender ao mercado, mas sem a capacidade de pensar criticamente.

Retomando a Campanha – a sexta fase iniciou suas atividades em fevereiro de 1963 com oito cursos profissionalizantes. Em agosto do mesmo ano, *De Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão* emitiu 148 certificados. As demais conclusões de cursos ocorreram em novembro de 1963 e janeiro de 1964, nas seguintes modalidades: Corte e Costura, Enfermagem de Urgência, Sapataria, Marcenaria, Barbearia, Datilografia, Artesanato e Encadernação. (GÓES. 1980).

Na Figura 9 é possível visualizar aulas profissionalizantes do Curso de Datilografia, que foram ensinadas no Acampamento do Carrasco.

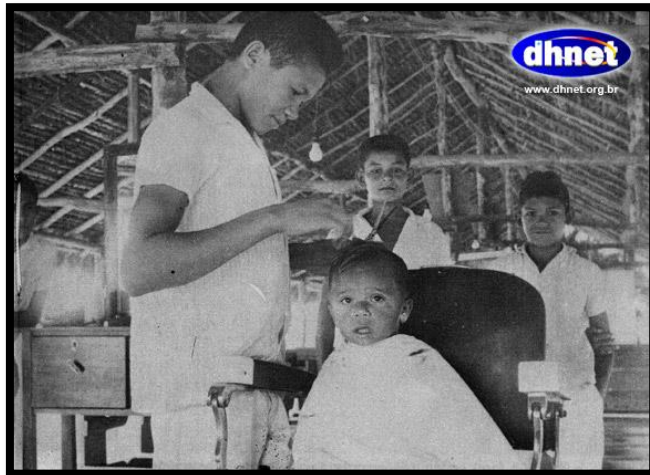
Figura 9
Aulas de Datilografia ministradas nos Acampamentos Escolares.



Fonte: <http://www.dhnet.org.br/moacyr/ficha.htm>

As aulas para ensinar as técnicas de Barbearia e Corte de Cabelo foram ofertadas nos acampamentos das Rocas e do Carrasco, conforme se verifica na Figura 10.

Figura 10
Aulas de Cabelereiro ministradas nos Acampamentos Escolares



Fonte: <http://www.dhnet.org.br/moacyr/ficha.htm>

Góes (1980) resume os números ligados à Educação Profissional destacando que:

Em setembro do mesmo ano, 17 cursos estavam em funcionamento, divididos em três turnos e distribuídos através de cinco Acampamentos: Rocas – corte e costura, alfaiataria, marcenaria, sapataria, telegrafia, elementos de eletricidade, barbearia, bordado a mão; Carrasco – barbearia, corte de cabelo (feminino), enfermagem de urgência, datilografia, taquigrafia, encadernação e corte e costura; Nova Descoberta – artesanato, bordado a máquina, cerâmica e bordado a mão; Nordeste – corte e costura; Quintas – em fase de instalação. (GÓES, 1980, p. 58-59).

Como mencionado na seção 3 deste trabalho, na discussão que envolve as fases do movimento popular de Natal/RN, as primeiras capacitações ocorreram já no início da Campanha, quando seus organizadores se viram compelidos a capacitar seus próprios docentes para atuar no projeto. Margarida Cortez (2005) relata as dificuldades iniciais com as Unidades de Trabalho (UT), haja vista possuírem um grande número de professores leigos, sem conhecimento pedagógico suficiente para o exercício da docência. Segundo a autora:

Antes de iniciar as atividades, as professoras faziam um curso de Emergência durante o qual aprendiam a elaborar as Unidades de Trabalho. Fazia parte do curso as seguintes disciplinas: Linguagem e Matemática na Escola Primária; Estudos Sociais (Geografia e História do Rio Grande do Norte e do Brasil, Política, Relações Humanas e ética); Ciências Naturais; Educação Sanitária (Alimentação, Higiene e Saúde); Fundamentos da Educação e Planejamento do Ensino. (CORTEZ, 2005, p. 8).

É importante destacar que a realidade local vivenciada na época era marcada por altos índices de analfabetismo. Mesmo entre aqueles que já trabalhavam com a educação, como servidores e professores das redes estadual e municipal, era comum apresentarem um currículo modesto, muitos frequentaram apenas o curso primário⁴⁰. Por isso, tornou-se pertinente a exposição da Professora Margarida Cortez (2005) ao destacar a necessidade das capacitações junto ao grupo de professores que atuavam na política pública em comento.

⁴⁰ Moacyr de Góes (2005) afirma que a educação pública municipal foi formada por um quadro de 500 (quinhentos) professores leigos, qualificados em curso de emergência no Centro de Formação de Professores. O Centro realizou dois cursos de emergência, os quais obtiveram pleno êxito. O primeiro curso diplomou 481 candidatos, sendo 28 do interior do Estado. Todos os candidatos diplomados pelo curso de emergência foram incluídos na campanha para lecionar nos Acampamentos e nas escolas domiciliares. Disponível em: <<https://goo.gl/LxYxBt>>. Acesso em: 28 abr. de 2017.

Idelausi⁴¹ Medeiros, como já mencionado, foi uma das professoras que contribuiu no projeto. Em 1961, ela tinha 14 anos e cursava o 2º ano ginasial no Colégio Atheneu, quando se inscreveu para participar da *Campanha De Pé No Chão*. Em que pese a Lei Estadual nº 2.171/57 ter disciplinado a possibilidade de profissionalização no magistério primário para pessoas com 18 anos de idade ou mais, diante da exiguidade de candidatos que pudessem atender aos requisitos legais, foi necessário flexibilizar a norma a fim de suprir a demanda dos Acampamentos.

Desta feita, Idelausi integrou a equipe de profissionais selecionados pela prefeitura. Ela conta que trabalhava nos turnos matutino e noturno, já que estudava no período da tarde. Inclusive, “a continuação dos estudos era uma exigência feita às ‘professorinhas’ para permanecer no processo”.

Em razão de morar próximo ao Acampamento do Bairro de Nova Descoberta e, portanto, não necessitar de transporte para o trajeto diário, foi designada para trabalhar nessa localidade. Lecionava aulas de História, Ciências, Língua Portuguesa e Matemática, recebendo uma gratificação de 2.000,00 (dois mil cruzeiros) por mês. Segundo lembra, “os professores leigos recebiam treinamento no Baldo”, bairro onde funcionava o Centro de Formação de Professores⁴², responsável por toda a parte pedagógica aplicada no projeto.

Acerca do treinamento ofertado aos envolvidos, Cortez (2005, p. 2) revela que, em linhas gerais,

todas as professoras municipais que possuíam o curso primário foram matriculadas no Ginásio Normal, enquanto que as que possuíam o curso ginasial ingressaram no Colégio Normal. O currículo das escolas municipais passou a ser elaborado por meio de pequenos projetos pedagógicos denominados Unidades de Trabalho.

Idelausi lembra o orgulho que tinha ao ser tratada como “professorinha”: “existia uma deferência muito grande por parte da sociedade e para continuar atuando na campanha não poderia se descuidar dos seus estudos, pois consistia em uma exigência dos coordenadores da campanha”. Da mesma maneira que Idelausi trabalhava nessa política pública educacional, também existiam outras crianças e adolescentes no mercado que adentravam nesses ambientes em busca de

⁴¹ Idelausi Medeiros concedeu entrevista à pesquisadora em fevereiro de 2017.

⁴² As Resoluções nº 10/63 e 13/63 do Conselho Estadual de Educação e Cultura regulamentaram o funcionamento do Centro de Formação de Professores da *Campanha de Pé No Chão* com os cursos primário, normal de grau ginasial, normal de grau colegial e de emergência para treinamento de monitores da Campanha. (MARANHÃO, 1964).

complementação da renda familiar. Na sexta fase, muitas crianças frequentaram as capacitações profissionais com o escopo de inserção no campo laboral.

O trabalho infantil não era uma característica da *Campanha De Pé No Chão*, ao contrário, sempre esteve presente na história da humanidade, entretanto, com a Revolução Industrial, a prática foi muito difundida nos países capitalistas. No Brasil, as crianças também passaram a integrar as atividades produtivas com jornadas laborais superiores a 14 horas diárias. Atividades de natureza insalubre, perigosas ou penosas também constavam no rol de atribuições dos menores. As consequências dessas jornadas extenuantes se refletiam no número de acidentes com sequelas graves, mortes e doenças incapacitantes.

Em 1919, com o fim da Primeira Guerra Mundial (IGM), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio da assinatura do Tratado de Versalhes, foi criada para disciplinar as relações entre patrões e empregados. A OIT elegeu como uma das principais bandeiras da organização a questão protetiva direcionada para crianças e adolescentes trabalhadores.

A organização passa a pressionar países signatários, a fim de interferir na inclusão de medidas protetivas para os menores nos respectivos ordenamentos jurídicos. O Brasil, em 3 de novembro de 1932 estabeleceu, por meio do Decreto nº 22.042, as condições do trabalho dos menores na indústria. Já em 1934, com a publicação da Constituição Federal, fixou várias diretrizes para proteger as crianças contra a exploração infanto-juvenil, proibindo o trabalho aos menores de 14 anos. Destarte, no arcabouço jurídico brasileiro foram inseridos alguns normativos para resguardar as crianças da exploração pelo capital. Entretanto, apenas a estruturação de leis não é suficiente para garantir a devida proteção. A mudança na mentalidade coletiva é algo que deve ser construído continuamente.

Nos anos 1960, época da Campanha, muitos jovens se inscreveram nos cursos para conseguir uma profissão. Mesmo crianças com menos de 14 anos de idade frequentavam as salas de aula. O Senhor Assis⁴³ recorda que:

Eu entrei para o curso de radiotelegrafista porque o meu pai me orientou a me inscrever nesse curso. Agora o que eu queria era ser marceneiro como ele, mas no Acampamento que ficava na Av. 4 com a Av. Jaguarari não tinha outros cursos então tive que frequentar esse. Era o acampamento mais perto da minha casa, já que eu morava no Bairro de Lagoa Seca e a diretora era a Dona Marli. Estudei lá no curso de radiotelegrafista em torno de seis meses, no período da noite, pois pela manhã eu fazia o curso normal também no

⁴³ Entrevista concedida à pesquisadora em maio de 2017.

mesmo acampamento. As aulas foram interrompidas, não sei bem o porquê, mas enfim tudo acabou. (Informação oral).

O Acampamento Escolar que o senhor Assis frequentou estava na fase inicial de implementação, por isso não existiam outras possibilidades de cursos. Nos relatos trazidos por Góes (2010) não há a identificação das qualificações que foram disponibilizadas para o Acampamento da Conceição, constando apenas que a Educação Profissional materializada no espaço estava, ainda, em fase preliminar de instalação.

Essa etapa da Campanha ensejou muitas expectativas em razão, principalmente, das necessidades prementes da população que vivenciava uma escassez de oportunidades para se inserir no mundo do trabalho. A inflação dos preços enfrentada na época, em paralelo com o aumento populacional, incrementado pelo êxodo dos trabalhadores do campo expulsos pela Seca de 1958, geravam uma pressão imensa na sociedade.

É relevante lembrar que a política pública educacional em questão almejou minimizar ou mesmo elidir vários problemas sociais, reunindo em torno do projeto diversos gestores, artistas, músicos, arquitetos e demais intelectuais a fim de modificar a realidade na cidade de Natal/RN.

Acrescente-se, ainda, o fato de os organizadores terem se preocupado em qualificar os profissionais imbuídos do trabalho de alfabetização e de qualificação profissional. A confecção do material a ser utilizado também foi um diferencial na política pública implementada em Natal, cuja intenção era a de ofertar textos que gerassem interesse para seu público, tanto no conteúdo como na forma. Ademais, seria igualmente importante que as cartilhas estimulassem o senso crítico dos alunos.

A ruptura na continuidade das aulas profissionalizantes ocorreu em razão do Golpe Civil-Militar de 1964, que considerou a *Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler* um ato subversivo e contrário aos interesses da nação. Seus idealizadores foram perseguidos incessantemente, alguns presos e torturados, outros foram exilados ou fugiram para sobreviver.

Júlio Pimenta⁴⁴ relata as dificuldades experimentadas por seu pai e sua família por causa dos “defensores da Ordem⁴⁵”:

A prisão de papai foi muito traumática, ele passou quase um ano preso no quartel de Santos Reis. Eu lembro que só fui saber que papai tinha sido preso político aos 18 (dezoito) anos de idade. Era proibida essa conversa lá em casa. (...) para você ter uma ideia! Eles entraram lá em casa, revistaram tudo, levaram o que queriam. O exército quando entrou lá em casa eu tinha 1 (um) ano e três meses, mamãe não trabalhava e tinha 4 filhos. Papai já tinha sido preso de manhã, na porta da Prefeitura, eles passaram quase o dia todo lá em casa. Mamãe não trabalhava, então ficou sem dinheiro, meu pai preso e ela com 4 filhos para criar. Quem nos ajudou foi um tio meu, Tio Geneide, irmão da minha mãe, ele nos ajudou por muito tempo e quando papai saiu ninguém queria dá emprego, pois ele era subversivo e tinha passado quase um ano na cadeia. Papai quase não falava sobre o assunto. Só sabe das dificuldades quem vivenciou esse período triste da nossa história (informação oral)⁴⁶

Há vários relatos expondo atos de violência contra políticos, gestores e demais figuras públicas que questionavam as ações deletérias presentes na lógica capitalista. O Secretário Municipal de Educação de Natal/RN está descrito no Relatório⁴⁷ que tratava do assunto “subversão no Rio Grande do Norte” conforme trecho a seguir:

Moacyr de Góes, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade X.XXX.XXX SSP/RN e inscrito com o número YYY.YYY.YYY-YY no Cadastro de Pessoas Físicas foi incurso no tipo penal pela prática criminal de atividade subversiva na cidade de Natal/RN no dia 23 de julho de 1964, conforme visto no prontuário criminal n° 20862.

Na sequência, identifica-se na Figura 11 o prontuário de Moacyr de Góes, que, segundo o Relatório Veras, tinha o escopo, por meio da *Campanha De Pé No Chão*, de conscientizar adultos e crianças, objetivos considerados “perniciosos” e “subversivos”.


⁴⁴ Júlio Pimenta é o filho mais novo de Omar Pimenta, Diretor de Ensino da Prefeitura e um dos responsáveis pela sistematização de muitos cursos profissionalizantes ofertados na sexta fase. Os militares o consideraram subversivo e o prenderam.

⁴⁵ Expressão utilizada por Lúcia de Fátima Vieira Costa em sua dissertação defendida em 2004, pelo PPGCS/ UFRN.

⁴⁶ Entrevista concedida à pesquisadora em julho de 2017.

⁴⁷ Carlos Moura de Moraes Veras conduziu a investigação nos campos sindical, estudantil, intelectual e na Prefeitura de Natal. O documento foi apresentado ao Governador do Estado Aluizio Alves, classificando o Secretário de Educação Moacyr de Góes como subversivo.

Figura 11
Prontuário de Moacyr de Góes registrado na Secretaria do Estado do Interior e Segurança do Rio Grande do Norte – Dossiê do DOPS.


 RIO GRANDE DO NORTE
 Secretaria de Estado do Interior e Segurança
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL E CRIMINALÍSTICA
 SECÇÃO DE PRONTUARIOS, ARQUIVO E ESTATÍSTICA CRIMINAIS

PRONTUÁRIO 20862
 ACUSADO MOACYR DE GOIS
 INCURSO(s) nas penas do Art. Atividades Subversivas
 PRONTUARIADO NA DELEGACIA DE Del.Ord.Pol.Soc. no dia 23
 de julho de de 1964

Fonte: <http://www.dhnet.org.br/moacyr/bnm/index.htm>

Essa poderia ser a única versão conhecida do Educador Moacyr de Góes, professor, advogado, pai, esposo e ser humano indignado com as distinções criadas e/ou fomentadas pelo Estado, que se alimentava das desigualdades para beneficiar a poucos. O crime em curso foi tentar libertar das garras da ignorância conterrâneos que viviam na escuridão das letras, sem trabalho e sem condições de sobrevivência.

Moacyr de Góes comungava dos ideais do grupo político ligado ao Prefeito Djalma Maranhão (1915 – 1971), partilhando do ideário nacionalista como plataforma de modificação social. A Figura 12 traz o Secretário de Educação falando ao povo.

Figura 12

Moacyr de Góes discursando para a população no palanque montado pelo executivo municipal.



Fonte: <http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/imagens.htm>

No período, os palanques eram muito utilizados para promover debates com a população, pois era um espaço ideal para disseminar ideias e trocar informações com um grande número de indivíduos.

Alexandre Maranhão⁴⁸ recorda que Djalma Maranhão tinha muito zelo com a coisa pública, havia um sentimento de cidadania no exercício do mandato. Segundo sua percepção:

Djalma Maranhão tinha o cheiro do povo. Era um gestor preocupado com a resolução de problemas sociais como o analfabetismo e falta de moradias para a população. O prefeito promoveu a doação de muitos terrenos em Mãe Luíza, regularizando várias ocupações já existentes feitas pela população carente. No tocante a educação ele falava que era preciso tirar as pessoas da escuridão e tentou essa façanha por intermédio da campanha. (Informação verbal).

No dia 1º de abril de 1964, o Golpe Civil-Miliar foi deflagrado, instaurando um regime militar no país. Muitas pessoas foram perseguidas, algumas torturadas, exiladas ou mortas. Todas as pessoas identificadas com vínculos a movimentos de educação popular foram perseguidas. O Prefeito de Natal/RN, Djalma Maranhão,

⁴⁸ Entrevista concedida à pesquisadora em agosto de 2017.

(1915 – 1971) manifestou sua posição contrária ao golpe e foi preso no dia 2 de abril por patrulhas do exército. (GERMANO, 2010).

Figura 13

Djalma Maranhão, Prefeito de Natal entre os anos de 1960 a 1964.



Fonte: <http://www.dhnet.org.br/moacyr/ficha.htm>

Em que pese Moacyr não ter sido imediatamente preso como ocorreu com o Prefeito de Natal, a prisão se concretizou em maio de 1964. Em uma de suas lembranças do período de cárcere ele relata que:

Escadarias do Quartel da Polícia Militar, em 15 de julho de 1964, ao meio dia. O Exército faz a troca de prisioneiros. Djalma Maranhão, com alguns companheiros, vem do 16.º RI. Vários dos que estavam na Polícia são transferidos para o 16.º RI. Vou para o 16.º RI com Vulpiano Cavalcanti, José Arruda Fialho, Josemá de Azevedo, Geniberto Paiva Campos, Francisco Floripe Ginani, Carlos Alberto Galvão de Siqueira Campos e Aldo da Fonseca Tinoco.

Nas escadarias os dois grupos se encontraram. Num impulso gritei:

- Meu Prefeito!

O gesto com que me correspondeu ainda era largo e generoso. Mas o seu sorriso já era triste.

Foi a última vez que vi meu amigo Djalma Maranhão. (GÓES, 1984).

O quadro retrata um dos momentos mais traumáticos da história do Brasil, no qual foi aplicado um Golpe de Estado albergado pelo sofisma da preservação da ordem. Em todo o país o exército ocupou os pontos mais estratégicos, a fim de impor um regime ditatorial de governo que torturou e ceifou a vida de muitos brasileiros que ousaram discordar das ações adotadas no país. Esse golpe criminalizou principalmente aqueles que lutavam por educação e trabalho para todos, como no caso dos idealizadores da Campanha.

Djalma Maranhão foi preso no dia 2 de abril de 1964. Como se negou a renunciar ao mandato, permaneceu preso em Natal, na Ilha de Fernando de Noronha e na cidade de Recife/PE. Só conseguiu sair com um *habeas corpus* e seguiu para o exílio no Uruguai.

Figura 14

Saída do Prefeito Djalma Maranhão para o exílio no Uruguai.



Fonte: <https://goo.gl/o8BszB>

Em 25 de março de 1965, no Rio Grande do Norte, o Governador Aluízio Alves comunicava ao Serviço Nacional de Informações – SNI⁴⁹ que havia indiciado 83 (oitenta e três) pessoas no Estado, dos quais 60 foram denunciados pelo promotor militar da 7ª Auditoria. (GERMANO, 2010).

Os golpistas promoveram uma verdadeira caça às bruxas em Natal/RN, destruíram documentos normativos, relatórios da Campanha, material didático, registros fotográficos e dados que discorriam acerca dos números e conquistas da política *De Pé No Chão*. Costa (2004, p. 95) traz um desabafo do Secretário Municipal de Educação de Natal durante o Golpe Civil e Militar:

[...] todo mundo viu como eles trataram os livros, fotografias, relatórios, publicações do próprio Centro, da Campanha toda [...]. Pois bem, isso foi feito, jogando no pátio do Centro de Formação de Professores e tocaram fogo, fizeram uma fogueira com os livros e com os documentos da Campanha. Quer dizer, a “inquisição”, a “caça às bruxas” (Informação verbal).⁵⁰

A intenção dos militares era destruir qualquer registro do momento histórico vivido na capital potiguar durante o segundo mandato do Prefeito Djalma Maranhão. Essas ações de silenciamento da história dificultou contar os fatos ocorridos no decorrer da *Campanha De Pé No Chão*: os desafios, as conquistas, os erros e os principais acertos do período. A destruição dos registros buscava eliminar os traços de uma política pública municipal que ousou ofertar educação de qualidade imbuída em uma proposta de valorização da cultura local a fim de permitir que as pessoas percebessem o domínio cultural a que estavam subjugadas.

A Educação Profissional continuou sendo ofertada mesmo após 31 de março de 1964. Os militares designaram novos coordenadores para essa etapa a fim de dar sequência às capacitações, visto que a formação de mão de obra para o mercado continuava sendo uma necessidade. Janílson Dias⁵¹ afirma que:

⁴⁹ Ofício 186/GE dirigido ao Coronel João Baptista de Oliveira Figueiredo, chefe da agência do Rio de Janeiro do SNI. (GERMANO, 2010).

⁵⁰ Entrevista de Moacyr de Góes concedida a Lúcia de Fátima Vieira da Costa em 2003, durante a elaboração de sua dissertação apresentada em 2004.

⁵¹ Entrevista concedida em junho de 2015 ao DHNet.

A Campanha De Pé No Chão Também se Aprende uma Profissão começa a ser minada, tinha Acampamento em quase todos os bairros, com isso (o Golpe de 1964) ela perde o nome da Campanha para se chamar Serviço de Ensino Profissional e passa a ser submetida à Diretoria de Ensino Primário [...] então perdeu autonomia. Aos poucos ficou restrita a quatro bairros: Rocas com a Escola Municipal Henrique Castriciano, Carrasco com a Escola Juvenal Lamartine, Quintas com a Escola Ferreira Itajubá e Conceição com a Escola Municipal Mário Lira. (Informação verbal).

Janílson Dias permaneceu no projeto educacional direcionado à Educação Profissional, que continuou suas atividades diferentemente dos outros focos formativos. Ele reconhece que a partir dessa fase ditatorial, todas as ações eram voltadas para apagar a memória da Campanha. Esse pensamento reforça a imperiosa necessidade de se registrar os fatos e os acontecimentos que delineiam a história desse país e, em especial, a memória do ensino profissional como forma de garantir o direito à verdade àqueles que vierem depois de nós.

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De Pé No Chão foi fruto de um compromisso firmado entre o grupo político que assumiu a Prefeitura de Natal/RN e a população local, demandando investimentos e ações no âmbito educacional como alternativa de acesso a melhores condições de vida.

Em decorrência de uma promessa de campanha eleitoral, o executivo municipal idealizou a constituição de uma política pública educacional que atendesse aos principais anseios populares, quais sejam: educação e qualificação profissional. Frente à exiguidade de recursos, houve um apelo no sentido de utilizar espaços comunitários e, na sequência, a edificação de Acampamentos Escolares feitos rústicamente com palha de coqueiro e madeira para abrigar as ações.

À medida que os problemas se apresentavam no decorrer das aulas, o grupo se reunia e buscava soluções para resolver ou pelo menos minimizar as dificuldades. O projeto ganhou o apoio da população, que enxergou o potencial construtivo do movimento popular e se dispôs a ajudar.

De Pé No Chão se constituiu em oito fases, todas voltadas para o processo de alfabetização dos natalenses, haja vista o grande número de iletrados na década de 1960. O empenho da prefeitura se voltou para ofertar uma educação de caráter popular, situação intimamente ligada ao contexto social experimentado na época, o qual apresentava a disputa entre capitalistas e comunistas, cada um, com o intuito de provar a supremacia dos preceitos de seu sistema econômico.

No Brasil, a liderança norte-americana por meio da Aliança para o Progresso desempenhava um forte domínio nas questões econômicas e sociais, interferindo no modelo de capitalismo que poderia ser adotado no país. O capital hegemônico, aliado à burguesia nacional, apontava para um sistema dependente, que fomentava a importação de tecnologia em detrimento do investimento em pesquisa concretizada por nossos estudiosos. Em contrapartida, crescia a ala dos defensores da aplicação de um modelo independente, com a valorização do desenvolvimento nacional da ciência e da cultura como forma de sustentar o crescimento do país.

A dicotomia entre as propostas dos modelos de capitalismo postas, bem como o declínio econômico vivido pelo Nordeste no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, contribuíram para a organização de movimentos populares que se consolidaram em toda a Região. A educação popular vista nesses movimentos possuía uma perspectiva de valorização da cultura local e nacional nas suas mais distintas expressões, associada a um estímulo para o amadurecimento do senso crítico das pessoas. O desvelamento dos perversos instrumentos de dominação utilizados pelo modelo de capitalismo dependente ensejava uma melhor identificação da realidade de então, desencadeando maiores questionamentos da sociedade e a exigência de um sistema econômico e social mais inclusivo e, portanto, mais justo.

Com isso, a *Campanha De Pé No Chão*, assim como outros movimentos sociais de educação popular como o MEB, As 40 horas de Angicos⁵² e o MCP, foi sendo pensada para disponibilizar um ensino de qualidade, unindo conhecimento teórico com a valorização da cultura local. O desejo era o de despertar o senso crítico dos alunos com relação à dominação cultural hegemônica. A materialização desse projeto educacional significou um momento de alinhamento de Natal/RN com os demais movimentos de disseminação de educação e cultura popular espalhados pelo país e, em especial, pelo Nordeste brasileiro, com o fim de conscientização política e social do povo.

Os organizadores da política, além de construírem os espaços escolares, também capacitaram o corpo de profissionais responsável pelas aulas, confeccionaram o material didático utilizado nos processos de ensino e de aprendizagem, tendo ainda o zelo de fortalecer as raízes culturais do povo brasileiro em uma sistemática de estímulo à identificação e pertencimento aos valores regionais.

Em paralelo, se instigou o desenvolvimento de análises mais questionadoras com relação à dominação imposta pelo capitalismo predatório, o qual se alimenta do individualismo e da total exploração do trabalhador como forma de aumentar a mais

⁵² A experiência concretizada em Angicos no ano de 1963, cidade do interior do Estado do Rio Grande do Norte, visava a possibilitar que os participantes do projeto aprendessem a ler e a escrever. Em paralelo, os alunos eram instigados a pensar a realidade do país, identificando o papel de cada um na sociedade. A proposta educativa consistia em alfabetizar em um prazo de 40 horas, através de métodos que envolviam a valorização do conhecimento dos educandos como forma de cativar e tornar mais atraente os processos de ensino e de aprendizagem. As 40 horas de Angicos foi implementada no governo de Aluizio Alves como uma resposta ao trabalho desenvolvido por Djalma Maranhão à frente da Prefeitura de Natal/RN no âmbito da *Campanha De Pé no Chão*, a qual ampliava suas ações também para o interior do estado. A experiência de Angicos registrou seu término no ano de 1963. (GERMANO, 1997).

valia e, conseqüentemente, o acúmulo de capital. Nesse contexto, vigora a incapacidade de se ofertar emprego para todos, gerando desigualdades sociais que retroalimentam a realidade de exploração e disputas por espaços no mercado.

A sexta fase da Campanha se empenhou em disponibilizar qualificações profissionais que promovessem a união entre a teoria e a prática, em uma simbiose que formasse profissionais capacitados com um grande potencial de inserção ou recolocação no setor do produtivo.

Com efeito, a fase destinada à Educação Profissional, *De Pé No Chão Também Se Aprende Uma Profissão*, deve ser reconhecida como uma política pública educacional direcionada, em suas finalidades, para ofertar o ensino profissionalizante e, portanto, deve ser inserida nos marcos históricos da Educação Profissional concretizada no Brasil.

Nota-se que as capacitações materializadas na sexta fase conjecturavam viabilizar aos alunos a possibilidade de sustento por meio do trabalho ensinado nos Acampamentos Escolares, visando à produção de bens e de serviços socialmente necessários.

As capacitações abrangeram primordialmente áreas de conhecimento artesanal, como marcenaria, corte e costura, carpintaria, cerâmica, alfaiataria, sapataria, bordado a mão e artesanato. Com o advento da introdução do assunto trabalho à Campanha, a educação passou a ser direcionada para promover a implementação de um projeto didático cujo objetivo seria agregar as informações teóricas necessárias ao aprimoramento técnico, associadas, ainda, ao contexto sócio-político, possibilitando a identificação, por parte dos alunos, das conexões existentes entre teoria e prática a fim de buscar alternativas de transformação da realidade.

Percebe-se que no momento em que a Prefeitura de Natal/RN trouxe para o ensino nos acampamentos discussões acerca dos arranjos culturais vivenciados à época, instigando a análise da conjuntura nacional e local, bem como seus efeitos no cotidiano das pessoas, o executivo municipal inaugurava na capital potiguar o germe de uma educação popular que se aproximava, sobremaneira, de uma formação humana Integral, embora isso não fosse visualizado nas práticas da Campanha e os indícios encontrados nesta pesquisa nos permitem fazer essa afirmação. Contudo, apesar do movimento popular de Natal/RN na década de 1960 não discutir a concepção da FHI a partir da visão de pesquisadores com análises já consolidadas sobre o tema, na prática concretizaram-se ações cujo escopo foi o de viabilizar um

processo de ensino-aprendizagem que proporcione uma base intelectual mais ampla, concatenando-a com a prática laboral.

Efetivamente, identificam-se pontos de contato entre características marcantes do conceito de Formação Humana Integral com aspectos concretizados na sexta fase da Campanha, apesar de seus organizadores não aportarem para o processo de ensino conteúdos específicos albergando a FHI e seus possíveis desdobramentos sociais.

Insta reconhecer que a Educação Profissional desenvolvida durante o transcorrer da ação educacional privilegiou as atividades basilares. Foram ofertados vários cursos, primordialmente de caráter artesanal, apesar de a industrialização estar em crescimento no contexto econômico brasileiro da época. Com a produção dos artefatos feitos pelos alunos nessa etapa, o passo seguinte foi o de buscar oficializar uma cooperativa para organizar a produção e inseri-la no mercado econômico.

A sexta fase da Campanha foi iniciada em 11 de fevereiro de 1963 e interrompida em 01 de abril de 1964 com o Golpe Civil-Militar imposto no Brasil. Os militares foram responsáveis por inúmeros atos de desrespeito à dignidade da pessoa humana e, em paralelo, à própria memória desse país. Perseguiram todos os protagonistas, colaboradores e simpatizantes da Campanha, foram responsáveis pela destruição de registros referentes aos números do movimento popular, de relatórios tanto pedagógicos como administrativos. Ademais, livros e outros materiais que demonstravam o funcionamento do projeto foram queimados.

A destruição determinada pelos “defensores da ordem” explica a exiguidade de dados que retratam a época, portanto, dificultam análises aprofundadas dos números ligados à *Campanha De Pé No Chão*. Referido contexto enaltece o dever dos pesquisadores brasileiros em estudar criteriosamente o recorte temporal em tela, em um processo de resgate da memória nacional. A sociedade precisa ter conhecimento dos fatos ligados a esse momento com o intuito de socializar uma parte relevante da história política do país, inclusive daquela relacionada à Educação Profissional que aqui se fez.

A academia possui alguns estudos relacionados à *Campanha de Pé No Chão*, os enfoques desenvolvidos são os mais variados, fato que enriquece a produção do conhecimento ligado ao assunto. No entanto, quando se parte para o contexto da Educação Profissional, os trabalhos ficam mais raros e quando o tema é mencionado, nota-se que é de maneira descritiva e célere, e seus indícios estão presentes em

poucos trabalhos, não ultrapassando um percentual de 14% das pesquisas efetivadas no país.

No que tange aos avanços ou desafios das práticas concretizadas na Campanha e, em especial na fase da Educação Profissional, as aferições ficam limitadas, uma vez que o projeto foi interrompido abruptamente⁵³. Os dados e avaliações em curso se perderam ou foram destruídos, de modo que não nos permite compreender, de forma mais fidedigna, os indicadores da política pública municipal que almejou alfabetizar a população, despertando para posicionamentos mais críticos com relação ao imperialismo desmedido imposto pelo capitalismo, que se alimenta das desigualdades sociais negando aos pobres a educação e o trabalho.

Um equívoco relevante cometido pelo grupo político à frente da Prefeitura de Natal/RN, nos anos 1960, foi o de desconsiderar a luta de classes que se sobreponha no processo de letramento e de conscientização iniciado na capital potiguar. O empoderamento das classes populares por meio do amadurecimento crítico poderia ensejar um recrudescimento de interesses divergentes dos donos do capital e dos que vendem a força de trabalho, bem como daqueles que se aliam de forma acrítica ao capital. É claro que o complexo jogo de poder que conduz o sistema não permitiria um desequilíbrio entre as forças sociais que dirigem o país.

Por fim, insta esclarecer que o método indiciário aplicado neste estudo, com base na estratégia da bola de neve, se fundamentou em uma sequência encadeada de referências. Em regra, tal procedimento visa a facilitar a análise de grupos difíceis de serem mapeados, assim, parte-se de um documento ou informantes-chaves para se construir a linha que unirá os sujeitos da pesquisa. Com essa dinâmica, cada sujeito da pesquisa foi demandado, a fim de que o mesmo identificasse novos indivíduos ligados ao objeto de estudo, os quais também foram indagados acerca da *Campanha De Pé No Chão* a fim de auxiliar a análise.

No trabalho em tela, o método contribuiu efetivamente para a reconstituição do momento histórico vivenciado em Natal/RN na década de 1960, cujas informações haviam sido destruídas pelos militares que ocuparam a prefeitura após o Golpe Civil e Militar de 1964 e que prenderam o prefeito Djalma Maranhão e servidores municipais. A *Campanha De Pé No Chão* é um tema muito rico e merece ser revelado para a sociedade, por isso a necessidade de outros estudos acerca dessa política pública.

⁵³ Em que pese a Educação Profissional ter continuado após o Golpe de 1964, seu formato e concepções pedagógicas não possuíam os mesmos referenciais.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, Fernanda Mayara Sales de. **O cotidiano da formação de professores e professoras da Campanha de pé no chão também se aprende a ler**. 160 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
- ARAÚJO, Marta Maria de. De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler: Anos Depois, Para o Educador Moacyr de Góes. **Educação em Questão**. Natal: EDUFRRN, v. 21, n. 7, p. 217- 229, set/dez, 2004.
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública: polêmicas do nosso tempo**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- BARBOSA JÚNIOR, W. P. As políticas de educação popular em Natal – RN (1957-1964). **Holos**, 2016, Vol.32(2), pp.208-230.
- CABRERA, I. I.; ARAÚJO, I.A.G. A Revolução Cubana no livro didático. *In: 64ª Reunião Anual da SBPC*. 2012. Disponível em: <<http://www.sbpnet.org.br/livro/64ra/resumos/resumos/5003.htm>>. Acessado em: 08 de out. de 2016.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. São Paulo: Global, 2001.
- CIAVATTA, Maria. O Ensino Integrado, a Politecnicidade e a Educação Omnilateral: por que lutamos? **Trabalho e Educação**. Minas Gerais: Belo Horizonte, v. 23, nº1, p 187-206, abr. 2014.
- CORTEZ, Margarida de Jesus. **A prática pedagógica da campanha de pé no chão também se aprende a ler**. 2005. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/cortez_pratica_pedagogica_pe_no_chao.pdf>. Acesso em: 15, abr. 2017.
- COSTA, Lúcia de Fátima Vieira da. **Conhecimento proibido: a educação popular na visão dos guardiões da ordem**. 280 f. Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2004.
- COSTA, Joicy Suely Galvão da; GLEYDSON, Rodrigues da Silva. **Leitura e Emancipação: a Campanha de pé no chão também se aprende a ler e a educação libertadora**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/joicy_leitura_emancipacao.pdf> Acesso em: 15 de set. de 2017.
- COSTA, Pablo Cruz. **O livro de leitura da campanha de pé no chão também se aprende a ler/RN: um estudo dos pressupostos histórico-culturais**. 01/11/2010 143 f. Doutorado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
- DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da Ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.

DRAIBE, Sônia M. RIESCO, Manuel. Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: Um novo desenvolvimento em gestão? **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, nº 27, mai/ago. 2011, p. 220-254.

DREIFRUS. René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981.

DVD Coleção Multimídia. **Memória das Lutas Populares no Rio Grande do Norte**. Djalma Maranhão I – Hinos e Canções.

FÁVERO, Maria de Lurdes. Universidade e Estágio Curricular: Subsídios para discussão. *In*: ALVES, Nilda (Org.). **Formação de Professor: pensar e fazer**. São Paulo: Cortez, 2001.

FÁVERO, Osmar (Org.). **Cultura popular, educação popular: memórias dos anos 60**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983, v. 3.

FERNANDES, Florestan. **O que é revolução**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1981. (Coleção Primeiros Passos).

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Editora EGAP, 1996.

_____. **Educação como Prática da Liberdade**. 14.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. *In*: MOLL, Jaqueline et al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GERMANO, José Willington. **Lendo e Aprendendo**. A Campanha De pé no chão. Coleção teorias e práticas sociais. [1989]. Editora Autores Associados. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/livro_willington_lendo_aprendendo_p_e_no_chao_1989.pdf> Acesso em: 16 set. 2015.

_____. **Lendo e Aprendendo: a Campanha de Pé no Chão**. Natal: Palumbo, 2010.

_____. **Estado Militar e Educação no Brasil: 1964-1985**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **De pé no chão também se aprende a ler: política e educação no Rio Grande do Norte 1960 – 1964**. [1981]. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/moacyr/a_pdf/tese_willington_unicamp_1981.pdf>. Acesso em: 16 de set. de 2015.

GERMANO, José Willington. As quarenta horas de Angicos. **Educação e Sociedade**, ano XVIII, nº 59, agosto, 1997.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução Federico Camotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GRILO, Bernadete Franco. **Sociabilidades e processos educativos: do mundo vivido ao mundo da vida, vida compartilhada**. 139 f. Doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2016.

GÓES, Clara de. **Memorial Pai**. 2009. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/moacyr/textos/clara_memorial.htm#inicio>. Acesso em: 22 de jan. de 2017.

GÓES, Moacyr de. **De pé No Chão Também se Aprende a Ler: 1961 – 1964 uma escola democrática**. Natal: Palumbo, 2010.

_____. **Educação popular, campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler, Paulo Freire e Movimentos Sociais Contemporâneos**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/moacyr/a_pdf/moacyr_educ_popular_paulo_freire_movimentos.pdf Acesso em: 11 set. 2016.

_____. **Dez Lembranças de Djalma Maranhão**. 1984. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/moacyr_10_lembrancas_djalma.htm. Acesso em: 15 de jan. de 2017.

_____. (Org.) . **2 livros de Djalma Maranhão no exílio**. Natal, RN: Prefeitura Municipal do Natal: Artprint, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/1730137/Downloads/13624-41985-1-PB.pdf>>. Acesso em: 08 de set. de 2016.

GRAMSCI, Antonio. **Atilio Monasta**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora: Massangana, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4660.pdf>>. Acesso em: 20 de jul. de 2017.

_____. **Concepção Dialética da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: a crise do capitalismo**. Tradução: João Alexandre Peschaski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 25. ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas. 2014.

IANNI, Octavio. **O Colapso do Populismo no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KUENZER, Acácia Z. **Ensino médio e educação profissional**: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Educação profissional nos anos 2000. **Educação e Sociedade**, Campinas: outubro, vol. 27, n 96-especial, p. 877-910, out. 2006. Disponível em: <<https://www.cedes.unicamp.br>>.

LEITE, José Evangilmárisson Lopes. **Em nome da Ordem**: a Prefeitura Municipal de Natal como espaço da subversão. 134 f. Mestrado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

MARANHÃO, Djalma. **De Pé no Chão Também se Aprende a Ler (A escola Brasileira com dinheiro brasileiro, uma experiência válida para o mundo subdesenvolvido)** Estudo realizado no exílio no Uruguai. Editora Civilização Brasileira, S.A, 1964. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/livros/potiguariana/djalma_dois_livros_exilio/05_a_campanha_de_pe_no_chao.pdf> Acesso em: 15 de fev. de 2017.

MARQUES, Berenice Pinto. **A campanha de pé no chão também se aprende a ler e a Secretaria Municipal de Educação de Natal/RN**. 2013. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/moacyr/a_pdf/berenice_pe_no_chao_sec_municipal_educacao.pdf>. Acesso em: 15 de fev. de 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. vol. 1. Coordenação e Revisão: Paul Singer. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

_____. **Instruções para os delegados do Conselho Central Provisório**. Avante Edições, 1982. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1866/08/instrucoes.htm>>. Acesso em 29 de jun. de 2017.

MEDEIROS, Alberto; MEDEIROS, Maria Zélia Pinheiro de; PINHEIRO, Maria Isaura. Dois Governos Populares. **Tribuna do Norte**, Natal/RN, p. 10, [199?].

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete analfabetismo funcional. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira (Educabrazil)**. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrazil.com.br/analfabetismo-funcional/>>. Acesso em: 08 de out. de 2016.

MINAYO, Maria Cecília S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOURA, Dante Henrique. Ensino Médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, Jaqueline (org.) *et al.* **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, Dante Henrique. As mudanças na sociedade brasileira dos anos 2000 limitadas pela hegemonia do neoliberalismo: implicações para o trabalho e para a educação. In: MOURA, Dante Henrique (Org.) **Produção do Conhecimento**,

políticas públicas e formação docente em educação profissional. Campinas, São Paulo: Mercado das Letras, 2013.

NETA, Antônia de Freitas. **Uma experiência de articulação biblioteca e sociedade:** resgate histórico das bibliotecas populares na Campanha de pé no chão também se aprende a ler. Natal, RN, 1961/64. 207 f. Mestrado em Ciências da Informação. Universidade Federal da Paraíba, Campus João Pessoa. João Pessoa, 1993.

NETO, Antônio Cabral; RODRIGUES, Jorge. Reformas Educacionais na América Latina: Cenários, proposições e resultados. *In:* NETO, A. C. et. al., **Pontos e contrapontos da política educacional.** Uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

NOGUEIRA, Aneta Alves da Silva. **Educação de jovens e adultos na cidade do Natal:** uma reflexão sobre sucesso e insucesso. 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/14560>>. Acesso em 25 de out. de 2016.

OLIVEIRA, Roselia Cristina de. **Falas silenciadas:** relatos de mulheres/educadoras sobre a Campanha pé no chão também se aprende a ler. 173 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

DE OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno; SANTOS, Tânia Regina Lobato dos. A educação de Paulo Freire – andarilho da utopia – em diferentes contextos. **Inter – Ação**, 2017, Vol.42 (1), p.1-20.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT: **As boas práticas da inspeção do trabalho no Brasil:** a prevenção e erradicação do trabalho infantil. Brasília, 2010. Disponível em: <www.oit.org.br/sites/default/files/topic/labour_inspection/pub/trabalho_infantil_inspecao_281>. Acesso em: 19 de set. de 2017.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira. **Dos Comitês Populares Democráticos (1945-1947) aos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964):** uma história comparada. 257 f. Doutorado em História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PINHO, Clarice Wilken de. **Educação e cultura popular nas propostas escolares de EJA - educação de jovens e adultos:** um estudo em duas escolas de Belo Horizonte. 106 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Minas gerais, Belo Horizonte, 2016.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete Lições sobre educação de adultos.** 16 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes.** Tradução José Severo de Camargo Pereira. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

RAMOS, Marise Nogueira. Trabalho e educação: implicações para a produção do conhecimento em educação profissional. *In:* MOURA, Dante Henrique (Org.) **Produção do Conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional.** Campinas: Mercado de Letras, 2013, p. 30.

RIBEIRO, Isa Paula Zacarias. **As praças de cultura no Governo Djalma Maranhão (1960-1964)**. Disponível em:

<http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/disserta_isa_praca_cultura_djalma_2008.pdf>. Acesso em: 25 de mai. De 2017.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Analfabetismo e alfabetismo funcional no Brasil**. [S.l.: s.n., 200?] Disponível em:

<<http://www.faccamp.br/letramento/GERAIS/analfabetismo.pdf>>. Acesso em: 08 de out. de 2016.

ROBSAWN, Eric J. **A Era das Revoluções: 1789 – 1848**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ROCHA FILHO, Ruy Alkmim. **O parto dos Caminhos: Formação dos Sindicatos Rurais no Rio Grande do Norte (1960-1964)**. 2005. 162f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultural e Representações) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as Ciências**. São Paulo: Cortez, 2003.

SAVIANI, Demerval. **Da nova LDB ao FUNDEB**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2007.

_____. **O Choque Teórico da Politecnicia: Trabalho, Educação e Saúde**. v. 1, p 131-152, 2003. Disponível em:

<<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r41.pdf>>. Acesso em: 23 de mai. de 2017.

_____. **Vicissitudes e Perspectivas do Direito à Educação no Brasil:**

Abordagem histórica e situação atual. 2013. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/es/v34n124/06.pdf>>. Acesso em: jun. de 2017.

SCHULTZ, T. **O capital humano: investimento em educação e pesquisa**. Tradução de Marco Aurélio de M. Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SILVA, Lenina Lopes Soares. **Lembranças de Alunos, imagens de professores: narrativas e diálogos sobre formação médica**. 2006. 186 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

SILVA PAULA, Rouseane da. Universidade da Maturidade: uma proposta de Educação permanente para a educação de Jovens e Adultos. **Revista Iberoamericana de Educación**, 2007, Vol.44(1).

SOUZA, Celina: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 11 de jun. de 2016.

SOUZA, Jessé de. **A Elite do Atraso: Da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Editora Leya, 2017.

SPINELLI, Pablo Cruz. **O livro de leitura da Campanha de pé no chão também se aprende a ler/RN: um estudo dos pressupostos histórico-culturais.** 143 f. Mestrado em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

SPINELLI, Pablo Cruz; Menezes, Antônio B. N. Tomaz de. **Movimento de cultura popular a campanha de pé no chão também se aprende a ler/RN: análise histórico-filosófica.** Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/educar/penochao/pablo_spinelli_mcp_pe_no_chao.pdf> Acesso em: 10 de set. de 2017.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. **Educação em tempos de luta: história dos movimentos de educação e cultura popular (1958-1964),** 2008. 229f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal fluminense, Niterói, 2008.

_____. **Quando ensinar a ler virou subversão: a ditadura e o combate ao combate do analfabetismo.** XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG), 2012.

TEIXEIRA, Walkyria de Oliveira Rocha; SILVA, Lenina Lopes Soares. A Campanha de Pé no Chão também se aprende a ler: um projeto educacional para extirpar o analfabetismo em Natal/RN. **Research, Society and Development**, v. 6, n.1, p. 34-36, set. 2017.

_____. **A Campanha De Pé no chão também se aprende a ler: uma política educativa municipal libertadora.** Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/vi-ennhe/anais/trabalhos/eixo2/submissao_14699684028451472992320134.pdf>

_____. **O Pensamento Freireano: uma análise das práticas de educação profissional na campanha de pé no chão também se aprende a ler.** **Recei – Revista Ensino Interdisciplinar**, v. 3, n.9, p. 441-448, set/2017.

_____. **De pé no chão também se aprende uma profissão: a educação profissional presente na campanha.** Disponível em: <https://editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA3_ID3501_12082016045106.pdf>.

VELASCO, H.; DÍAZ DE RADA, A. **La lógica de la investigación etnográfica. Um modelo de trabajo para etnógrafos de la escuela.** Madrid: Trotta, 1997.

VIGOTSKI, Liev Semionovich. **Psicologia pedagógica.** Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PRESENTE NA CAMPANHA DE PÉ NO CHÃO
TAMBÉM SE APRENDE

1. Natureza da pesquisa

Você está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa cujo objetivo é contribuir para o reconhecimento da Campanha como uma política educacional direcionada em suas finalidades para a educação profissional e de Moacyr de Góes como protagonista de um movimento social que deve ser inserido na história da educação profissional do Brasil republicano.

2. Participantes da pesquisa:

Os sujeitos da pesquisa são pessoas que vivenciaram o movimento popular implantado em Natal, durante os anos de 1961 a 1964 e outros que conviveram com Moacyr de Góes como colegas de trabalho e amigos.

3. Envolvimento na pesquisa

Ao participar deste estudo, você fornecerá informações ao PPGEP por meio de questionários e/ou documentos, comprometendo-se a responder com sinceridade às perguntas formuladas. Você tem liberdade de se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa por meio dos seguintes correios eletrônicos: walkyria.teixeira@ifrn.edu.br e lenina.lopes@ifrn.edu.br.

4. Riscos e desconforto

A participação nesta pesquisa não traz implicações legais. Os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

Após estes esclarecimentos, se você concordar em participar da pesquisa assine o Termo de Consentimento Livre e esclarecido, em seguida, responda ao questionário que lhe será entregue ou conceda a entrevista ao membro do PPGEF.

Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira e Lenina Lopes Soares Silva

_____/RN, _____ de _____.

Nome
Assinatura

Imagem da bandeira utilizada nos Acampamentos Escolares de Natal/RN



Fonte: DHNet.

Réplicas de lembranças confeccionadas pelos alunos da *Campanha De Pé No Chão*.
Imagens feitas durante a comemoração do centenário de Djalma Maranhão, em 2015.



Fonte: DHNet.